

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 2025

NÚMERO 22.882 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00

Pressão de governadores e do Planalto adia o PL Antifacção

Numa antecipação da disputa que deve dominar as eleições de 2026, governo e oposição conseguiram estender a discussão do projeto de lei que endurece o combate às organizações criminosas. Relator, o deputado

federal Guilherme Derrite (PL-SP) apresentou a quarta versão do texto. Mesmo sendo adversário do governo Lula, Derrite incluiu, a pedido da base aliada, um artigo que destina à Polícia Federal bens apreendidos em operações. Na

terça, o parlamentar cedeu a pressões para manter as atribuições e os poderes da PF. No outro extremo, governadores opositoristas estiveram em Brasília num encontro com o presidente da Câmara, Hugo Motta, para apoiar

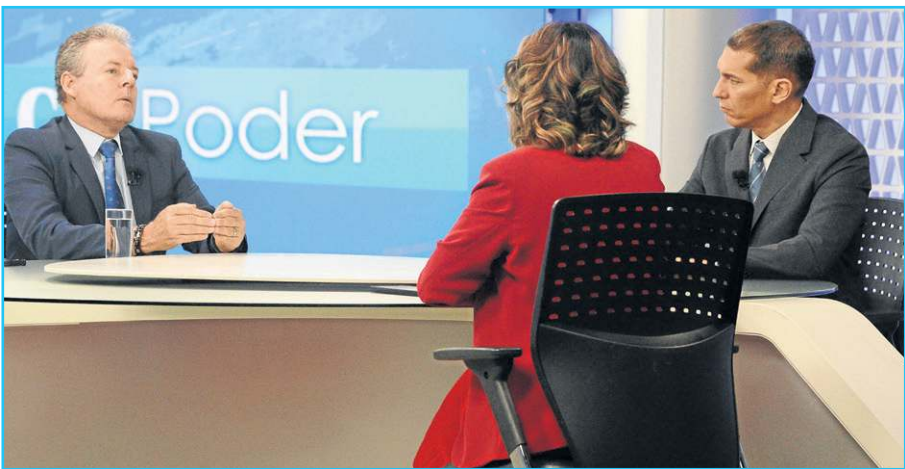
o trabalho de Derrite e defender um texto com punições mais rigorosas. Motta confirmou o adiamento da votação e pediu mais discussões sobre o tema. A expectativa é que o PL chegue ao Plenário na terça-feira.

Geraldo Magela/Agência Senado



Celina, Derrite e Castro (D, no fundo): homenagem a policiais mortos

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Estado deve apoiar investigações

Especialista em combate ao crime organizado, o delegado Fernando Cesar Costa apontou, no *CB.Poder*, falhas no PL Antifacção. Uma delas é a falta de acesso às comunicações por aplicativos e redes sociais, que poderia antecipar as ações de organizações criminosas.

Luiz Carlos Azedo

Disputa entre o Planalto e governadores de oposição sobre segurança é histórica e não tem viés apenas técnico e penal, mas político e ideológico.

Denise Rotheburg

De olho na vaga paulista para o Senado, em 2026, Fernando Haddad critica fortemente Derrite na atuação do deputado no PL Antifacção.

PÁGINAS 2 A 5

A atuação de Gonet, de novo o PGR

Reconduzido ontem à chefia da Procuradoria-geral da República, Paulo Gonet teve ação histórica na denúncia que levou a julgamento os acusados por tentativa de golpe.



Data Venia

Papudinha: cela no 19º Batalhão da PM pode receber o ex-presidente Bolsonaro, condenado a 27 anos de prisão pela tentativa de golpe. Local recebeu outros presos famosos.

Minervino Júnior/CB/D.A Press

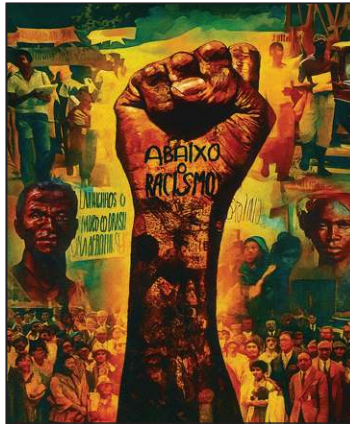


Uma beleza de Natal

Alugar enfeites como árvores, guirlandas e luzes pisca-pisca virou um bom negócio no DF. As lojas comemoram o movimento, e os clientes festejam: além do preço mais baixo, não precisam de espaço para guardar o material. PÁGINA 17

Roberto Fonseca

Fecomércio-DF estima descontos acima dos 50% na Black Friday deste ano.



Racismo: combate incessante e com rigor

Mesmo com leis e punições mais rígidas, o crime de racismo segue com vítimas diárias em Brasília. Este ano foram registrados 40 casos. Juristas afirmam que a denúncia é uma das principais armas para garantir ao acesso à Justiça.

PÁGINA 13

Barbárie

Idoso desaparecido teve corpo enterrado na própria chácara

PÁGINA 15

Trânsito

Motorista bebe e atropela pai e filho. Homem morre

PÁGINA 15

AFP



Barqueata marca Cúpula dos Povos

Uma manifestação — com 200 embarcações e cerca de 5 mil pessoas, segundo os organizadores —, navegada pelas águas da Baía do Guajará, em Belém, levou as reivindicações de diversas lideranças de povos originários à abertura da Cúpula dos Povos, evento paralelo à COP30. Os manifestantes percorreram o chamado “corredor da soja” para denunciar os impactos do agronegócio e de grandes obras de infraestrutura sobre territórios e o cotidiano dos moradores. O lema do protesto, “a resposta somos nós” destacou o pedido por respeito, escuta e soberania popular. PÁGINA 6. VISÃO DO CORREIO, 10



Alívio nos EUA

Por 222 a 209 votos, Câmara dos Representantes encerra shutdown. Maior paralisação da história durou quase 43 dias.

PÁGINA 9

Tarifaço

Reunião entre o secretário de Estado americano, Marco Rubio, e o chanceler brasileiro Mauro Vieira, pode zerar a taxa aplicada ao café do Brasil.

PÁGINA 7



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000

(61) 99158.8045

assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

(61) 99256.3846



SEGURANÇA PÚBLICA

Sob pressão do governo, relatório ganha 4ª versão

Derrite muda novamente o parecer do Projeto Antifacção, atendendo a mais uma demanda do Executivo e inclui previsão de recursos para a Polícia Federal no caso de bens apreendidos em operação contra facções. Motta anuncia votação na terça-feira

» LUANA PATRIOLINO
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» RAPHAEL PATI

O deputado Guilherme Derrite (PP-SP) apresentou, ontem, a quarta versão do relatório do Projeto de Lei Antifacção. Para atender a um pedido do governo federal, o novo texto, rebatizado de Marco Legal do Combate ao Crime Organizado, prevê destinar bens apreendidos em operações ao Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (Funapol). O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou que o projeto será votado na próxima terça-feira.

No parecer repaginado, Derrite estabelece que a destinação dos recursos oriundos de apreensão de bens de traficantes e membros de organizações criminosas fique dividida da seguinte forma: se o crime for investigado pelas autoridades locais, os bens apreendidos devem ir para o Fundo de Segurança Pública do respectivo estado; se o delito for apurado pela Polícia Federal, ao Funapol; se houver atuação conjunta, divisão em partes iguais.

Ele também incluiu previsão de aumento de pena para crimes cometidos com uso de drones, equipamentos de contrainteligência e tecnologias de georreferenciamento em operações repressivas. Em outro ajuste, o parecer prevê a possível sobreposição de tipos penais na legislação. Criou um termo para diferenciar as organizações criminosas, tipificando o crime como “organização criminosa ultraviolenta”.

Mais cedo, o Ministério da Justiça havia divulgado uma nota manifestando preocupação com a destinação genérica dos recursos e fazendo uma série de críticas à versão anterior do relatório. Por meio de nota, a pasta disse que “acompanha com preocupação” o texto, pois identificou pontos que representam “retrocessos jurídicos e institucionais inaceitáveis”.

O órgão citou que, mesmo após o recuo do relator em limitar as

Bruno Spada / Câmara dos Deputados



Guilherme Derrite (E) ouve manifestação de Lindbergh Farias na Câmara. Líder do PT mantém críticas ao relatório do parlamentar paulista

atribuições constitucionais da Polícia Federal, a terceira versão, protocolada na terça-feira, possuía trechos problemáticos sobre o financiamento de atividades da corporação. Para o ministério, havia destinação genérica dos recursos oriundos de apreensão de bens de traficantes e membros de organizações criminosas para os fundos estaduais ou distritais de Segurança Pública.

“O primeiro (trecho) deles é a insistência em debilitar financeiramente a Polícia Federal e as demais forças de segurança da União mediante o desvio de recursos a elas destinados para fundos estaduais, ao invés de criar instrumentos para descapitalizar o crime organizado, como constava do projeto

originalmente enviado pelo governo à Câmara”, escreveu a pasta.

Já a ministra Gleisi Hoffmann, da Secretaria de Relações Institucionais, havia pedido a Motta mais tempo para que o projeto fosse colocado em votação.

Segundo ela, uma prorrogação dá ao governo a oportunidade para conversar com o relator sobre pontos considerados “inegociáveis”. Um deles é o fato de o relatório apresentado por Derrite alterar o tipo de crime “facção criminosa” por “organização criminosa”.

“A organização criminosa é caracterizada quando quatro pessoas cometem crime, aí você pode classificar como organização criminosa. Por isso, nós (o governo) criamos o tipo (de crime) para facção para fazer

exatamente essa diferenciação (entre organização e facção criminosa)”, disse Gleisi a jornalistas no Palácio do Planalto. “Nós achamos que isso, do ponto de vista de didática, é muito difícil ficar explicando. E, segundo, que ao fazer isso (a mudança), ele não revoga expressamente artigos da lei dos crimes das organizações criminosas. Então, vamos passar a ter duas legislações vigorando, o que vai ser muito ruim do ponto de vista judicial.”

Segundo fontes próximas à Secretaria de Relações Institucionais, essa alteração na nomenclatura dos crimes confundiria a justiça e poderia beneficiar justamente os criminosos. Antes de comentar os pontos considerados inegociáveis pelo Planalto, a ministra Gleisi Hoffmann participou

de reuniões com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva; o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, e representantes da Casa Civil.

A ministra também classificou como “inegociáveis” pontos no relatório de Derrite que retiram a “assíxia financeira” de facções. “Nós colocamos no projeto que essas facções perdem os seus bens, perdem todo o seu material a partir do momento que começa a investigação. No relatório, isso só vai acontecer depois do trânsito em julgado da sentença condenatória. Então, até lá, você corre o risco de não ter como capturar esses bens, não ter como asfixiar financeiramente a organização criminosa”, pontuou.

O ministro da Fazenda, Fernando



Teremos pauta única na próxima terça-feira, para que a Casa possa fazer uma ampla discussão e a votação dessa matéria que é tão importante para nosso país”

Hugo Motta (Republicanos-PB),
presidente da Câmara

Haddad, também defendeu mais tempo de discussão sobre a proposta, e citou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, que também está em tramitação no Congresso.

“O que eu entendo é o seguinte: um projeto dessa envergadura, ele tinha que, primeiro, qual o relatório definitivo? Deixa em consulta. Deixa duas semanas para ser discutido, três semanas para ser discutido, qual é o problema? A nossa PEC da Segurança Pública está há quantos meses no Congresso sendo debatido?”, questionou o chefe da pasta.

O titular da Fazenda também disse não saber ainda qual texto que deve ser votado na Câmara. E criticou Derrite. “Você vai colocar isso a perder em função do açodamento de um relator que, com todo respeito, não é propriamente uma pessoa que entenda de inteligência de investigação, não é uma pessoa versada em investigação e inteligência contra o crime organizado. Então, para que esse açodamento? Nada contra. O deputado não precisa ser especialista em tudo. Mas quanto menos você sabe, mais você busca apoio de quem sabe”, frisou. As declarações ocorreram após o ministro participar de reuniões com o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues.

Governadores apoiam relator

» VANILSON OLIVEIRA
» LETÍCIA CORREIA*
» DANANDRA ROCHA

Governadores de direita se reuniram, ontem, com o relator do PL Antifacção, deputado Guilherme Derrite (PP-SP), e manifestaram apoio à proposta. O encontro ocorreu na sede da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado, em Brasília.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, disse que é preciso aprovar um texto mais abrangente e duro no que se refere às penalidades do crime organizado. “Eu sou defensor de que se inclua o terrorismo, mas não posso interferir no trabalho do relator nem nas bancadas. Se estivesse no plenário, defenderia. Esse tema tem hoje aprovação de mais de 80% da população”, sustentou.

Ele também destacou a necessidade de monitoramento sem autorização judicial em presídios de segurança máxima, além do fim das visitas íntimas.

Por sua vez, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), afirmou que o Brasil carrega o

troféu de campeão mundial de homicídios. “Somos o país campeão em blindagem de carro, e parece que isso é o normal no mundo, mas não é. É mérito da direita fazer esse movimento. Sou favorável a fazer um movimento ainda mais forte. Mesmo não sendo o que vai acontecer no momento, mas todo avanço é bem-vindo”, frisou. Também estiveram no encontro o governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL) e a vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP).

Em seguida, o grupo, reforçado com o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, se reuniu com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Pediu ao deputado a suspensão da votação de projetos de combate ao crime organizado, incluindo o PL 5582/25, relatado por Derrite. Pouco depois, Motta anunciou o adiamento.

Em sua justificativa, o presidente da Câmara afirmou que é preciso ouvir a sociedade, a classe política e os demais Poderes, principalmente quando o assunto é segurança pública. “Quando se trata de

Estadão Conteúdo



segurança pública, esse debate precisa ser mais abrangente. Ninguém é dono dessa pauta, ela não pertence a um lado ou a outro”, frisou.

Motta ressaltou ser preciso modernizar a legislação brasileira, possibilitando que o Poder Judiciário possa atuar mais firmemente no combate ao crime organizado. Acrescentou que, apesar das divergências das bancadas, acredita que

o tema é de interesse de todos e precisa ser discutido com cautela. “Os governadores trouxeram relatos dos seus enfrentamentos contra o crime organizado e solicitaram mais tempo para o debate”, explicou.

Ele afirmou também que é necessário um trabalho conjunto para a construção de um texto “possível, que contemple o que o Brasil precisa, ouvindo os líderes e as

lideranças da Casa”. Pediu paciência para que o relator possa apresentar o relatório e, assim, permitir que a matéria siga adiante em outro momento.

Na saída do encontro, Castro declarou ter pedido 30 dias para avaliar, de forma minuciosa, os projetos que tratam do aumento de penas contra o crime organizado. Ele defendeu que a proposta

Castro com Mello, Celina e Caiado: governador do Rio pediu prazo para analisar projetos de segurança pública

não seja votada às pressas e que o debate passe por Judiciário e Senado, além de secretários estaduais e operadores da segurança pública. “Quem opera a segurança pública são os estados. Não adianta fazer um projeto sem ouvir os estados, sem saber se aquilo que está sendo votado vai ajudar os estados”, disse.

Caiado fez questão de frisar que o tema não é assunto de campanha eleitoral. “Ninguém é dono da verdade. Esse assunto não é um assunto de campanha eleitoral, é um assunto de governabilidade. Tanto é que a sociedade não está preocupada com campanha eleitoral. A sociedade está preocupada com segurança pública”, garantiu.

Celina Leão, por sua vez, ressaltou que “cada um dos governadores colocou algum ponto que a gente precisa abordar, aproveitar essa grande oportunidade desse grande debate”. Ela apoiou o adiamento. Enfatizou, ainda, a importância do tema da segurança pública para as mulheres.

***Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa**

SEGURANÇA PÚBLICA

Tributo a policiais mortos no Rio

Senado homenageia os agentes vitimados na megaoperação de outubro, o governo fluminense e as forças de segurança do estado

» DANANDRA ROCHA

O Senado realizou, ontem, uma sessão solene em tributo aos policiais mortos durante a megaoperação nos complexos da Penha e do Alemão, no Rio de Janeiro, em 28 de outubro. O ato, no plenário da Casa, também prestou homenagem ao governo fluminense, à Polícia Civil e à Polícia Militar pela atuação na ação que ficou marcada como a mais letal da história do estado, com 121 mortos, incluindo os quatro agentes de segurança.

Durante a cerimônia, a cúpula da segurança pública do Rio de Janeiro foi homenageada e familiares de dois policiais mortos na megaoperação receberam flores.

Participam da cerimônia o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL-RJ); o deputado Guilherme Derite (PP-SP), relator do PL Antifacção; o secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Sandro Avelar; e a vice-governadora Celina Leão (DF). O evento, proposto por senadores aliados de Castro, foi descrito por parlamentares como um gesto de solidariedade às forças policiais e às famílias das vítimas.

Antes da sessão, Castro se emocionou ao comentar a iniciativa do Congresso: “É o reconhecimento do Parlamento aos nossos heróis que tombaram em combate. As únicas vítimas daquele dia foram os quatro policiais que perderam a vida”, enfatizou o governador.

Geraldo Magela/Agência Senado



Familiares dos policiais mortos na megaoperação nos Complexos da Penha e do Alemão assistiram ao tributo e receberam flores

Derrite chorou e dedicou boa parte de sua fala aos agentes de segurança, a quem chamou de “heróis” e, no caso dos policiais do Rio, de “super-heróis”. “Os policiais do Rio de Janeiro enfrentam uma

realidade única, enfrentamento que nem na guerra do Iraque”, afirmou, dirigindo-se às famílias dos agentes mortos.

O deputado também usou o discurso para defender o texto do PL

Antifacção, que propõe o aumento de penas para integrantes e financiadores do crime organizado, além de criar regras mais rígidas para o sistema prisional. Segundo ele, o projeto busca corrigir falhas da

legislação atual e fortalecer o trabalho das forças de segurança.

Ele rebateu críticas de que seu parecer enfraquece a atuação da Polícia Federal e da Receita Federal. “Isso é uma mentira. A Polícia Federal é uma

instituição respeitada, e nosso projeto fortalece o combate integrado ao crime organizado”, disse.

Em discurso, Castro comentou sobre o avanço do crime organizado e os desafios da segurança pública no país. Destacou que o problema vai além das facções e envolve “organizações narcoterroristas” que movimentam bilhões de reais e controlam cadeias produtivas inteiras.

“Nós vimos o crescimento de barricadas, a chegada desenfreada de armas e cadeias produtivas inteiras dominadas pelo crime organizado”, frisou. “Essas organizações lavam bilhões de reais. Só o PCC, em dois anos, lavou R\$ 32 bilhões. Isso equivale a todo o orçamento da segurança pública do Rio de Janeiro em um ano.”

O governador alertou que o domínio territorial dessas organizações já reproduz estruturas de poder paralelas, com “armas de guerra”, “impedimento de ir e vir” e “tribunais próprios para punir”. Para Castro, o país precisa enxergar que o problema é mais profundo do que o enfrentamento de facções.

“O verdadeiro problema está muito longe de ser apenas facção criminosa. O que temos são territórios dominados, com legislações próprias impostas por criminosos”, disse.

Ele também apresentou números que, segundo ressaltou, revelam a dimensão do desafio no estado. Segundo afirmou, em 2024, foram apreendidos 732 fuzis nas ruas do Rio de Janeiro.

Chefes do CV são transferidos para presídios federais

Rogério Santana/Divulgação



Líderes do Comando Vermelho foram para presídios não divulgados

Sete líderes do Comando Vermelho (CV) foram transferidos, ontem, para presídios de segurança máxima do país. A ação atendeu a um pedido do governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), após a megaoperação nos complexos do Alemão e da Penha, que resultou na morte de 121 pessoas, incluindo quatro policiais, no fim do mês passado.

Os chefes do CV transferidos têm condenações por homicídio, tráfico de drogas e de armas e formação de quadrilha, entre outros crimes. Somadas, as penas deles superam 400 anos de prisão. Não foi divulgado para quais unidades eles foram levados.

Segundo o governo federal, o Rio de Janeiro é o estado com o maior número de presos sob custódia federal, totalizando 66 custodiados de alta periculosidade. Somente em 2025, 19 novas inclusões foram realizadas no Sistema Penitenciário Federal.

As transferências obedecem ao rito processual estabelecido com o Poder Judiciário, que analisa individualmente cada pedido e autoriza a inclusão dos criminosos nas unidades federais. Ao solicitar a transferência, Castro

alegou a intenção de enfraquecer a comunicação entre as lideranças e outros integrantes da facção. Os criminosos deixaram a Penitenciária Laércio da Costa Peregrino, em Bangu, e foram levados ao aeroporto do Galeão,

onde embarcaram em avião da Polícia Federal.

Nas penitenciárias federais, cada preso ocupa cela individual e não tem contato com outros custodiados, permanecendo 22 horas por dia em regime

de isolamento e duas horas de banho de sol, sob monitoramento permanente de policiais penais federais e sistemas de vigilância eletrônica.

O Brasil tem cinco presídios federais, administrados pela

Secretaria Nacional de Políticas Penais, do Ministério da Justiça. São: Catanduvas (PR), Campo Grande (MS), Porto Velho (RO), Mossoró (RN) e Brasília (DF). Ao todo, as unidades abrigam cerca de 500 presos. (Luana Patriolino)

»Entrevista | CAROLINA GRILLO | coordenadora do Geni da UFF

"Crise no Rio não é de segurança, é humanitária"

» LUANA PATRIOLINO

A antropóloga Carolina Grillo, coordenadora do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (Geni) da Universidade Federal Fluminense (UFF), afirma que a crise no Rio de Janeiro é, acima de tudo, humanitária. Ela critica medidas como aumento de pena para integrantes de facções e a intenção de equiparar crime organizado com terrorismo. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Qual é o caminho para enfrentar a violência armada no Rio?

É preciso um completo redirecionamento das políticas de segurança pública para que elas passem a atuar com inteligência e com respeito ao direito à vida das pessoas. Esse modelo de atuação centrado em operações policiais de incursão armada é o que já se faz há quatro décadas — e já se provou não apenas ineficiente como algo que contribui para a escalada da violência armada no Rio de Janeiro.

Por que o método é perigoso?

O único método de combate ao crime, usado no Rio, é realizar incursões armadas nesses territórios. No entanto, quanto mais violentas são essas operações, maior é o

estímulo para que esses grupos armados ofereçam maior resistência à atuação da polícia. Então, temos uma situação de conflitos, que vem se escalando há décadas.

Há também a exposição dos policiais...

Quatro policiais mortos. Mostra um descaso do ponto de vista das autoridades públicas com a vida de seus próprios agentes. Mas quatro policiais mortos para 117 pessoas mortas pela polícia é uma razão de um policial morto para cada 29 pessoas mortas pela polícia. É um claro indício de abuso da força e uma clara evidência de que a gente não está falando com grupos que desafiam o poder bélico do estado de forma alguma. Então, se eles se perpetuam dessa forma, é porque não há o empenho em dismantelamento dessas redes criminais, em regulação dos mercados que constituem as bases econômicas desse grupo, em investigar de verdade os mercados de armas que fornecem armamento para esses grupos.

O governador do Rio afirmou que a operação foi um sucesso. Como rebater essa declaração?

Essas vidas que foram ceifadas durante o massacre são

Reprodução/CNN



O Brasil prende cada vez mais, a polícia mata cada vez mais, e ninguém vê o Brasil se tornando um país mais seguro"

insubstituíveis do ponto de vista dos seus familiares. No entanto, do ponto de vista do Comando Vermelho, todas são absolutamente substituíveis. Há décadas são feitas operações policiais, a

maioria delas ocorre em áreas de Comando Vermelho, as megachacinas que aconteceram durante o governo Cláudio Castro foram todas em áreas de Comando Vermelho, e, mesmo assim, o que a

gente observa é que esse grupo continua expandindo seus territórios. No entanto, a população é muito mal-informada. Há uma mobilização por parte de autoridades públicas mal-intencionadas, que se utilizam da sensação de insegurança para prometer soluções fáceis para problemas difíceis. E propagam a ideia de que prender e matar pode funcionar. O Brasil prende cada vez mais, a polícia mata cada vez mais, e ninguém vê o Brasil se tornando um país mais seguro.

Decretar GLO funciona?

Todas as GLOs no Rio de Janeiro foram um fracasso. Não temos, no Rio de Janeiro, uma crise de segurança pública, temos uma crise humanitária, que foi promovida pelo governo por autorizar o massacre. A experiência de violência armada Rio é marcada pela segregação socioespacial. As pessoas que vivem nos bairros mais abastados estão submetidas apenas à criminalidade comum, como qualquer grande cidade do mundo. No entanto, a população que vive sob domínio desses grupos armados é quem tem uma experiência de viver no fogo cruzado entre a violência dos grupos armados e a do estado.

Aumentar penas é eficiente?

Propostas de aumentar a pena para certos crimes são medidas populistas, que não surtem nenhum efeito dissuasivo da prática de crimes. Os jovens que ingressam nessas redes criminosas não estão contando com a impunidade, eles sabem que serão presos ou mortos. A prisão, no Brasil, oferece péssimas condições de encarceramento, sabe-se que é um massacre, sabe-se que a morte é um destino inevitável para as pessoas que ingressam nas fileiras do crime. Mesmo assim, esses jovens acabam ingressando nessas organizações, não por um cálculo racional de que vai dar certo, e, sim, por uma completa falta de oportunidade, de amparo por parte de políticas sociais e de políticas de assistência do Estado.

Como avalia o projeto de lei que equipara facções a terrorismo?

Isso é um disparate. O Comando Vermelho é um grupo armado que atua em mercados ilegais, que utiliza da violência, da força, para controlar a venda de drogas e de outros mercados e, assim, obter lucro, ou seja, não há nenhuma motivação política relacionada à atuação do Comando Vermelho.

JUDICIÁRIO

Mesmo hostilizado, Gonet é reconduzido

Placar de 45 x 26 foi menos folgado do que na primeira indicação. Procurador foi confrontado pelo senador Flávio Bolsonaro, na CCJ, devido à condenação do pai

» ALICIA BERNARDES
» FABIO GRECCHI

O Plenário do Senado aprovou, ontem, por 45 x 26, a recondução de Paulo Gonet ao comando da Procuradoria-Geral da República (PGR) até o fim de 2027. A votação, realizada de forma secreta, exigia pelo menos 41 votos favoráveis. Nos bastidores do Senado, porém, comentava-se que o resultado serviria de termômetro para a indicação do Palácio do Planalto para o futuro ocupante da 11ª cadeira do Supremo Tribunal Federal (STF). Sobre tudo depois de uma sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que teve momentos de hostilidade a Gonet e exigiu que o presidente do colegiado, senador Otto Alencar (PSD-BR), interviesse para baixar a fervura.

Apesar da recondução, desta vez Gonet enfrentou forte oposição dos bolsonaristas, irritados com os pedidos de condenação feitos pela PGR dos golpistas que tentaram manter Jair Bolsonaro na Presidência, mesmo derrotado nas eleições de 2022. A rejeição ao seu nome começou no dia anterior, quando o senador Eduardo Girão (Novo-CE) adiantou o voto contrário ao PGR.

Na sessão da CCJ, o mais exaltado foi o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), por conta do fato de o pai ter sido condenado a 27 anos e três meses de prisão por chefiar a organização criminosa que atentou contra o Estado Democrático de Direito. “A prerrogativa de proteção das garantias constitucionais individuais e da sua própria instituição não existem mais no Brasil. Não é o Ministério Público que decide, mais é o senhor que instrui ou deveria instruir o processo, porque nem isso você está fazendo mais. Quem faz é o ministro Alexandre de Moraes, em vários processos. Eu acho que, e digo isso com tristeza no coração, os membros do Ministério Público Federal devem ter vergonha do senhor hoje. Muita vergonha”, criticou Flávio, acusando o PGR de endossar supostas irregularidades de Moraes.

Gonet ficou calado e não mudou de expressão facial. Nesse momento, Alencar interveio e cobrou do filho 01 do ex-presidente — que pode ser recolhido ao regime fechado de detenção ainda este mês — urbanidade no tratamento ao PGR, lembrando-lhe de que, ao longo de 30 anos de vida pública, jamais destratou um adversário político em momentos solenes como aquele. O senador Jayme Campos (União-MT) também chamou a atenção de Flávio. Outros

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Gonet não reagiu ao ataque do filho 01 de Bolsonaro. E disse que a PGR não atua com motivação partidária



Não é o Ministério Público que decide, mas é o senhor que instrui ou deveria instruir o processo, porque nem isso você está fazendo mais. Quem faz é o ministro Alexandre de Moraes, em vários processos. Eu acho que, e digo isso com tristeza no coração, os membros do Ministério Público Federal devem ter vergonha do senhor hoje. Muita vergonha”

Crítica do senador Flávio Bolsonaro a Paulo Gonet

bolsonaristas que participaram da sabatina foram mais comedidos.

Como resposta a Flávio, o procurador leu uma mensagem de apoio do presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), José Schettino. “Parece que não há vergonha da classe em ter o atual procurador-geral à frente da carreira”, alfinetou Gonet.

Atuação técnica

Na exposição inicial, Gonet defendeu a atuação técnica da PGR e afirmou que a instituição não tem “bandeiras partidárias”, nem propõe “denúncias precipitadas”. “A tinta que imprime as peças produzidas pela Procuradoria-Geral da República não tem as cores das bandeiras partidárias”, frisou. O procurador também enfatizou que o chefe do MPF “não julga ninguém, apenas leva o relato de fatos apurados à avaliação do Judiciário”, destacando

que o respeito ao sigilo judicial foi “sempre obedecido de modo absoluto e assim continuará a ser”.

Questionado sobre temas sensíveis, como a proposta de anistia aos bolsonaristas condenados pelos ataques do 8 de Janeiro às sedes dos Três Poderes, Gonet classificou o debate como “polêmico do ponto de vista jurídico” e defendeu que a decisão cabe ao Congresso. Também foi indagado sobre a relação com o STF e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os pedidos de impeachment de ministros e o combate ao crime organizado. Ele reafirmou que a PGR atua com base em “ponderação técnica e racionalidade jurídica”. No fim da sessão na CCJ, o resultado de 17 x 10 deixou claro que somente os bolsonaristas não queriam a recondução do chefe do Ministério Público Federal (MPF).

A votação no Plenário foi conduzida pelo presidente do Senado,



Parece que não há vergonha da classe em ter o atual procurador-geral à frente da carreira”

Gonet rebate Flávio, ao ler mensagem de apoio do presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República

Davi Alcolumbre (União-AP), que convocou um “esforço concentrado” para garantir o quórum de deliberação, em meio à realização da COP30, em Belém. Gonet, porém, recebeu um número de votos favoráveis menor do que quando foi indicado à PGR, em 2023 — passou com um placar de 65 x 11. O resultado pode ser um indicativo de que o nome proposto pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para suceder o ministro Luís Roberto Barroso no STF encontrará pesadas resistências, sobretudo se for o advogado-geral da União, Jorge Messias, o nome mais cotado.

Além da recondução de Gonet, os senadores analisaram indicações para o Superior Tribunal Militar (STM), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

» LEIA MAIS sobre Paulo Gonet no caderno **Direito & Justiça**

Dino cobra “lealdade” em atuação no STF

» IAGO MAC CORD

O comportamento do advogado de um dos réus do núcleo 3 da trama golpista levou o presidente da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino, a cobrar “lealdade” das defesas que vêm atuando na Corte. O ministro fez questão de frisar que há valores e exigências de conduta e assegurou que o STF valoriza as argumentações que vêm sendo apresentadas em favor dos réus no processo.

A intervenção de Dino foi em função da sustentação do advogado Jeffrey Chiquini, que defende o tenente-coronel Rodrigo Bezerra de Azevedo. Ele assegurou que o militar não tem ligação com as ações do Plano Punhal Verde-Amarelo — que previa a morte do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do vice-presidente Geraldo Alckmin e do ministro Alexandre de Moraes, então presidente do Tribunal Superior Eleitoral — e que não participou de reuniões preparativas para o golpe, conforme a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Rosinei Coutinho/STF



Atuação de advogado de réu levou ministro a fazer advertência

“Ministro presidente, veja só a insanidade acusatória. Como um tenente-coronel, que é liderança, não participa das reuniões de planejamento? Não faz sentido”, argumentou Chiquini.

O defensor continuou as críticas, voltadas, sobretudo, para o delegado federal Fabio Shor, para o subprocurador-geral da República, Paulo Jacobina, e na direção do próprio STF, ao afirmar que

não teve acesso às provas contra o cliente. Foi quando Dino interveio, salientando que quem faz parte do Judiciário precisa seguir a lei e o Código de Ética, dentro e fora das Cortes.

“Fazemos questão de acentuar que o tribunal, assim como faz em relação às partes, exige também como dever legal de respeito. E isto vale para esta tribuna, que não é uma tribuna parlamentar, que não é uma tribuna do tribunal do júri, e vale também para as outras manifestações externas a este plenário. O tribunal tem sido, ao longo desses mais de 100 anos de República, extremamente leal com a advocacia brasileira. Portanto, reinvindicamos idêntico tratamento, não só nesta tribuna como fora dela”, cobrou o ministro.

Dino salientou, ainda, que a Primeira Turma tem valorizado as manifestações dos advogados durante o julgamento dos réus da trama golpista. “Sabemos bem nosso papel. E o temos feito com muita serenidade, prudência, equilíbrio, como compete ao órgão julgador”, observou. **(Com FG)**

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Queda de braço sobre segurança tem viés de secessão

A disputa entre o governo federal e os governadores de oposição sobre a política de segurança pública e a legislação penal não é apenas técnica ou operacional, mas política, histórica e federativa. O impasse na definição do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), adiada mais uma vez na Câmara, revela a persistência de um modelo de poder local armado, forjado há mais de um século, e que hoje se expressa na política nacional por meio de figuras como o deputado Guilherme Derrite (PP-SP), relator do PL Antifacção. Derrite é policial militar formado na cultura da antiga Força Pública paulista, que durante décadas funcionou como um verdadeiro exército estadual.

Criada em 1831 e consolidada na República Velha, a Força Pública de São Paulo foi a mais poderosa corporação policial do país. Seu efetivo, treinamento e armamento rivalizavam com os do Exército. Em 1932, ela constituiu o núcleo militar da Revolução Constitucionalista, quando São Paulo se insurgiu contra Getúlio Vargas em nome da Constituição, mas, também, da autonomia estadual. Derrotada militarmente, a Força Pública manteve o prestígio político e a identidade castrense.

Tornou-se símbolo do orgulho paulista, de autonomia e de autossuficiência, valores que moldaram a Polícia Militar após a fusão com a Guarda Civil, em 1970. Desde então, a PM-SP preserva a estrutura de um exército de província, com forte ethos hierárquico e doutrina de combate ao “inimigo interno”. Essa tradição explica por que São Paulo resiste, até hoje, a submeter sua política de segurança à coordenação nacional.

A lógica é a mesma de sempre: desconfiança em relação ao poder central e autonomia das armas regionais. A antiga Força Pública sobrevive não apenas nos quartéis, mas na mentalidade dos políticos que se projetam da segurança para o Congresso. Essa tradição, apesar de isolada após a derrota constitucionalista, sobreviveu inclusive ao regime militar, que também deu às demais forças policiais do país uma formação militar.

Ex-oficial da ROTA, uma tropa de elite criada em plena ditadura militar, Derrite transformou essa herança institucional em discurso político. Sua carreira foi construída sobre a ideia de que a criminalidade deve ser tratada como guerra e o policial, como soldado de trincheira. Secretário de Segurança de São Paulo, no governo de Tarcísio de Freitas, por indicação do ex-presidente Jair Bolsonaro, deixou o cargo e reassumiu o mandato de deputado federal com o propósito de articular a pauta de endurecimento penal e de equiparação das facções criminosas a organizações terroristas.

Derrite não é um caso isolado: ele expressa uma cultura política de extrema-direita que concebe o Estado como força tutelar e disciplinadora, não como mediador de direitos. É sob essa lente que a segurança se converte em instrumento de controle social e afirmação de poder regional. Como relator do PL 5.582/25, Derrite inicialmente propôs que o tráfico e o comando de facções fossem enquadrados como crimes de terrorismo, deslocando o tema da esfera da segurança pública para o da segurança nacional. Essa é a doutrina da “guerra interna” — e a negação do princípio constitucional segundo o qual a segurança é dever do Estado e direito do cidadão.

Impasse continua

Diante da resistência de órgãos de Estado, como o Ministério Público Federal, a Polícia Federal e a Receita Federal, além de juristas, magistrados e especialistas em segurança pública, foi obrigado a recuar. Entretanto, não desistiu de esvaziar a ação desses órgãos, transferindo seus recursos para os governos estaduais na terceira versão do seu relatório sobre o chamado Novo Marco da Segurança Pública. A proposta encontra aderência na Câmara porque há muitos parlamentares enrolados no Supremo Tribunal Federal (STF), por causa de desvios de recursos de emendas parlamentares, que são investigados pela PF, pela Receita e pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e, mais uma vez, querem se blindar dos processos.

A proposta da PEC do SUSP, inspirada no modelo do SUS e que busca integrar as forças de segurança sob coordenação da União, com interoperabilidade de dados e comando conjunto, parece um óbvio ululante, como diria Nelson Rodrigues. Trata-se de enfrentar o crime organizado que atua em escala nacional com base de inteligência e ação cooperada dos órgãos de inteligência. O problema é que os governadores de oposição — especialmente Tarcísio de Freitas e Cláudio Castro (RJ) — veem a medida como invasão de competências.

Criaram o chamado Consórcio da Paz, uma confederação de governos estaduais que funciona como frente política paralela ao Ministério da Justiça. O gesto de Castro ao enviar mensagens a Donald Trump, pedindo o reconhecimento do Comando Vermelho como organização terrorista, escala o conflito e ultrapassa o debate jurídico. É um gesto de soberania paralela, com viés de secessão. Reflete um país dividido ideologicamente, que perdeu coesão social e não tem um projeto unificador.

Com a Operação Contenção, no Rio, na qual morreram 121 pessoas, entre as quais quatro policiais, a proposta de adoção de leis de exceção, com grande fração do território tomada pelo crime organizado, encontra aderência na opinião pública. Resultado: o Estado passou a agir como força ocupante em zonas de guerra, num ambiente saturado pela elevação da criminalidade, haja vista o roubo de celulares, em alguns casos, medianos latrocínios, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Mas é uma fuga para a frente diante do fracasso dos governos estaduais no combate à criminalidade.



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Vai assim mesmo

Deputados e senadores da oposição querem insistir no projeto antiterrorismo, de forma a deixar Lula com a pecha de vetar o texto. A avaliação de uma parcela expressiva dos conservadores é de que a população refém de criminosos em bairros das grandes cidades e em municípios do interior é favorável a essa matéria.

No embalo, mas...

A pesquisa Genial/Quaest divulgada esta semana, por exemplo, indicou que 73% dos entrevistados defendem que organizações criminosas sejam classificadas como terroristas. O percentual favorável ao projeto da oposição não emparedaria Lula. Há quem avalie que, antes disso, o texto seria derrubado no STF.

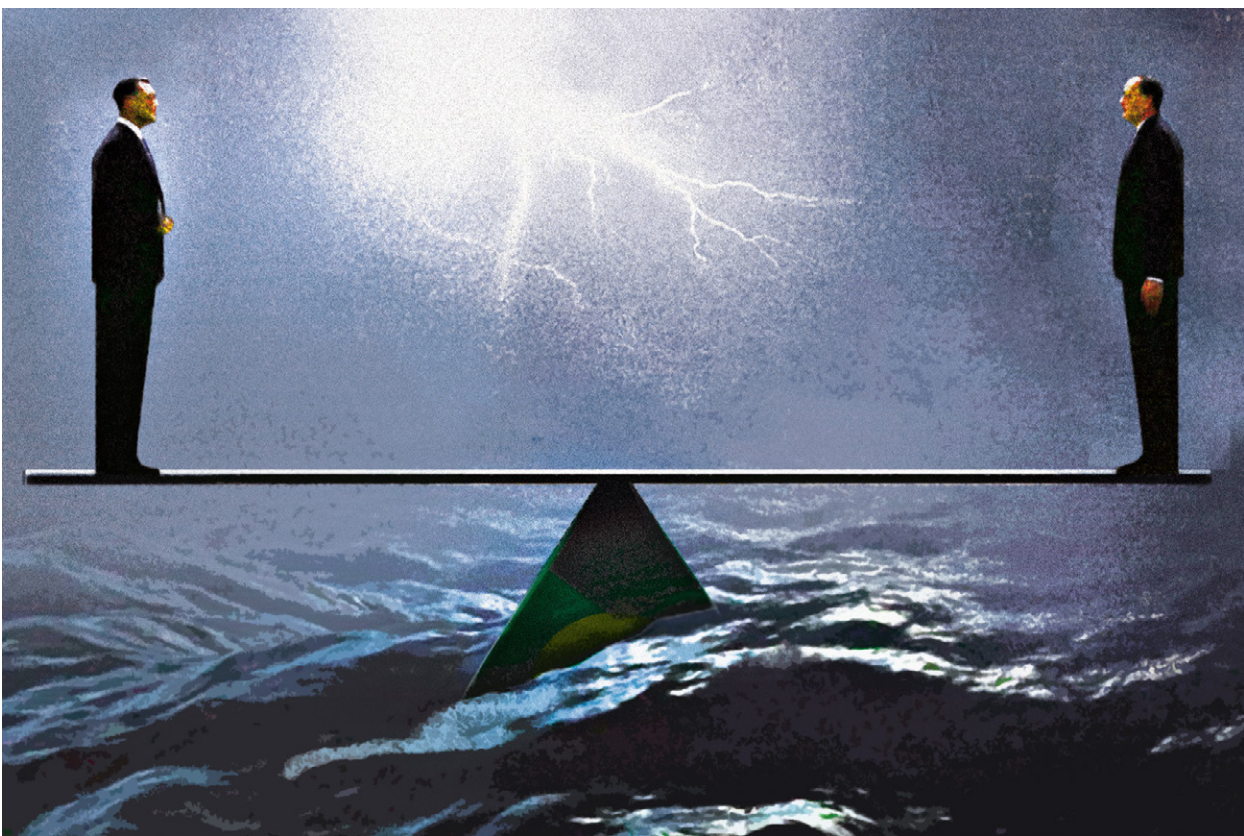
Haddad x Derrite

As críticas do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao deputado Guilherme Derrite (PP-SP), relator do projeto antifacções, é praticamente um “esquentar” da campanha para o Senado. Haddad é um dos nomes do PT para concorrer a uma das vagas. O ministro mencionou o “açodamento” para votar a proposta. Porém, quem enviou ao Congresso com o status de “urgência urgentíssima” foi o governo.

Por falar em Derrite...

O deputado esperava votar tudo logo esta semana e retornar à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo com esse projeto aprovado. Se demorar demais, não vai conseguir voltar ao cargo estadual.

Um risco para Messias



A recondução de Paulo Gonet ao cargo de procurador-geral da República por 45 votos a 26 deixou o governo preocupado com a perspectiva de aprovação do nome do advogado-geral da União, Jorge Messias, para ministro do Supremo Tribunal Federal. Gonet reúne parte expressiva dos partidos de centro e tem amigos à direita. Messias é considerado um “petista raiz”. Além disso, entre os centristas, há quem diga que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já nomeou dois ministros totalmente seus, inclusive o próprio advogado, Cristiano Zanin. Agora, é preciso abrir essa indicação a integrantes do meio jurídico que não tenham um DNA tão vinculado ao partido e ao governo.

» » » » »

Veja bem/ Em sua condução ao cargo, Gonet havia sido aprovado por 65 votos. Os 20 votos a menos que o PGR recebeu esta semana foram fruto de um trabalho direto do presidente da casa, Davi Alcolumbre (União-AP), e de aliados do procurador-geral. Ainda assim, foram apenas quatro votos acima do necessário para aprovação de um ministro do STF. Os otimistas dizem que está tudo bem para Lula indicar quem quiser ao STF. Os realistas recomendam que todo cuidado é pouco.

CURTIDAS

E a economia, hein?/

A inflação desacelerou em outubro e atingiu o mais baixo patamar para esse mês em 27 anos. Só tem um probleminha: a população, hoje, está mais preocupada com a segurança pública, um tema em que o governo federal não vai bem.

Enquanto isso, na COP30.../

Um dos itens de atenção dos próximos dias será a tentativa de ampliação das metas de redução do uso de combustíveis fósseis. A Arábia Saudita, que exporta petróleo, não pretende aprovar esse ponto da agenda.

A hora de mostrar serviço/

Ao longo da semana, os parlamentares não só aprovaram a indicação de autoridades, mas levaram a voto propostas que a população anseia, como a proibição dos descontos para associações em benefícios do INSS, que seguiu à sanção presidencial.

Carlos Moura/Agência Senado



Por falar em aprovação.../

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (**foto**), marcou para 17 de dezembro a votação da Lei Orçamentária de 2026. A ideia é correr com essa proposta a fim de garantir a liberação das emendas no primeiro trimestre do ano que vem.

DESAFIOS 2026

O protagonismo do Brasil no cenário mundial

O país está diante de escolhas decisivas. Em um momento de transformações globais, o Correio Braziliense promove o tradicional debate "Desafios 2026".

Mais do que um encontro, o evento será um espaço de reflexão, diálogo plural e construção de soluções para o desenvolvimento nacional.

PARTICIPE COMO PATROCINADOR E REFORCE O COMPROMISSO DA SUA MARCA COM O FUTURO DO BRASIL:

10 DE DEZEMBRO
a partir das 08h30
auditório do Correio Braziliense
(SIG Qd. 02 Lt. 340)

ESCANEE O QR CODE E ENTRE EM CONTATO COM NOSSA EQUIPE

Realização: **CORREIO BRAZILIENSE**

Produção: **CB Brands**



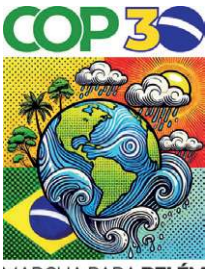
»Entrevista | **CARLOS TRABUCO** | PRESIDENTE DO CONSELHO DA FEBRABAN

Ex-presidente do Bradesco demonstra otimismo com a economia brasileira e considera a dívida pública “administrável”

“O Brasil é um país competitivo”

» ROSANA HESSEL
» ENVIADA ESPECIAL

A pesar de a atividade econômica estar em processo de desaceleração, como reflexo da taxa de básica da economia (Selic) em 15% ao ano, e as sobretaxas dos EUA a produtos brasileiros, o banqueiro Carlos Trabuco, presidente do Conselho Diretor da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), acredita que o país é competitivo no cenário internacional e aponta oportunidades na área de sustentabilidade. “Mesmo com as turbulências nos fluxos de comércio internacional, o Brasil tem estado presente. Então, o Brasil é um país competitivo. Temos desafios, mas o custo de capital é elevado”, afirmou Trabuco, em entrevista ao **Correio**, ontem, após participar do Fórum de Finanças Sustentáveis, em Belém. O evento paralelo à 30ª Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Mudanças Climáticas (COP30), é organizado pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg) em parceria com a Febraban e a Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (Anbima). Confira a entrevista:



Qual a sua avaliação do desempenho da economia brasileira? Ela preocupa ou o senhor acha que ela tem potencial de crescer mais, pois a renda média continua baixa?

A economia brasileira tem dado a resposta. O setor empresarial tem dado resposta aos desafios que a economia tem apresentado. Mesmo com as turbulências nos fluxos de comércio internacional, o Brasil tem estado presente. Então, o Brasil é um país competitivo. Temos desafios, mas o custo de capital é elevado.

Com esse cenário de juros a 15% ao ano?

Esse cenário de juros elevados é muito apertado para novos investimentos. Agora, a inflação está controlada. Ela já cedeu bastante. Mas o PIB tem crescido muito abaixo do potencial. O país tem um PIB poten-

cial para ter um crescimento mais acelerado. Então, alguns ajustes para 2026 vão acabar sendo dinâmicos para a economia brasileira. O Brasil tem várias forças, mas uma das forças grandes é o mercado interno. O mercado consumidor brasileiro é extremamente ativo. Em 2026, com a perspectiva de ter uma taxa de juros, um custo de capital menor do que tivemos em 2025, isso vai dar um alento à economia no próximo ano.

Divulgação/CNSeg



O Brasil tem vários bônus, e um deles é o bônus de uma economia sustentável, de um modelo energético sustentável”

E com relação a essa questão da sustentabilidade, ela pode ser um diferencial para atrair investimentos voltados para a transição energética?

O Brasil tem vários bônus, e um deles é o bônus de uma economia sustentável, de um modelo energético sustentável. Vinte e três por

cento da energia brasileira é renovável, ao contrário do mundo que não passa de 5%, e, incluindo a hidrelétrica, isso vai para números bem maiores. E isso é uma vantagem para o Brasil ser um grande atrator de investimentos, principalmente os data centers que requerem energia, vamos dizer, barata.

Agora, em meio a COP30, o governo sinaliza investimentos na área de petróleo autorizando a exploração na margem equatorial. Isso não é uma contradição para o Brasil, porque ele pode sujar a matriz energética?

Acho que esse movimento

agora, que é um movimento exploratório, é importante o país saber e conhecer qual é o potencial de extração que tem nessa bacia. A exploração fica para o momento posterior.

E com relação à questão das contas públicas, os bancos são um dos maiores credores da dívida pública junto com as seguradoras. Como é que o mercado financeiro olha para essa questão da sustentabilidade da dívida pública?

Nós vemos que a dívida pública é administrável. O Brasil tem PIB suficiente e PIB potencial, para ter uma redução da proporção da dívida interna com relação ao PIB. É evidente que não são só os bancos, mas também as pessoas físicas e jurídicas, possuem aplicação financeira, possuem uma contraparte na dívida interna. E eu acho que o Tesouro Nacional faz um trabalho bom de fazer emissões, que as últimas emissões, mesmo os bonds brasileiros, têm sido bem sucedidas pela atração.

Mas houve emissões de NTN-B pagando 8%, acima da inflação. Isso não pode ser um problema lá na frente?

Não, acho que o problema, se houver, tem que ser administrado.

* **A jornalista viajou a convite da CNSeg**

Barcos abrem Cúpula dos Povos

A Cúpula dos Povos, evento paralelo à COP30, que acontece na sede da Universidade Federal do Pará (UFPA) até 16 de novembro, teve início ontem, com uma manifestação navegada pelas águas da Baía do Guajará, em Belém: a barqueada. O ato também conclui a Caravana da Resposta, que saiu de Sinop, no Mato Grosso, em 8 de novembro, e chegou a Belém, no último dia 10.

Povos Kayapo, Munduruku, Kayapó Panará, Borari, Tupinambá, Xipaya, Arapiun, quilombolas, sem terra, sem teto, sem direitos, periféricos, agricultores, pescadores, extrativistas, ribeirinhos estavam representados nos barcos.

No trajeto pelas terras e rios do país, os diferentes povos percorreram o chamado “corredor da soja” e denunciaram os impactos do agronegócio e das grandes obras de infraestrutura, como a Ferrogrão e as hidrovias do Arco Norte,

sobre territórios e vidas tradicionais. O lema da manifestação foi “a resposta somos nós”, sinalizando o pedido por escuta, respeito e soberania popular.

“Os povos indígenas estão lutando desde o início. Temos que ser respeitados, valorizados, conforme a nossa cultura. Então, a resposta somos nós”, disse o líder indígena Bepmoroi Metuktire, de Mato Grosso, membro da articulação do Instituto Raoni. “Durante a Caravana, tivemos essa conexão e união com outros parentes nossos que estão enfrentando vários tipos de ameaças dentro dos territórios deles. E são ameaças iguais às que nós enfrentamos também. Então, precisamos juntar forças para lutar e defender nossos territórios”, complementou.

A manifestação reuniu mais de 200 embarcações, com cerca de 5 mil pessoas, segundo os organizadores. Em uma das barcas, povos

tradicionais se apresentaram com músicas, poesias e compartilharam as principais bandeiras de luta.

Quilombolas

Da comunidade quilombola Morada da Paz, território de Mãe Preta, no Rio Grande do Sul, veio Kahamy Adetta, que exerce a função religiosa Iyá Ekedi na Nação Muzunguê. Ela lista uma quantidade grande de ameaças que os quilombolas enfrentam por conta de um pretenso desenvolvimento econômico liderado por empresários e políticos.

“Exigimos o direito à consulta prévia, livre, informada e de boa fé para todas as comunidades tradicionais, para todos os territórios indígenas ameaçados e já atingidos por empreendimentos de infraestrutura, pela mineração e empreendimentos imobiliários, assim como ampliação de estradas, que

AFP



Os barcos carregaram representantes dos povos originários em protesto às margens da COP30

desrespeitam a soberania dos povos, a soberania da terra, soberania da água”, disse.

Kahamy destaca como os quilombolas e comunidades

periféricas são especialmente atingidas pelas mudanças climáticas, provocadas pelas emissões de gases do efeito estufa. “Só reconhecemos a possibilidade da

vida, se a água, se a terra, se o ar são puros. E se temos o direito de ser e de viver como queremos”, disse a líder quilombola (**Com Agência Brasil**).

O futuro *caminha* com a gente

O **Correio Braziliense** traz para você a cobertura completa da **COP 30**

Acesse o site do projeto e saiba mais!

Patrocinador Oficial:

IBRAM
MINERAÇÃO DO BRASIL

Realização:

CORREIO BRAZILIENSE

CB Brands
ESTRUTURA DE CONSUMO



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação		
Na quarta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na quarta-feira	Últimos	Comercial, venda na quarta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)		
0,07% São Paulo	0,68% Nova York	153.338	157.632	R\$ 5,293 (+0,38%)	R\$ 1.518	R\$ 6,133	14,90%	14,90%	junho/2025 0,24 Julho/2025 0,26 Agosto/2025 -0,11 Setembro/2025 0,48 Outubro/2025 0,09
	7/11 10/11 11/11 12/11	6/novembro 5,348 7/novembro 5,335 10/novembro 5,307 11/novembro 5,273							

GUERRA COMERCIAL

Em reunião prevista para hoje, o chanceler Mauro Vieira e o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio discutirão a diminuição da tarifa de 50% sobre o café. Exportadores brasileiros estão otimistas com a possibilidade de a taxa ser zerada

EUA sinalizam redução de taxa para café

» VICTOR CORREIA
» PEDRO JOSÉ*

O secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, deve receber o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, hoje, em Washington, para dar continuidade às negociações sobre as tarifas impostas a produtos brasileiros. O encontro acontecerá após uma reunião entre os dois diplomatas realizada ontem, em Niágara, no Canadá, às margens da reunião de chanceleres do G7.

Vieira e Rubio relataram os encaminhamentos técnicos das negociações feitos por ambas as partes. E o chanceler brasileiro explicou que o Brasil enviou uma proposta aos Estados Unidos no dia 4 de novembro. Os dois concordaram ainda em marcar uma nova reunião presencial para continuar as conversas.

Até o momento, as negociações entre Brasil e Estados Unidos ainda não renderam resultados concretos, mesmo depois das conversas pessoais entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump. O lado brasileiro pede a suspensão das tarifas de 40%, que foram somadas à de 10% aplicada sobre todas as nações.

Além de Rubio, Vieira realizou reuniões com os chanceleres da Ucrânia, Andrii Sybiha, com quem discutiu o andamento da guerra contra a Rússia e os esforços para a negociação de paz, e da Coreia do Sul, Cho Hyun, que manifestou interesse em retomar as negociações de um acordo de livre comércio com o Mercosul.

Urgência

O impacto das tarifas norte-americanas sobre o café brasileiro tem sido uma das principais preocupações do setor. O presidente do Conselho Nacional do Café (CNC), Silas

Divulgação/MRE



No Canadá, os negociadores brasileiro e norte-americano conversaram por cerca de cinco minutos e marcaram um novo encontro

Brasileiro, afirmou que a entidade “manteve todos os contatos possíveis no sentido de que a taxação aos cafés brasileiros por parte dos Estados Unidos fosse retirada”. Segundo ele, essa medida “além de prejudicar a produção e as exportações brasileiras, teria forte impacto sobre os consumidores americanos, uma vez que o café é uma commodity que não é produzida naquele país”.

Silas destacou ainda que o CNC tem atuado em parceria com o governo brasileiro para evitar que o tema se transforme em um conflito político. “Trabalhamos junto ao Governo do Brasil para que houvesse o máximo de cuidado em relação

às declarações oficiais, inclusive as do próprio Presidente da República, a fim de evitar um confronto político no qual todas as partes saíam prejudicadas”, afirmou.

O presidente do conselho também citou o posicionamento do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent, que reconheceu a necessidade de uma decisão rápida sobre o tema. “O governo americano não pode mais postergar a decisão sobre a retirada da tarifa, pois a manutenção da penalização afetaria diretamente seus consumidores — o que também não seria o melhor caminho”, disse Silas. O CNC mantém a expectativa

de que em breve, terá o resultado esperado, ou seja, a desoneração de algumas culturas produzidas no Brasil e amplamente consumidas no mercado americano, dentre elas, o café.

O diretor-geral do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), Marcos Antonio Matos, demonstrou otimismo com as negociações. Segundo ele, “houve movimentações de quatro dos maiores torrefadores dos Estados Unidos que contactaram diretamente o Cecafé e comentaram sobre como foram as reuniões com o mais alto escalão da administração Trump na semana passada.”

Matos lembrou que o secretário do Tesouro norte-americano reforçou a urgência de uma decisão. “Scott Bessent falou sobre o problema da inflação e nos próximos dias tomar uma decisão sobre isentar produtos colocando o café em primeiro lugar”, disse. O diretor ressaltou que o café foi um dos itens que mais aumentaram de preço no país estrangeiro. “O café de fato teve a maior inflação dos itens alimentícios, nove vezes a média da inflação norte-americana.”

Antes da imposição das tarifas, o Brasil respondia por até 34% do café consumido nos Estados Unidos. “Nós perdemos por completo



O governo americano não pode mais postergar a decisão sobre a retirada da tarifa, pois a manutenção da penalização afetaria diretamente seus consumidores”

Silas Brasileiro,
presidente do CNC

a competitividade com uma tarifa de 50%, mesmo sendo o café mais competitivo”, afirmou Matos, que defende a isenção em bases iguais para todos os países.

O diretor do Cecafé destacou que as tarifas resultaram em contratos abertos, adiados ou cancelados, o que gerou grande preocupação entre os exportadores devido à perda de espaço nos blends e nos mercados consumidores. Segundo ele, “se o consumidor se adaptar com os novos blends, a gente perde espaços e é muito difícil reconquistar, podendo ser até irreversível.”

Matos acrescentou que a alta nos preços também foi impulsionada por fatores climáticos e pela queda da safra. “Houve mais uma variável que contribuiu para o aumento de preços do café, além, obviamente, da safra brasileira ter sido menor”, afirmou. O preço do café arábica em Nova York subiu de US\$ 284 por libra-peso, em julho, para mais de US\$ 400 em novembro. “A tarifa desarranjou, causou uma grande perda de previsibilidade no mercado”, avaliou.

*Estagiário sob a supervisão de Edla Lula

MOEDA DIGITAL

Drex é inviável, diz Gabriel Galípolo

» RAPHAEL PATI

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, disse, ontem, que a situação do Drex é mais complexa que a do Pix parcelado, por exemplo, e que os testes de segurança identificaram problemas — que envolviam falta de garantia necessária à privacidade dos dados — na estrutura utilizada até então nos testes com o Real Digital. Durante a coletiva de apresentação do Relatório de Estabilidade Financeira (REF) do primeiro semestre de 2025, ontem, na sede do Banco Central, em São Paulo, ele disse que o projeto se tornou inviável.

“O que a gente percebeu é que, após quatro anos, a tecnologia não se revelou viável e que existem hoje maneiras de se conseguir atender isso que a gente quer, que é ter esta rede com ativos tokenizados, com essa questão da certificação, que

vai dar segurança e liquidez para que você tome um financiamento ou faça uma transação com smart control de maneira mais simples, com outras tecnologias”, afirmou.

Diante disso, o BC ainda deve definir, até o ano que vem, uma nova tecnologia para o Real Digital com o objetivo de ser utilizada na fase 3 dos testes. Para o presidente da autarquia, a equipe que realiza o desenvolvimento do Drex está mais “agnóstica” em relação a qual tecnologia usar e que o intuito é garantir que a nova plataforma resolva os desafios de usabilidade para os cidadãos.

“O mandado do Banco Central não é usar uma tecnologia nova. O mandado do Banco Central é: eu quero resolver problemas para a população, que você vê que você precisa complementar a atuação do mercado e facilitar para que o mercado possa desenvolver aquilo, e a área de tecnologia vai

Alexandre Boiczar / Banco Central



te dizer qual é a tecnologia mais adequada para você conseguir fazer aquilo”, acrescentou.

Incidentes

O presidente do BC evitou comentar sobre uma possível data de lançamento, mas afirmou estar mais confiante após o encerramento dos testes com a tecnologia

antiga. Segundo ele, o processo deve ficar mais rápido a partir de agora. “E o que a gente espera é, a partir do momento que, com essa infraestrutura que é o Drex, a população comece a usufruir de novos serviços e de mais facilidades, tudo vai ficar mais claro e simples sobre o Drex. E aí isso vai evoluindo”, disse o presidente.

No relatório publicado ontem

pelo Banco Central, a instituição aponta que houve um aumento expressivo na quantidade de incidentes cibernéticos. De acordo com o BC, esses eventos demonstraram que a materialização do risco cibernético pode trazer implicações para instituições financeiras e de pagamento. Entre os danos causados, estão as perdas financeiras em alguns casos,

O BC vai definir uma nova tecnologia para implementar o Drex, a moeda digital brasileira

além da demonstração de fragilidade em instituições e seus provedores de serviços relacionados a controles essenciais.

Até agosto deste ano, o Banco Central foi notificado em 53 ocasiões por incidentes relevantes desse tipo, o que corresponde a quase o total de casos identificados no ano passado, quando houve 59. As estatísticas reforçam a insegurança do BC com a nova moeda digital, na avaliação de especialistas.

Durante a coletiva, Galípolo também respondeu novamente às críticas sobre a manutenção da Taxa Básica de Juros no patamar de 15% ao ano. Para ele, os comentários são legítimos, mas a autarquia deve manter o rigor técnico para definir a Selic. “Todo mundo pode brigar com o Banco Central. O Banco Central que não pode brigar com os dados”, disse.

FRAUDE NO INSS

Mais prazo para contestar

Governo estende até fevereiro a data para beneficiários questionarem descontos. Senado aprova restrições a cobranças

» VICTOR CORREIA

O governo federal prorrogou o prazo para que aposentados e pensionistas contestem descontos indevidos que possam ter sofrido em seus benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O anúncio foi feito ontem pelo ministro da Previdência, Wolney Queiroz. A data limite, que seria nesta sexta-feira, foi prorrogada por mais três meses, para 14 de fevereiro de 2026.

Segundo Queiroz, a decisão foi tomada porque cerca de três milhões de beneficiários ainda não procuraram o órgão para recuperar os valores. Outra novidade apontada pelo ministro é que o governo devolverá o valor ao beneficiário mesmo se a associação questionar a contestação, devido ao grande volume de documentos falsos que estavam sendo apresentados pelas entidades.

“Observou-se que havia um contingente ainda que não, ou por desinformação, ou porque ainda não teve tempo, que não pediu o dinheiro de volta. Então houve esse consenso de que era melhor ampliar por mais três meses. O prazo vai para o dia 14 de fevereiro”, afirmou o ministro durante o programa *Bom Dia, Ministro*, da estatal EBC. Wolney explicou que, segundo o governo, nove milhões de aposentados e pensionistas sofreram algum tipo de desconto em seus benefícios. Desses, 3,7 milhões já receberam seus reembolsos, somando um valor de R\$ 2,54 bilhões, e outros 3 milhões ainda não contestaram os descontos.

Os recursos estão sendo pagos com um crédito extra de R\$ 3,3 bilhões emitido pela União, mas que serão ressarcidos pelos condenados pela fraude. “O governo ainda não viu de volta (o dinheiro), mas já tem R\$ 2,8 bilhões bloqueados de associações e

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Ministro da Previdência, Wolney Queiroz: três milhões de beneficiários ainda não procuraram o INSS para recuperar os valores descontados

de pessoas físicas ligadas às fraudes. Então, esse dinheiro certamente voltará para os cofres da União. Quem tem que pagar essa conta são os fraudadores”, enfatizou Wolney.

A operação para devolver os valores foi iniciada após o escândalo de fraudes no INSS envolvendo associações de trabalhadores que falsificavam documentos e descontaram valores da folha de pagamento dos beneficiários de forma indevida, sem o conhecimento do titular. O esquema ocorreu entre 2019 e 2024, e os investigadores da Polícia Federal estimam que o prejuízo pode chegar a até R\$ 6,3 bilhões.

Falsificações

Na entrevista, Wolney destacou ainda que o governo vai pagar os aposentados e pensionistas mesmo nos casos em que as associações apresentaram documentos ao governo federal para justificar os descontos. Segundo o ministro, o governo identificou uma grande quantidade de falsificações nesse processo, o que atrasaria o pagamento aos beneficiários. “Mandaram a foto do Pato Donald, em vez de ter a foto de um beneficiário”, ironizou.

“O governo viu que isso ia causar um problema também para as

pessoas que foram descontadas e terminaram atrasando o ressarcimento. Então o governo também vai pagar essas pessoas. Em vez de ficar debatendo isso para ver quem tem razão, a palavra do aposentado, do pensionista, é que vai valer. É outro passo importante”, acrescentou o titular da Previdência.

A expectativa do governo é, ao final do processo, no ano que vem, realizar uma busca ativa direcionada a comunidades quilombolas, ribeirinhas e pessoas com mais de 80 anos, que podem ter dificuldade para acessar os canais de atendimento. Isso será feito mais para

frente, porém, para tentar coibir novos tipos de golpes mirando populações vulneráveis.

“A gente tem medo que as pessoas se aproveitem disso, usem um crachá, um jaleco, dizendo que são do INSS, e procurem indevidamente aposentados e haja um outro tipo de fraude”, explicou Wolney.

Desconto proibido

O plenário do Senado Federal aprovou, ontem, em regime de urgência, o projeto de lei que proíbe descontos relativos a mensalidades associativas nos benefícios

Como anda o ressarcimento

- » 3 milhões e 700 mil pessoas já receberam o reembolso
- » R\$ 2,54 bilhões devolvidos aos beneficiários
- » 3 milhões ainda não acessaram os canais de atendimento
- » R\$ 2,8 bilhões bloqueados de associações e pessoas físicas suspeitos de fraude
- » A contestação pode ser feita pelo aplicativo Meu INSS, em uma agência dos Correios ou pelo número 135.

administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mesmo com autorização do beneficiário. O texto também acaba com a possibilidade de antecipação do pagamento de dívidas no crédito consignado. O PL 1.546/2024 será agora encaminhado à sanção presidencial.

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, o senador Carlos Viana (Podemos-MG) comemorou a aprovação da proposta. “O projeto é uma resposta àqueles que, nos últimos anos, roubaram bilhões daqueles que trabalharam uma vida toda”, disse.

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) afirmou que o projeto “fecha a porta definitivamente para os golpes que atingem um público mais vulnerável”. (Com Agência Senado)

IBGE

Serviço acumula alta de 3,3%

» PEDRO JOSÉ*

O setor de serviços cresceu 0,6% em setembro em relação a agosto, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada ontem. Foi o oitavo aumento consecutivo, acumulando alta de 3,3% no período. O volume atingiu o nível mais elevado da série histórica, 19,5% acima do registrado em fevereiro de 2020, antes da pandemia.

Em comparação com setembro de 2024, o volume de serviços avançou 4,1%, registrando a 18ª taxa positiva seguida. No acumulado de janeiro a setembro, o crescimento foi de 2,8%, e em 12 meses o índice manteve alta de 3,1%.

O gerente da pesquisa, Rodrigo Lobo, acredita que o setor de transportes é fundamental para sustentar o crescimento recente. “O grande destaque é a renovação do ápice da série histórica, agora em setembro de 2025. Essa renovação vem acontecendo desde o último mês de abril. O setor de transportes tem sido o grande responsável por essa sequência de taxas positivas”, avalia Rodrigo.

Das cinco atividades analisadas, três tiveram expansão em setembro: transportes e informação e comunicação, ambos com 1,2%, e outros serviços, com 0,6%. O setor de transportes também acumulou alta de 1,5% em dois meses. Já os serviços profissionais, administrativos e complementares caíram 0,6%, e os prestados às famílias recuaram 0,5%.

“Dentro do setor de transportes também chamam a atenção, ao longo do ano de 2025, o avanço do transporte aéreo de passageiros e da logística de transporte. O primeiro em decorrência de um maior número de deslocamentos das pessoas, seja por conta dos avanços na renda, como pelo fato de termos uma média de preços das passagens mais baixa do que a observada no ano passado. Logística de transportes cresce em função da maior comercialização de mercadorias adquiridas em plataformas

Helena Pontes/Agência IBGE Notícias



O setor de transportes foi o que mais cresceu, em 1,2%

de comércio eletrônico, o que acaba movimentando o armazenamento de mercadorias, a logística e o transporte até o consumidor final”, explica o gerente.

A média móvel trimestral do setor subiu 0,3% no trimestre encerrado em setembro. Todas as atividades apresentaram resultado positivo, com destaque para outros serviços, com alta de 0,8%, e informação e comunicação, com 0,4%.

Na comparação anual, o avanço de 4,1% foi sustentado por quatro das cinco atividades pesquisadas. Os maiores crescimentos ocorreram em transportes, serviços auxiliares aos transportes e Correios, que subiram 6,1%, impulsionados pelo aumento do transporte rodoviário e aéreo de cargas e passageiros.

Também registraram alta os setores de informação e comunicação, com 4,9%, serviços profissionais, administrativos e complementares, com 2,3%, e outros serviços, com 3,0%. Apenas os serviços prestados às famílias tiveram retração de 0,4%, influenciada pela redução das receitas de espetáculos musicais.

Regionalmente, 15 das 27 unidades da Federação registraram crescimento em setembro frente a agosto. São Paulo, com alta de

1,1%, Distrito Federal, 8,3%, Rio Grande do Sul, 2,8%, e Bahia, 3,3%, exerceram os maiores impactos positivos. A queda mais intensa ocorreu em Mato Grosso do Sul, com recuo de 7,4%.

O índice de atividades turísticas teve leve aumento de 0,1% em setembro, segundo resultado positivo consecutivo, acumulando ganho de 1,1% no período. O segmento está 11,5% acima do nível pré-pandemia e 2% abaixo do recorde histórico de dezembro de 2024. O avanço foi impulsionado por Rio Grande do Sul, com alta de 2,7%, e Paraná, 2,0%, enquanto Rio de Janeiro e Goiás apresentaram quedas de 0,6% e 3,8%.

O transporte de passageiros cresceu 0,4% em setembro, acumulando alta de 0,8% em dois meses e está 10,3% acima do nível pré-pandemia. O transporte de cargas avançou 0,7%, quinto resultado positivo consecutivo, e está 39,7% acima do patamar de fevereiro de 2020. Na comparação com setembro do ano anterior, o transporte de passageiros aumentou 10,2% e o de cargas, 5,5%.

* Estagiário sob a supervisão de Edla Lula

ASTRAL

CONTROLE DE PRAGAS URBANAS

A SOLUÇÃO PARA AS PRAGAS DENTRO DE SUA CASA

COMERCIAL - INDUSTRIAL - RESIDENCIAL

- **DESINSETIZAÇÃO;**
- **DESRATIZAÇÃO;**
- **DESCUPINIZAÇÃO;**
- **CONTROLE DE INSETOS ALADOS;**
- **LIMPEZA DE ESPELHOS D'ÁGUA;**
- **LIMPEZA DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUAS POTÁVEL.**

(61) 3364-4050



ESTADOS UNIDOS

E-mails de pedófilo ligam Trump a vítimas



Brendan Smialowski/AFP

Em mensagens trocadas com aliciadora e jornalista, financista acusado de tráfico sexual de menores revela que presidente sabia do esquema cimoso e ficou “horas” na companhia de uma das garotas. Casa Branca nega e cita “narrativa falsa”

» RODRIGO CRAVEIRO

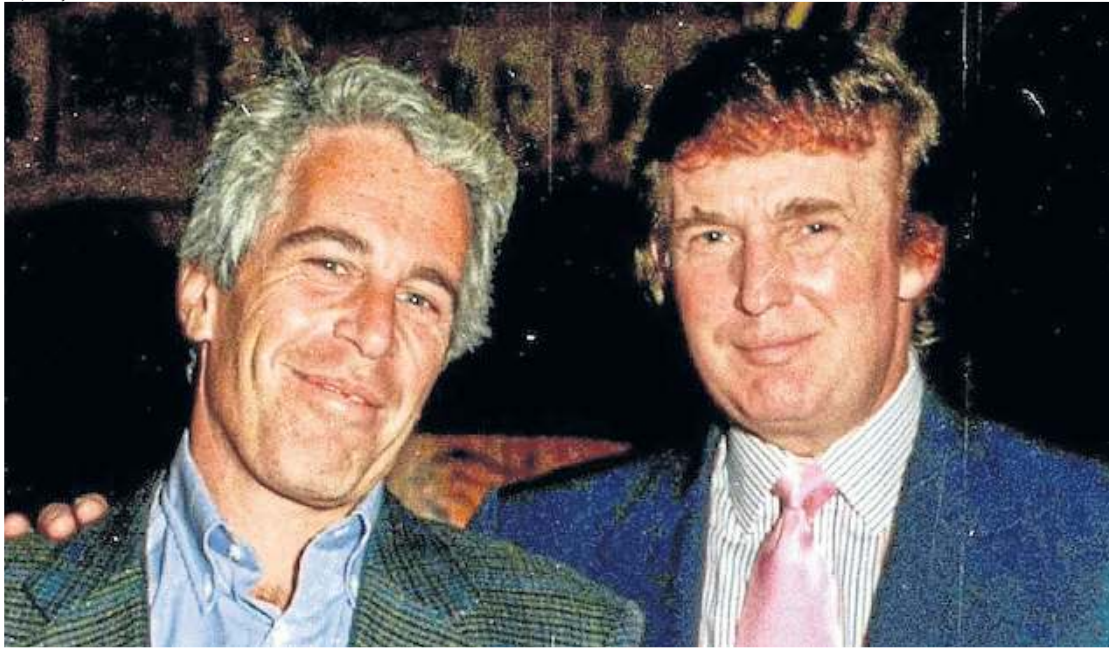
Às vésperas de completar 10 meses à frente da Presidência dos Estados Unidos, Donald Trump voltou ao centro do escândalo envolvendo o financista americano Jeffrey Epstein, acusado de tráfico sexual e pedofilia. E-mails divulgados por democratas da Comissão de Supervisão da Câmara de Representantes sugerem que Trump sabia da conduta criminosa de Epstein. Também revelam que o republicano teria “passado horas” na casa do amigo com uma das vítimas. “Quero que você perceba que aquele cachorro que não latiu é o Trump... (...) Passou horas na minha casa com ele”, afirmou uma das mensagens de Epstein para Ghislaine Maxwell, uma ex-socialite britânica condenada por tráfico sexual. Posteriormente, a Casa Branca identificou a vítima como a principal acusadora de Epstein, Virginia Giuffre. Em outro e-mail, Epstein afirma que “é claro que ele (Trump) sabia sobre as garotas”.

A porta-voz da Casa Branca, Karoline Leavitt, não tardou em desmentir as mensagens trocadas pelo próprio Epstein com Maxwell e com o escritor e jornalista Michael Wolff. Leavitt acusou os deputados democratas de “vazamento seletivo de e-mails para a imprensa liberal, a fim de criar uma narrativa falsa para difamar o presidente Trump”. Ainda segundo Leavitt, “essas histórias não passam de tentativas de má-fé para desviar a atenção das conquistas históricas do presidente”. “Qualquer americano com bom senso percebe imediatamente essa farsa”.

Pouco depois, Trump se pronunciou sobre a divulgação dos e-mails. “Os democratas estão tentando ressuscitar novamente a farsa de Jeffrey Epstein porque farão qualquer coisa para desviar a atenção do quão mal eles lidaram com o fechamento do governo e tantos outros temas”, reagiu em sua plataforma Truth Social, ao citar o shutdown histórico de 43 dias — a paralisação dos serviços do governo federal —, pelo qual ele culpa seus rivais políticos.

As mensagens atribuídas a Epstein repercutiram no establishment de Washington. Conhecido por ser um democrata que vez ou outra defende Trump, o senador John Fetterman dessa vez não contemporizou. “Eu

Reprodução/X



Jeffrey Epstein (E) e Donald Trump em fotografia datada da década de 1990, durante uma festa particular

Para saber mais

Perversão e influência política

Jeffrey Epstein, gerente de um fundo de investimentos que movimentava milhões de dólares, mantinha laços de amizade com muitas celebridades nos Estados Unidos, incluindo o presidente Donald Trump. Também promovia festas regradas a álcool e sexo. Acusado de tráfico sexual de menores e de conspiração para cometer o mesmo crime, foi encontrado morto na cela da prisão, em Nova York, em 10 de agosto de 2019.

Tinha 66 anos. A causada a morte teria sido suicídio. Se fosse considerado culpado, cumpriria uma pena de até 45 anos de cadeia.

Em 2008, Epstein havia sido condenado por pagar jovens por massagens. No entanto, ele ficou apenas 13 meses na prisão, após firmar um acordo secreto com o advogado fornecido pelo estado, que lhe permitiu sair durante o dia para trabalhar.

Epstein teve a ajuda da ex-socialite

britânica Ghislaine Maxwell para aliciar as vítimas. A amiga convidava adolescentes vulneráveis para irem ao cinema e fazer compras, e perguntava por sua escola e família. Então, fazia com que elas sentissem que tinham uma dívida com Epstein. Às vezes, Maxwell participava do abuso sexual das adolescentes, algumas com apenas 14 anos, inclusive em massagens sexuais; às vezes, só olhava, de acordo com a promotora do caso.

Mensagens comprometedoras

From: Gmax [gmax1@elmax.com]
Sent: 4/2/2011 7:09:39 PM
To: jeevacation@gmail.com
Subject: Re:

Importance: High

I have been thinking about that...

----- Original Message -----
From: Jeffrey Epstein <jeevacation@gmail.com>
To: Gmax
Sent: Sat Apr 02 14:25:45 2011
Subject:

I want you to realize that that dog that hasn't barked is Trump. **VICTIM** spent hours at my house with him, he has never once been mentioned. police chief. etc. im 75 % there

2 de abril de 2011

Jeffrey Epstein escreveu para Ghislaine Maxwell, ex-socialite britânica culpada por tráfico sexual infantil. “Quero que você perceba que aquele cachorro que não latiu é o Trump... (Informação omitida) passou horas na minha casa com ele, e ele nunca foi mencionado. Chefe da política etc. Estou 75% convencido”, afirmou. Maxwell respondeu: “Eu tenho pensado sobre isso”.



JOHANNES EISELE

garotas, já que pediu a Gislaine que parasse”, escreveu Epstein.

31 de janeiro de 2019

Em outro e-mail, Epstein trocou mensagens com o escritor e jornalista Michael Wolff, durante o primeiro mandato de Donald Trump. Epstein, aparentemente, aborda a alegação de um pedido de Trump para que o próprio financista renunciasse à condição de sócio do clube de golfe de Mar-a-Lago, pertencente ao republicano. “É claro que ele sabia das

16 de dezembro de 2015

Wolff enviou uma mensagem para Epstein, na qual sugere que deixe Trump se “enforçar sozinho”. “Você pode enforcá-lo de uma forma que gere um benefício positivo para você, ou, se realmente parecer que ele pode vencer, você poderia salvá-lo, gerando dívida”, sugeriu. O autor disse a Epstein que soube que o relacionamento do financista com Trump poderia ser tema de pergunta em um debate da emissora CNN.

Eu acho...

“Não consigo imaginar um mundo em que Donald Trump enfrente quaisquer consequências legais em relação a essa questão, visto que ele controla o Departamento de Justiça. Além disso, a Suprema Corte dos Estados Unidos essencialmente decidiu que nem um presidente nem um ex-presidente podem ser processados por quaisquer atos oficiais.”

MITCHELL EPNER, ex-procurador federal e advogado na firma Rottenberg Lipman Rich P.C. (em Nova York)



Arquivo pessoal

Shutdown mais longo da história chega ao fim

Saul Loeb/AFP



O republicano Mike Johnson, líder da Câmara, fala a repórteres

Depois de 42 dias, 21 horas e 22 minutos, o maior shutdown da história dos Estados Unidos — a paralisação dos serviços do governo federal — terminou, às 22h19 de ontem (no horário de Brasília). Por 222 votos a favor (216 de republicanos) e 209 contra (207 de democratas), a Câmara dos Representantes avalizou o acordo aprovado pelo Senado para reabrir o Estado. O shutdown deixou prejuízos à economia estimados em US\$ 11 bilhões (R\$ 58 bilhões).

A votação nem tinha começado quando duas agências do governo federal — o Departamento

de Saúde e de Serviços Humanos e o Departamento do Interior — enviaram e-mails aos funcionários em que pediam-lhes que se preparassem para o retorno ao trabalho. Durante o shutdown, milhões de americanos tiveram que ser dispensados do trabalho. Aqueles que faziam parte dos serviços essenciais foram forçados a trabalhar sem receber.

O presidente Donald Trump disse “ansioso” para pôr fim a este “fechamento devastador causado pelos democratas”. “Esperamos que a assinatura ocorra esta noite”, declarou a porta-voz da Casa Branca,

Karoline Leavitt, na tarde de ontem. A previsão era de que a sanção presidencial ocorreria às 23h45 (no horário de Brasília).

Indiferença

Professora de governo e sociologia da Universidade de Harvard, Theda Skopcol explicou ao **Correio** que o shutdown “permitiu que os democratas dramatizassem a determinação dos republicanos em restringir o acesso à saúde e aumentar os custos, além de expor a indiferença e a crueldade de Trump”. “O desfecho foi conspícuo e os democratas estão em

debate agora, mas provavelmente nunca teriam conseguido impor mudanças legislativas concretas. Eles venceram de forma decisiva em 4 de novembro, Trump é historicamente impopular e os democratas podem continuar pressionando para vencer em 2026”, afirmou a estudiosa.

Para Skopcol, a paralisação ajudou a melhorar a popularidade de Trump. “O presidente parece muito alheio às preocupações econômicas do americano da classe média. O custo a longo prazo poderá ser o fato de que os republicanos fiquem menos propensos a fazer tudo o que ele pedir”, acrescentou. (RC)

VISÃO DO CORREIO

Brasileiros sentem na pele as mudanças climáticas

Hoje, sobram evidências de que as mudanças climáticas não são obra de ficção, ainda que existam vozes insistindo em leituras contrárias. Os negacionistas, provavelmente, não escapam da crise, também sentem na pele os efeitos desse desequilíbrio ambiental. Basta considerar os números do Índice de Percepção de Mudanças no Clima (IPM-Clima), elaborado pela Quaest. Mais de nove em cada 10 brasileiros — 94%— relatam ter enfrentado esse problema nos últimos dois anos. O Distrito Federal segue a média nacional, com índice de 93,9%.

Ondas de calor mais intensas (69%), secas prolongadas (42%), mudança no padrão das estações do ano (35%), geadas ou ondas de frio mais agudas (34%), incêndios florestais intensos (32%) e chuvas fora do normal (32%) foram os fenômenos mencionados pelos entrevistados. No caso da seca, o levantamento desperta um alerta ainda maior para o Centro-Oeste, que acumula 48% dos relatos.

Como um alerta para a necessidade de o país enfrentar a questão, às vésperas do início da 30ª Conferência das Partes (COP30), em Belém, as cidades de Rio Bonito do Iguaçu, Guarapuava e Turvo, no Paraná, foram atingidos por temporais e ventos (tornados), com velocidade de até 300 km/h. Rio Bonito foi o município mais atingido: 90% das moradias foram destruídas, sete pessoas morreram e centenas ficaram feridas.

Definitivamente, não é o primeiro grande alerta ao país. A tragédia no interior do Paraná soma-se às enchentes que afetaram o Rio Grande Sul no ano passado, deixando um rastro de mais de 180 mortos e 96% das cidades gaúchas atingidas. O Amazonas, no primei-

ro semestre deste ano, também sofreu com os extremos. Em vez de temporais, vários rios caudalosos da Região Norte secaram, afetando vidas humanas e de animais, bem como a economia dos municípios. Uma calamidade que vem se repetindo na Região Amazônica.

Cientistas e especialistas em crise climática têm, incansavelmente, alertado o mundo sobre a necessidade de rever o relacionamento humano com o planeta. Ainda há nações poderosas que se recusam a mudar seus projetos para a economia e para o patrimônio ambiental. Acima de tudo, estão propostas e iniciativas que saciam a ganância por mais riqueza, pouco ou nada importando a qualidade de vida dos seres humanos.

Para os negacionistas, os alertas da ciência não passam de falácia dos estudiosos, e eles seguem com seus planos de intervenção fatal ao meio ambiente. Desprezam quaisquer possibilidades de fazer, por exemplo, uma transição, como a do uso de combustível fóssil, fonte de emissão de CO² na atmosfera — um dos principais elementos que alimentam o aquecimento global.

Nova oportunidade de mudar esse roteiro se dá agora, ao longo das duas semanas da COP30, no Pará. As dificuldades para um avanço são claras — até por conta da ausência dos Estados Unidos, um dos principais poluidores, no debate. Mas esse não é o único desafio. Ainda que haja urgência na mudança do relacionamento dos povos e dos governos com o planeta, as ações concretas, no Brasil, costumam ser marcadas pela morosidade ou esquecidas nos escaninhos dos poderes, deixando para o futuro providências que deveriam ser realidade no presente. Eis outra crise a ser enfrentada.



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Penas contra predadores sexuais

Manter enjaulados permanentemente estupradores, torturadores e assassinos de crianças e adolescentes tinha de ser lei no Brasil. Não se deveria nem mesmo cogitar a ressocialização de criminosos abjetos assim, porque não há recuperação para essa escória. Claro que a cadeia, pelo resto da vida deles, não iria reparar as atrocidades, mas evitaria que outros inocentes fossem vitimados. A Constituição, no entanto, veda a prisão perpétua. Resta, ao menos, o endurecimento de penas.

Nesta semana, o Congresso avançou no tema. Após ser aprovado pela Câmara, projeto que eleva penas para crimes sexuais contra vulneráveis também recebeu aval do Senado. Para virar lei, depende somente de sanção presidencial.

O texto aumenta para 10 a 18 anos a pena de estupro de vulnerável. Lesão corporal grave decorrente do abuso sobe para 12 a 24 anos; e se a violência sexual resultar em morte, a sentença pode chegar a 40 anos de prisão. As penas também serão elevadas para corrupção de menores; exploração sexual; e oferecimento, transmissão e venda de imagens de abuso contra crianças e adolescentes.

O projeto aprovado nas duas Casas ainda determina que os condenados usem tornozeleira eletrônica durante as saídas autorizadas da prisão. E que seja extraído DNA de investigados por violência sexual contra vulneráveis que estejam presos cautelarmente. Em relação às vítimas, prevê que recebam tratamento psicológico e medidas protetivas de urgência.

A lamentar, porém, que no Brasil ninguém cumpre a totalidade da sentença — não importa quão sórdido tenha sido o crime —, tantas são as benesses da legislação. A futura nova lei até versa sobre progressão de regime. Determina que o condenado só terá direito ao benefício se exame criminológico apontar a inexistência de indícios de que cometerá crime semelhante. Isso é muito subjetivo e temerário.

Precisamos ter em mente que meninas e meninos precisam de tratamento diferenciado, por sua vulnerabilidade. Quem comete violência grave contra eles deveria ser sentenciado com penas longas, cumpridas totalmente atrás das grades, sem regalia de qualquer ordem. Quanto mais tempo predadores ficarem longe das ruas, menos riscos para crianças e adolescentes.

» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Na onda

Alguns políticos estão levando a ferro e fogo o artifício que criticar Donald Trump rende dividendos eleitorais. Lula lançou a moda, criticando as taxações aos produtos brasileiros. Pegou pesado, levantando a bandeira da soberania. Trump, por sua vez, evitou passar recibo. Não voltou atrás nas brutais taxações de 40%. Mas Lula está surfando no eleitorado, que parece ter gostado das reações firmes. Tanto deu frutos que Lula e Trump conversaram recentemente. Agora, na COP30, Trump não deu as caras nem mandou representante. Foi alvo de duras críticas. O anfitrião da COP 30, o governador do Pará, Helder Barbalho, não perdeu a chance. Surfou na onda de Lula e desceu o sarrafo em Trump. Palavras de Helder foram bem divulgadas nas redes sociais. Jogar pedras no homem mais poderoso do mundo rende votos, aqui e alhures. Há quem acredite, nessa linha, que foi tudo pensado e estudado. Que os esforços de Helder estão de olho na possibilidade de vir a ser candidato a vice-presidente em 2026. Caso cresçam as especulações, é preciso que Lula e o PT não deixem que o atual, experiente e operoso vice-presidente Geraldo Alckmin, também ministro, fique na chuva. Poderá ser bom senador por São Paulo, estado que já governou por quatro mandatos.

» **Vicente Limongi Netto**
Asa Sul

Guerra X Clima

Lula diz que a guerra é mais cara do que a crise climática. O problema é que o mundo real não é essa paz e amor que todos desejamos. Enquanto a corrida armamentista segue a todo o vapor, e o Brasil esculacha suas Forças Armadas, internamente facções criminosas tomam conta de mais de 20% do território nacional. Soberania? Isso

é ironia. A guerra civil silencia nossa pátria mãe gentil.

» **Artur Lopes**
Brasília

Mães solo

Ser mãe solo é viver entre o amor incondicional e o medo constante de não dar conta. Ignorar as mães solo é ignorar a base da sociedade; isto é, mulheres que sustentam vidas com pouco ou nenhum apoio. A dignidade precisa de estrutura social que a garanta.

» **Paccelli M. Zahler**
Sudoeste

Irlam

Terça-feira última, o jornalista Irlam Rocha Lima compartilhou com os leitores do jornal parte da sua longa e brilhante trajetória na convivência diária com as artes, especialmente às ligadas à música popular brasileira, escrevendo o artigo *Doces lembranças*. Dei meus primeiros passos no jornalismo, como aluno da UnB, assim como o Irlam, convivendo com ele tanto na academia, como nas noites de Taguatinga, para depois optar pela engenharia e medicina. Mas segui como colaborador do **Correio** e continuamos próximos, por anos, até que os rumos das nossas carreiras nos afastaram. Mesmo de longe, acompanhei os seus passos, às vezes nos encontrando. Ele é, verdadeiramente, um ícone do jornal. Talvez seja o mais longo funcionário. Figura conhecidíssima e respeitada, como bem demonstra o seu relato. Sobreretudo, carismático, humilde e articulado. Vida longa, Irlam, você é um orgulho de Brasília, da qual já deveria ter recebido, se não recebeu, o título de cidadão honorário. Orgulho também do **Correio Braziliense**, onde faz história.

» **Humberto Pellizzaro**
Asa Norte

Editora: Carmen Souza // carmensouza.df@dabr.com.br
opiniao.df@dabr.com.br || 3214-1157



Desabafos
» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

O crime organizado existe desde que o samba é samba. Um ano antes da eleição, vira motivo de polarização. Até quando seremos marionetes nas mãos dos políticos?

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Tarcísio de “tretas”: desse jeito, o Fernandinho Beira-Mar se “derrete” de amor por você..

Vital Ramos de V. Júnior — Jardim Botânico

Com 37 casos neste ano, Brasil mantém status de país livre do sarampo. E o melhor: ninguém virou jacaré!

Adriano Rodrigues — Brasília

Realizar a lavagem nasal diariamente, manter a higiene das mãos e cuidar da hidratação via oral são cautelas necessárias para prevenir doenças. Cuide de sua saúde frente às alterações climáticas.

José R. Pinheiro Filho — Asa Norte

Gasolina. Sempre foi assim. Quando tem aumento, eles fazem reajuste de imediato, mas quando é para baixar fica essa safadeza

Evaldo Pontes — Brasília

Tarifaço. Enquanto isso a inflação dos EUA só aumenta, e a nossa, só diminui.

Álvaro Ferreira — Brasília

Os golpistas podem colocar as barbas de molho, porque o ministro Paulo Gonet tem mais dois anos para colocar esse Brasil no lugar que merece! Sem anistia!

José Geraldo — Brasília

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegará”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*	
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM	
			R\$ 1.187,88	
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES	(promocional)
Assine				
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp				
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.				
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.				
Anuncie				
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp				
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2586 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

Saque-aniversário: restrição compromete liberdade financeira



» PAULO SOLMUCCI
Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel)

A decisão do governo federal de impor limites ao saque-aniversário do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) representa um retrocesso na autonomia financeira do trabalhador brasileiro. A partir de novembro, as novas regras reduziram drasticamente a possibilidade de antecipação, estabelecendo um teto de R\$ 2.500 por ano, dividido em cinco parcelas de R\$ 500, além de impor um intervalo mínimo de 90 dias para liberação dos recursos. Essa burocracia transforma um mecanismo simples e eficiente em algo quase inviável para quem enfrenta urgências no orçamento.

O saque-aniversário foi criado em 2019 com um objetivo claro: dar ao trabalhador acesso a parte do próprio patrimônio, sem depender de demissão ou aposentadoria. Em pouco tempo, tornou-se uma alternativa relevante para milhões de brasileiros. Mais de 26 milhões já utilizaram essa modalidade, e a maioria pertence à faixa de renda mais baixa, onde cada real faz diferença para manter as contas em dia.

Não se trata apenas de conveniência, mas de

justiça econômica. O FGTS é um recurso do trabalhador, acumulado ao longo dos anos, e deveria estar disponível para ajudá-lo a enfrentar momentos críticos. Ao impor restrições severas, o governo não apenas limita o acesso ao dinheiro, mas também empurra milhões para linhas de crédito com juros abusivos, como cartão de crédito e cheque especial.

A comparação das taxas é reveladora. Enquanto a antecipação do saque-aniversário tem juros de 1,79% ao mês, o consignado privado chega a quase 6%, e o cartão de crédito ultrapassa 10% ao mês. Em um cenário em que 76% das famílias estão endividadas, negar uma opção segura e barata é condenar o trabalhador a um ciclo de inadimplência. Essa escolha política não protege; ela fragiliza.

Outro ponto ignorado é o impacto social. Pesquisas mostram que a maior parte dos valores antecipados é usada para quitar dívidas, não para consumo irresponsável. Isso significa que o saque-aniversário atua como ferramenta de reorganização financeira, evitando que famílias entrem em colapso econômico. Ao restringir essa possibilidade, o governo desconsidera a realidade de quem vive com renda apertada e enfrenta juros extorsivos.

Há também um efeito macroeconômico positivo que está sendo desprezado. Quando trabalhadores conseguem equilibrar suas contas, voltam a consumir de forma planejada, beneficiando setores como comércio, serviços e alimentação fora do lar. Essa circulação de recursos gera empregos e fortalece pequenos negócios. Limitar o saque-aniversário é, portanto, uma medida que

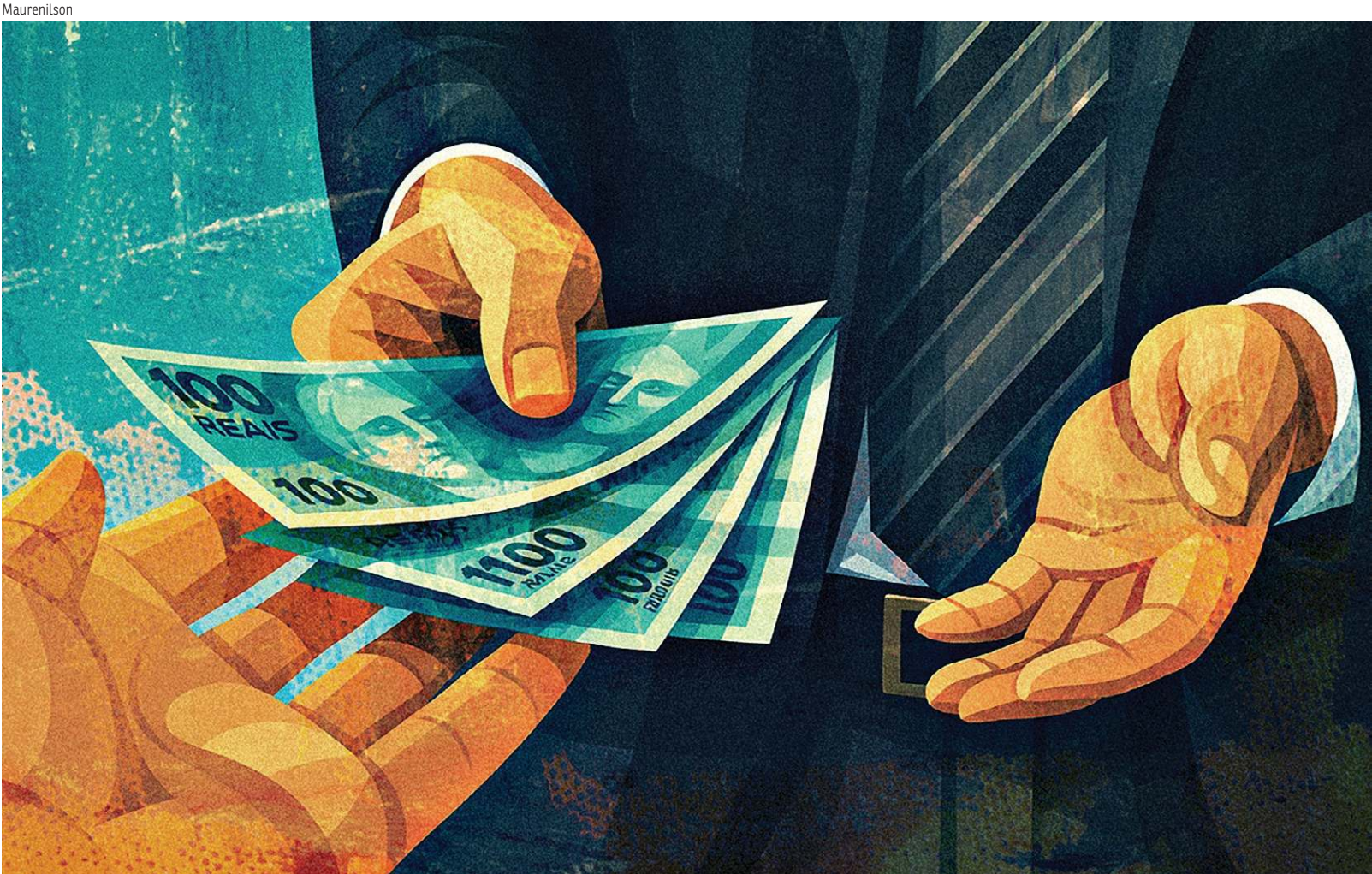
prejudica não apenas indivíduos, mas toda a cadeia produtiva.

Outro argumento relevante é a segurança jurídica. Ao optar pelo saque-aniversário, o trabalhador renuncia ao direito de sacar o saldo integral do FGTS em caso de demissão sem justa causa. Essa regra já é controversa e deveria ser revista, pois penaliza quem busca planejamento financeiro. Em vez de corrigir essa distorção, o governo adiciona novas barreiras, tornando a modalidade menos atrativa e mais arriscada.

O discurso oficial de que as mudanças visam evitar “abusos” não se sustenta diante dos números. O FGTS encerrou 2024 com saldo superior a R\$ 770 bilhões, plenamente capaz de cumprir sua função social e financiar programas habitacionais. Restringir o saque-aniversário não é uma questão de sustentabilidade do fundo, mas de controle sobre o dinheiro do trabalhador.

Mais grave ainda é a incoerência da política econômica. Ao mesmo tempo em que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) para proteger os mais pobres, o governo retira deles a possibilidade de usar os próprios recursos para sair do endividamento. Essa contradição revela uma falta de sensibilidade com quem mais precisa de alternativas acessíveis.

O caminho correto não é limitar, mas aperfeiçoar. É possível manter a saúde do FGTS e, ao mesmo tempo, garantir liberdade ao trabalhador. O saque-aniversário não é ameaça; é oportunidade. E deveria ser tratado como tal.



O Agro 4.0 de Goiás: inovação, emprego verde e liderança na sustentabilidade global



» RONALDO CAIADO
Médico, produtor rural e governador do Estado de Goiás pelo segundo mandato consecutivo

O Brasil carrega o destino de alimentar o mundo, sendo responsável por abastecer cerca de 10% da população global. No epicentro dessa missão está Goiás, estado que se tornou pilar de nossa economia. A agropecuária goiana é um vetor de desenvolvimento social e econômico, representando, anualmente, mais de 80% de todo o valor exportado pelo estado, com uma contribuição decisiva para o saldo da balança comercial brasileira.

No momento em que o Brasil sedia a COP30, o modelo de agronegócio desenvolvido em nosso estado nos propõe uma reflexão. Enquanto grande parte do Brasil e do mundo ainda discute se o agro deve ser produtivo ou sustentável, a tecnologia nos levou a avançar para o “e”: o agro em Goiás já alia produtividade e sustentabilidade. Esses são dois valores indissociáveis em solo goiano.

A crítica ideológica que ataca o agronegócio — em grande porção a partir de Brasília — perde de vista a revolução em curso. Como costume dizer, “um grão de soja tem hoje mais tecnologia embarcada do que um smartphone de última geração”. Essa frase traduz a realidade da genética, da ciência do solo e da digitalização que garantem que produzamos mais em áreas já consolidadas, sem avançar sobre o Cerrado.

Essa modernização impulsiona a geração de milhares de empregos de alta qualificação em nosso território. A demanda por agrônomos, engenheiros de dados e técnicos em mecatrônica cresce exponencialmente, elevando o nível de renda e inclusão social. Nossa Universidade Federal de Goiás (UFG) é pioneira — já com profissionais graduados — na oferta de bacharelado em inteligência artificial, segmento que surge como grande aliado do setor produtivo.

No maior polo do agro goiano, a cidade de Rio Verde, a inovação é lei. As máquinas utilizam sensores e IA para o manejo de insumos em taxa variável, minimizando o uso de defensivos. No campo da pesquisa, temos parceiros como o Centro de Excelência em Inteligência Artificial (CEIA) da UFG para desenvolver softwares de gestão e monitoramento. Drones e veículos autônomos são usados no controle cirúrgico de pragas e na fiscalização ambiental promovida pelo Estado, garantindo a conformidade do campo ao Código Florestal em tempo real e de forma transparente.

A sustentabilidade do agro goiano é passaporte para mercados globais. Entendemos a exigência por certificação ambiental de parceiros externos, especialmente da União Europeia, como oportunidade. Goiás está à frente com o Programa Estadual de Bioinsumos, promovendo uma verdadeira economia verde. Impulsionamos o mercado de biofábricas, como a usina do CEBIO/Instituto Federal goiano em Iporá, que representa o modelo ideal de aproveitamento de resíduos. Ela transforma coprodutos e materiais que seriam descartados em biofertilizantes e agentes de controle biológico. Isso não só fecha ciclos, como consolida o setor na sustentabilidade energética — com o potencial de

geração de biogás e biometano a partir de resíduos.

O interesse de investidores internacionais, como demonstrado por governos e entidades do Japão, da Índia e dos EUA — nossos mais recentes interlocutores internacionais — prova que estamos no caminho certo. Eles buscam alianças no Brasil para o desenvolvimento de soluções in-natura e revelaram ver em Goiás um ambiente regulatório favorável (inclusive com legislação pioneira no Brasil para o uso de IA) e um compromisso real com a certificação de sustentabilidade.

Por fim, não podemos negligenciar nossa maior responsabilidade: o Cerrado, o berço das águas. Ele alimenta as principais bacias hidrográficas do país e recarrega grandes aquíferos. Proteger o Cerrado é garantir a soberania hídrica de toda a América do Sul.

Nossa resposta a essa missão é o Cerrado em Pé — Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que protege mais de 15 mil hectares de área. Remuneramos o produtor rural que, voluntariamente e comprovadamente, preserva o bioma. Aquele que recuperar pelo menos uma nascente degradada por ano recebe valor ainda maior. Além disso, o governo de Goiás tem atuado de forma incisiva no projeto Juntos pelo Araguaia, iniciativa multisetorial de recuperação de áreas degradadas e nascentes na bacia do rio, garantindo a sua vitalidade para o turismo, a economia local e o equilíbrio ambiental do Centro-Oeste.

Goiás é, assim, modelo inspirador, no qual a alta produtividade se une à proteção ambiental. Aqui, inovação e sustentabilidade aplicadas ao agronegócio são impulsionadores da soberania alimentar, da inclusão social e da proteção ambiental.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br



Entre a coragem e a hesitação

Pesquisas de opinião recentes revelam um sentimento quase unânime entre os brasileiros: cerca de 73% da população deseja que as organizações criminosas sejam classificadas como grupos terroristas, segundo levantamento da Quaest Consultoria. O dado, em si, expressa mais do que uma preferência política, traduz o desespero de uma sociedade que já não distingue com clareza as fronteiras entre Estado e crime. Há muito, os tentáculos do poder paralelo não se limitam às vielas das grandes cidades. Estendem-se às estruturas públicas, aos contratos de transporte coletivo, à distribuição de gás, às licitações e, cada vez mais, aos corredores onde circula o poder institucional.

O que antes parecia mera especulação agora ganha contornos de diagnóstico. Relatórios da Polícia Federal (PF) e do Ministério Público apontam para a infiltração de facções criminosas em ao menos 23 unidades da Federação, operando tanto nas franjas urbanas quanto nas altas esferas administrativas. Estima-se que o crime organizado movimente anualmente mais de R\$ 300 bilhões no Brasil, valor equivalente a cerca de 3% do PIB nacional, conforme levantamento do Instituto de Estudos Avançados da USP.

Tamanho poder econômico explica por que as fronteiras da legalidade se tornaram tão porosas, e o Estado, tão vulnerável à cooptação. Em muitos lugares, as facções substituem o poder público com uma eficiência que o governo parece incapaz de reproduzir — cobram tarifas, impõem normas, punem e protegem, operando um simulacro de soberania.

Enquanto isso, o país assiste ao avanço da criminalidade com o mesmo olhar apático com que se observa uma tempestade inevitável. Trata-se da radiografia de uma sociedade em decomposição moral, onde a vida se torna estatística e o medo se converte em política de Estado. O cidadão comum, acuado, vive o paradoxo de pagar por uma segurança que o Estado não entrega e por uma liberdade que se esvai sob o peso da intimidação.

Há, nesse quadro, uma omissão deliberada. Parte da classe política evita tratar o crime organizado como terrorismo por cálculo ideológico, como se admitir essa realidade implicasse traír antigas narrativas sociológicas. Para alguns setores do governo, os criminosos ainda são “vítimas do sistema”, expressão que desumaniza o cidadão honesto e romantiza o agressor. O sociólogo José de Souza Martins já advertira que “a tolerância com o crime é o primeiro estágio da degeneração democrática”. Ignorar isso é naturalizar o horror cotidiano.

A infiltração das facções nas instituições republicanas revela algo ainda mais grave: um Estado em processo de captura. Em 2023, investigações da Controladoria-Geral da União e da PF mostraram conexões entre servidores e esquemas de lavagem de dinheiro ligados ao tráfico de drogas. Em São Paulo, o Primeiro Comando da Capital (PCC) expandiu sua atuação para além das fronteiras nacionais, estabelecendo rotas de exportação de cocaína para a Europa, com lucros estimados em R\$ 2,5 bilhões anuais, segundo a Europol. No Rio de Janeiro, as milícias já controlam mais de 70% das comunidades da capital, de acordo com o Instituto Fogo Cruzado, configurando uma governança paralela que atua à margem da lei, mas dentro da rotina.

O Estado, acuado e hesitante, reage com discursos e comissões. Falta-lhe coragem para enfrentar a realidade que o oprime de dentro. Ao não classificar as facções como organizações terroristas, o governo perpetua a ficção de que enfrenta uma questão social e não uma estrutura político-militar que disputa o controle do país. Em nome de uma falsa sensibilidade, abdica do dever de proteger. A omissão se traveste de prudência, e o medo, de política pública.

Quando o crime define as regras e o Estado as cumpre, o pacto social se rompe de modo silencioso e irreversível. O Relatório Global de Criminalidade Organizada da ONU (2023) colocou o Brasil entre os 10 países mais infiltrados por redes criminosas no mundo, ao lado de nações em conflito civil. A fronteira entre legalidade e delinquência se esgarça, e o que resta é um território administrado pelo terror cotidiano. O país que se recusou a admitir o óbvio agora negocia sua soberania no varejo das alianças políticas e dos conchavos corporativos.

Há um silêncio perigoso pairando sobre as ruas e sobre o poder. O medo tornou-se o idioma nacional. E, quando o medo é política de governo, a liberdade passa a ser concessão. O Brasil precisa escolher entre a hesitação e a coragem, entre a cumplicidade e a restauração da autoridade. O tempo de negar o abismo já passou. Agora, o que se discute não é mais a intensidade da crise, mas se ainda há país a ser salvo — ou se já nos tornamos, definitivamente, reféns.

A frase que foi pronunciada:

“Aqueles que abrem mão da liberdade essencial por um pouco de segurança temporária não merecem nem liberdade nem segurança.”

Benjamin Franklin

História de Brasília

O Bloco do Palácio do Ministério da Justiça teve a sua pedra fundamental lançada com solenidade. Ficou nesta. O Itamaraty, também, até hoje não começou a construção. (Publicada em 11/5/1962)

Número de CRIANÇAS com hipertensão quase dobra

Em 20 anos, prevalência de pressão alta entre crianças e adolescentes passou de 3,2% para 6,2%. São cerca de 114 milhões de jovens em todo o planeta. Aumento da obesidade é uma das principais causas

» ISABELLA ALMEIDA

A quantidade de crianças e adolescentes com pressão alta no mundo quase dobrou entre 2000 e 2020. É o que revela a nova análise feita e publicada pela revista *The Lancet Child & Adolescent Health*. Em 2000, aproximadamente 3,2% dessa população tinha hipertensão, mas em 2020, a prevalência aumentou para mais de 6,2%, afetando 114 milhões de jovens em todo o planeta.

O estudo apontou que a obesidade é um fator de destaque, com quase 19% das crianças e adolescentes obesos afetados pela hipertensão. Esse índice cai para 4% ao analisar a população infantil com um peso saudável.

"O aumento de quase duas vezes na incidência de hipertensão arterial infantil ao longo de 20 anos deve soar o alarme para profissionais de saúde e responsáveis", sustenta um dos autores do estudo, Igor Rudan, diretor do Centro de Pesquisa em Saúde Global do Instituto Usher, da Universidade de Edimburgo, na Escócia. "Mas a boa notícia é que podemos tomar medidas agora, como aprimorar os esforços de triagem e prevenção, para controlar a pressão alta e reduzir os riscos de complicações de saúde adicionais no futuro."

A publicação foi feita com base na análise de dados de 96 grandes estudos envolvendo mais de 443 mil crianças em 21 países. Quando consideraram somente a hipertensão confirmada por um profissional de saúde em pelo menos três consultas presenciais, a prevalência foi estimada em 4,3%.

No entanto, quando os pesquisadores também incluíram avaliações realizadas fora do consultório, como monitoramento ambulatorial ou domiciliar, a prevalência de hipertensão sustentada subiu para cerca de 6,7%. O trabalho destacou que condições como a pressão alta mascarada — que não é detectada durante exames de rotina — afetam quase 9,2% das crianças e adolescentes em todo o mundo, indicando um potencial subdiagnóstico.

Deteção precoce

Segundo Peige Song, da Faculdade de Medicina da Universidade de Zhejiang e coautora do estudo, a hipertensão na infância é mais comum do que se pensava anteriormente. "A detecção precoce e o acesso facilitado a opções de prevenção e tratamento



Eu acho...

Arquivo pessoal

É muito importante, além de tratar a hipertensão, tratar a obesidade, que pode ser a causa desse aumento da pressão arterial. Para a prevenção, o importante é praticar esportes, evitar o sedentarismo, tentar buscar, no mínimo, 150 minutos de atividade física durante a semana — mas claro que, quanto mais, melhor. Ter uma dieta balanceada, um sono reparador, evitar a inversão sono-vigília, que é muito comum em crianças e adolescentes, que ficam às vezes vendo filme ou jogando videogame até de madrugada e dormem mal.

Ricardo Cals, cardiologista e coordenador de cardiologia do Hospital Santa Lúcia Norte, da Asa Norte

são mais importantes do que nunca para identificar crianças com hipertensão ou em risco de desenvolvê-la. Abordar a hipertensão infantil agora é vital para prevenir futuras complicações de saúde à medida que as crianças fazem a transição para a idade adulta", frisou.

Alessandro Fernandes de Oliveira, médico cardiologista e professor do Centro Universitário Mauá, no Distrito Federal, ressalta que a alta incidência de pressão arterial em crianças e adolescentes reflete a adoção de hábitos de vida pouco saudáveis. "A hipertensão arterial pode demorar até 30 anos para se manifestar, entretanto, os jovens estão mais expostos aos fatores de risco da doença, como sedentarismo, alto consumo de alimentos ricos em carboidratos, açúcares, gorduras e sódio e até mesmo tabagismo e ingestão de bebidas alcoólicas, o que faz com que ela se manifeste mais precocemente."

A análise ressaltou que crianças e adolescentes obesos têm um risco quase oito vezes maior de desenvolver hipertensão quando comparados com quem tem o peso saudável. Segundo os cientistas, isso ocorre porque a obesidade

Marcello Casal Jr.



Alimentação cada vez menos saudável, com avanço de fast food, é uma das causas da alta da obesidade infantil e da hipertensão

Palavra de especialista

Esforço coletivo

"A hipertensão infantil é um marcador precoce de risco cardiovascular. Uma criança com pressão alta hoje tem maior probabilidade de ser um adulto hipertenso e de desenvolver infarto ou AVC no futuro. Por isso, olhar para o coração das crianças é investir

em adultos mais saudáveis amanhã. Precisamos criar uma cultura de prevenção cardiovascular desde a infância, com políticas públicas, educação alimentar e estímulo à atividade física nas escolas. Cuidar do coração das crianças

é, acima de tudo, um ato de amor e de responsabilidade coletiva."

VANESSA GUIMARÃES, coordenadora do Núcleo de Cardiologia Pediátrica do Hospital Sírio-Libanês



Arquivo estúdio

pode causar outros problemas de saúde, como resistência à insulina e alterações nos vasos sanguíneos, o que dificulta a manutenção da pressão arterial em níveis saudáveis.

Combinação terrível

Conforme o cardiologista Marcelo Bergamo, de São Paulo, a obesidade infantil cria uma combinação perigosa para a saúde. "No Brasil, acompanhamos essa tendência mundial. O excesso de peso atinge mais de um terço das crianças e adolescentes, e a hipertensão já não é mais um

problema exclusivo da vida adulta. Além disso, hábitos sedentários e dietas ultraprocessadas estão antecipando o surgimento de doenças cardiovasculares."

Bergamo complementou reforçando que a prevenção começa em casa e nas escolas. "É fundamental incentivar uma alimentação equilibrada, com redução de sal e ultraprocessados, além de atividade física regular. O acompanhamento médico deve incluir aferição de pressão arterial a partir dos 3 anos. Também é importante cuidar da saúde emocional, já que o estresse crônico tem sido associado à

elevação da pressão em jovens."

O estudo também indicou que outros 8,2% dos jovens apresentam pré-hipertensão, ou seja, níveis de pressão arterial mais altos que o normal. A condição é especialmente prevalente durante a adolescência, com taxas que chegam a cerca de 11,8%, em comparação com cerca de 7% em crianças mais novas.

Segundo Alana Zorzan, pediatra no Rio de Janeiro, a pressão elevada nos primeiros anos de vida costuma ser assintomática, o que também dificulta o diagnóstico. "Isso nos leva a pensar ainda mais sobre

a importância de aferições em consultas médicas pediátricas de rotina em crianças maiores de 3 anos. Nos pequenos com sobrepeso e obesidade e para pacientes com fatores de risco familiar associado, vemos a necessidade da triagem aprimorada e da aferição regular em todas as consultas."

A pressão arterial também tende a aumentar acentuadamente no início da adolescência, atingindo o pico por volta dos 14 anos, principalmente entre os meninos. Esse padrão enfatiza a importância da aferição regular durante esse período.

SAÚDE CEREBRAL

Ferramenta para prever declínio cognitivo

Cientistas da Mayo Clinic, nos Estados Unidos, criaram uma ferramenta capaz de calcular o risco de desenvolver problemas de memória e raciocínio associados ao Alzheimer anos antes de os sintomas aparecerem. O trabalho, publicado na revista *The Lancet Neurology*, usou décadas de dados do Estudo de Envelhecimento da Mayo Clinic — uma das pesquisas populacionais mais abrangentes do mundo sobre saúde cerebral.

A publicação revelou que mulheres são mais suscetíveis do que os homens a desenvolver demência e comprometimento cognitivo leve (CCL) — um estágio de transição entre o envelhecimento saudável e a demência que frequentemente afeta a qualidade de vida —, mas ainda permite que as pessoas ajam de forma independente. Pessoas de qualquer sexo com a variante genética comum, APOE 4,

também têm um risco maior ao longo da vida. Os autores também descobriram que quem abandona os estudos tem o dobro das chances de apresentar declínio cognitivo.

A doença de Alzheimer é caracterizada pelo acúmulo de duas proteínas principais no cérebro, a amiloide, que forma placas, e a tau, que forma emaranhados neurofibrilares. Medicamentos recentemente aprovados pela Food and Drug Administration (FDA), dos Estados Unidos, removem a primeira substância do cérebro e podem retardar a progressão da condição em pessoas com comprometimento cognitivo leve ou demência leve.

"O que é empolgante agora é que estamos analisando ainda mais cedo, antes do início dos sintomas, para ver se conseguimos prever quem pode ter maior risco de desenvolver problemas cognitivos no futuro", afirmou

Freepik



Ideia é retardar o avanço do envelhecimento cerebral

Clifford Jack Jr., médico radiologista e principal autor do estudo.

Quando agir

O novo modelo de previsão combinou diversos fatores, incluindo idade, sexo, risco genético associado ao genótipo APOE e níveis de amiloide cerebral. Com esses dados, os pesquisadores puderam calcular a probabilidade de um indivíduo desenvolver comprometimento cognitivo leve ou demência em 10 anos, ou ao longo da vida. De todos os preditores avaliados, a quantidade de proteína no cérebro foi o mais relevante.

"Esse tipo de estimativa de risco pode eventualmente ajudar as pessoas e seus médicos a decidirem quando iniciar a terapia ou fazer mudanças no estilo de vida que podem retardar o aparecimento dos sintomas. É semelhante à forma como os

níveis de colesterol ajudam a prever o risco de ataque cardíaco", frisou Ronald Petersen, neurologista, diretor e coautor do estudo.

A análise dos cientistas incluiu dados de 5.858 participantes acompanhados por décadas. "Isso nos dá uma visão excepcionalmente precisa de como o Alzheimer se desenvolve na comunidade", sublinhou Terry Therneau, autor sênior do estudo. "Descobrimos que a taxa de incidência de demência foi duas vezes maior entre as pessoas que abandonaram o estudo do que entre aquelas que continuaram."

Embora a nova ferramenta seja atualmente um instrumento de pesquisa, os cientistas destacam que ela representa um grande passo em direção a um atendimento mais personalizado. Versões futuras poderão incorporar biomarcadores sanguíneos, o que pode tornar os testes mais acessíveis.

CONSCIÊNCIA NEGRA

O funkeiro Ewerton Cláudio foi preso nesta semana por chamar a passageira de um ônibus de “macaca, primata, escrava e preta fedida”. No Mês da Consciência Negra, a reincidência desses casos intensificou o debate sobre o crime

É preciso dar um basta ao racismo

» ANA CAROLINA ALVES,
» DAVI CRUZ

No Mês da Consciência Negra, quando o país celebra a história e a cultura do povo negro, a reflexão e o debate sobre o racismo se tornam mais intensos. Na capital da República, esse crime faz vítimas todos os dias.

A barbárie mais recente foi contra uma mulher, dentro de um ônibus de viagem que levava passageiros de São Paulo a estados do Nordeste. O autor, cantor de brega funk Ewerton Cláudio, conhecido como VT Kebradeira, foi preso após atacar uma mulher de 21 anos com palavras agressivas, como “macaca, primata, escrava e preta fedida”. O caso, ocorrido na última segunda-feira, próximo à Rodovia de Sobradinho, é tratado como injúria racial. O motorista do ônibus chamou a Polícia Militar e ele foi preso em flagrante. Ewerton foi autuado por ameaça e injúria racial e colocado à disposição da Justiça (**confira o que diz a lei**). O Núcleo de Audiência de Custódia informou que nenhum preso apresentado para a pauta de ontem tinha esse nome, que também não consta na prévia de hoje e ainda não há processo distribuído no PJE para essa pessoa.

Outra vítima de racismo, a estudante Leopoldine Ramos, 23 anos, disse ao **Correio** que enfrentou, em várias ocasiões, diferentes situações de racismo no Distrito Federal, inclusive, em um órgão público onde estagiou. Ela foi impedida de retirar um objeto pessoal no local por um segurança, que exigiu documentos e liberação, mesmo sendo a mesma pessoa que a havia autorizado a entrar anteriormente, acompanhada de um colega. “Ele foi arrogante, nos abordou de forma desleal. Meu amigo, que também é negro e me acompanhava no momento, chegou a dizer na hora que era racismo, porque não tinha outra explicação”, relata. “Foi horrível. Creio que essa foi a pior situação que passei em local de trabalho”, lamenta.

Ela também se lembra de outros episódios envolvendo familiares. Um deles teve como vítima seu afilhado, de 7 anos, aluno de uma escola pública. “Coleguinhas puxaram o cabelo dele, chamaram de feio, sujo e de ‘macaco louco’ de um desenho animado”, diz. O caso foi levado à direção, os alunos foram suspensos, mas a dor permaneceu. “Quando aconteceu comigo, eu me senti um lixo, mas revidei”, recorda. Leopoldine acrescenta que se arrepende por não ter denunciado outras agressões que sofreu, mas reconhece que teme a descredibilização das denúncias por parte dos órgãos responsáveis. “Sim, me arrependo, mas sei que eu teria me desgastado mais ainda. Quando a gente chega à delegacia, às vezes não acreditam no que dizemos”, afirma.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF), de janeiro a outubro deste ano, houve registro de 40 casos de racismo. No mesmo período de 2024, foram 35 ocorrências, enquanto no ano inteiro de 2023 o total foi de 41.

O advogado especialista em igualdade racial Nauê Bernardo Azevedo explica que, desde 2023, quando a injúria racial foi equiparada ao crime de racismo, não há distinção em termos de pena. “O que muda é a forma de cometer o ato. Se a agressão se dirige a uma pessoa ou grupo de pessoas determinadas ou determináveis, entra na injúria. Se o comportamento for contra todo o grupo, entra no racismo”, esclarece. Em relação à injúria racial,



O que diz a Lei?

- Racismo é crime. A Lei nº 7.716/1989 pune qualquer ato de discriminação ou preconceito por motivo de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional que atinja uma coletividade indeterminada de indivíduos, discriminando a integralidade de uma raça.
- A lei abrange situações como negar atendimento em estabelecimentos, impedir acesso a emprego, serviço público, escola, hotéis e transporte, entre outros. O crime é imprescritível e inafiançável, ou seja, pode ser investigado a qualquer tempo. O

acusado não pode pagar fiança para responder em liberdade.

- A injúria racial, prevista no artigo 140, §3º do Código Penal (CP), ocorre quando alguém ofende a dignidade ou o decoro de uma pessoa específica, utilizando elementos referentes à sua raça, cor, etnia, religião ou origem. Em 2023, a Lei nº 14.532 alterou o CP e a equiparou ao crime de racismo, ampliando a punição. A pena pode chegar a reclusão de dois a cinco anos, além de multa — e aumenta se for praticada por mais de uma pessoa.

- A mesma lei incluiu novas situações em que há crime de racismo, como casos cometidos em redes sociais, eventos esportivos, artísticos ou culturais, ou quando há violência contra práticas religiosas. Se o autor for funcionário público e cometer o crime no exercício da função, a pena também aumenta.
- Denúncias podem ser feitas em qualquer delegacia, incluindo a Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual (Decrin), da Polícia Civil do DF, além do 190 e do Disque 100.

conforme a SSP-DF, foram 685 casos de janeiro a outubro deste ano e 592 no mesmo período de 2024. No ano anterior inteiro, houve 741 registros.

Nauê Bernardo detalha que, para a denúncia, é ideal que se juntem provas e

testemunhas da ocorrência. “Não deixe de representar (denunciar) ao Ministério Público, idealmente acompanhado de um advogado, e não se descuide da parte civil, exigindo reparação também nessa esfera”, aconselha. “O acompanhamento por um advogado

ou advogada com constante atualização sobre os mecanismos legais é fundamental”, explica o especialista. “Não existe garantia de vitória, mas, ao reunir provas, testemunhas e manejar corretamente a norma, a punição a atos racistas se torna cada vez mais possível. Também

é essencial cobrar das autoridades — polícia, Ministério Público, Defensoria, magistrados e servidores — letramento e capacitação permanentes, já que as próprias esferas oficiais, muitas vezes, impõem barreiras invisíveis que dificultam o acesso à Justiça”, ressalta.

Três perguntas para

TUANNE COSTA, PRESIDENTE DA COMISSÃO DE IGUALDADE RACIAL DA OAB-DF

Como a vítima deve proceder no momento da denúncia? É necessário reunir provas antes de registrar a ocorrência?

É importante registrar imediatamente a ocorrência. A denúncia pode ser feita em qualquer delegacia de polícia (Civil ou Federal), ou diretamente na Delegacia de Repressão aos Crimes de Racismo e Intolerância (Decradi) se houver na localidade. A palavra da vítima é um elemento importante para iniciar a investigação, mas reunir o máximo de evidências é essencial para fortalecer o caso. Testemunhas, imagens, vídeos ou registro de conversas são provas úteis. A autoridade policial tem o dever de investigar a denúncia, mesmo sem provas prévias.

A lei prevê aumento de pena quando o crime ocorre em locais públicos, redes sociais ou por parte de servidores públicos. Quais situações são mais comuns no DF e o que caracteriza o crime nesses casos?

A Lei nº 14.532/2023 prevê aumentos de pena em situações que amplificam o impacto discriminatório. Isso ocorre, por exemplo, quando o crime é cometido em locais públicos ou de acesso público, como transportes ou estabelecimentos, onde a conduta ganha maior visibilidade. Igualmente grave é a prática em redes sociais, redes de comunicação ou publicações, devido ao alcance exponencial e à capacidade de disseminação massiva do ódio, que atinge inúmeras pessoas e prolonga o dano à vítima.

No DF, observamos que essas dinâmicas são muito semelhantes às do restante do país. No entanto, percebo com preocupação que um grande número de casos ocorre no ambiente escolar, muitas vezes sem o combate efetivo que deveria ter, um claro reflexo da falta de aplicação e fiscalização da Lei nº 10.639, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na grade de ensino.

Muitas vítimas têm medo de denunciar por receio de exposição ou de retaliação. Quais orientações para garantir que o processo seja seguro e efetivo?

A orientação principal é nunca fazê-lo sozinho. É essencial buscar, desde o primeiro momento, o auxílio de um advogado especializado em direitos humanos e combate ao racismo que possa oferecer a orientação jurídica necessária, planejar a denúncia de forma estratégica e acompanhar a vítima, garantindo a proteção de seus direitos e a mitigação de riscos de exposição ou de retaliação. Além disso, a busca por auxílio psicológico é fundamental para lidar com o trauma e o desgaste emocional inerentes ao processo, oferecendo o suporte para que a vítima se fortaleça.

Debate destaca a Consciência Negra

No próximo dia 20, será comemorado o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, instituído pela Lei nº 12.519/2011. Nessa data, em 1695, Zumbi dos Palmares foi capturado e morto. A lei busca gerar a reflexão, o reconhecimento e a valorização da contribuição das pessoas negras para a

construção cultural, social e econômica do Brasil. Para discutir o tema, o **Correio Braziliense** promove o debate *Histórias de Consciência: mulheres em movimento*, na quarta-feira, dia 19, às 14h, com entrada gratuita.

A iniciativa une informação, arte,

opinião e memória para destacar o protagonismo de mulheres negras da cidade e do país. Durante os painéis, o público será convidado a ouvir histórias inspiradoras, refletir sobre trajetórias de resistência e celebrar a força feminina negra em diferentes áreas da sociedade.



Serviço

CB.DEBATE: HISTÓRIAS DE CONSCIÊNCIA: MULHERES EM MOVIMENTO

Data: 19 de novembro. **Horário:** a partir das 14h. **Local:** auditório do Correio Braziliense. **Ingressos:** entrada gratuita mediante retirada de ingressos na plataforma online Sympla (**aponte a câmera para o QR Code**)

Eixo Capital

ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

O debate sobre segurança e a disputa das urnas



Em ano pré-eleitoral, os personagens que protagonizam debates sobre combate a organizações criminosas estão de olho nas urnas. O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), ganhou fôlego e já pensa em concorrer a um mandato no Senado. Da mesma forma, o relator do projeto de lei Antifacção, deputado Guilherme Derrite (PP-SP) — **foto**, secretário de Segurança Pública do governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos), é o nome do grupo que está no poder em São Paulo para a disputa ao Senado. Um dos mais contundentes debatedores na área de segurança, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), planeja concorrer à Presidência da República, e lançou a pré-candidatura da primeira-dama do estado, Gracinha Caiado, ao Senado. Com tanto apelo eleitoral, o debate corre o risco de patinar, uma vez que há muita gente querendo levar o crédito e sabotar ideias de adversários.

Amarildo Fernandes é reeleito presidente da Adepol-DF

O delegado Amarildo Fernandes foi reeleito presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Distrito Federal (Adepol/DF) para o triênio 2026–2028. A chapa eleita ontem é composta também pelos delegados Thiago Frederico de Souza Costa (vice-presidente) e Márcia Margarete N. R. Pessanha (secretária-geral). Com a reeleição, a diretoria continuará à frente da condução administrativa e institucional da entidade pelos próximos três anos.



Hospital da Criança de Brasília celebra 14 anos

O Hospital da Criança de Brasília (HCB) celebrou ontem antecipadamente o seu 14º aniversário e inaugurou a maior usina fotovoltaica em prédio público do Distrito Federal, iniciando a geração e uso de energia renovável. Com investimentos de R\$ 13,6 milhões, a instalação de 5,3 mil placas fotovoltaicas resultará em uma economia de aproximadamente 80% na fatura de energia elétrica da unidade de saúde.

Divulgação



Homenagem à fundadora

O evento no Hospital da Criança de Brasília contou com uma homenagem especial à sua fundadora: Ilda Peliz (**foto**), que, na ocasião, também completou mais um ano de vida. Ao lado da primeira-dama, Mayara Rocha, e do secretário de Saúde, Juracy Lacerda, a diretora executiva do HCB, Valdenize Tiziani, Ilda, presidente do Instituto do Câncer Infantil e Pediatria Especializada (Icipe), que faz a gestão da unidade, foi presenteada com orquídeas brancas em reconhecimento à sua contribuição para o hospital.

Divulgação/Vale



Vale, ITV DS e Abema lançam Casa da Biodiversidade e Clima para a COP30

Espaço paralelo à COP-30, a Casa da Biodiversidade e Clima chega com uma agenda inédita que reúne representantes dos 27 estados brasileiros, comunidade científica, setor produtivo e organismos internacionais em torno dos desafios do clima, da biodiversidade e da desertificação. Lançada pela Abema em parceria com a Vale e o Instituto Tecnológico Vale — Desenvolvimento Sustentável (ITV DS), a Casa funcionará até 21 de novembro, no centro de Belém, como ponto de encontro para discutir e apresentar, soluções ambientais integradas. O espaço é fruto direto da articulação “De Cali a Belém”, processo iniciado ainda na COP de Biodiversidade de 2024, que preparou estados e parceiros para chegar à conferência com uma agenda técnica consistente, com discussões voltadas para a emergência climática.

Reprodução/Instagram



Velozes e furiosos

A primeira-dama, Mayara Rocha, postou um vídeo inspirado na série de filmes *Velozes e furiosos*, para divulgar a reabertura do Autódromo Internacional de Brasília, com a pista reformada. O local, fechado há 11 anos, vai receber, em 30 de novembro, uma etapa da Stock Car.

Carlos Gandra/Agência CLDF



Proteção ao Cerrado

Na condição de presidente da Frente Parlamentar de Prevenção aos Extremos Climáticos, o deputado distrital Fábio Felix (PSol) embarca, amanhã, para participar da COP 30, em Belém. O objetivo da viagem — que não será custeada por recursos públicos — é levar para a Conferência a urgência do debate sobre a proteção do Cerrado e contribuir para que os encaminhamentos finais da Conferência fortaleçam a luta socioambiental e uma transição ecológica justa e popular. “Em 2024, o desmatamento do Cerrado ultrapassou o da Amazônia. Nosso bioma é fundamental para a proteção das bacias hidrográficas brasileiras, é responsável por 1/3 da biodiversidade do país e precisa ser priorizado no que diz respeito à preservação”, alega o parlamentar.

Vozes da resistência

A web série *Gracias a la vida*, que conta com o fomento do Ministério da Cultura (MinC), traz entrevistas realizadas com personalidades históricas como Hamilton Pereira (Pedro Tierra), Nilmário Miranda, Maninha (**foto**), Maria Laura Sales Pinheiro, Ivonete Santiago e Dagmar Pereira, que vivenciaram e participaram ativamente dos momentos de resistência no Brasil. São testemunhos vivos que trazem à luz os fatos e narrativas esquecidas e que precisam ser lembradas. Com roteiro do poeta Pedro Tierra e direção geral de Dorival Brandão, o projeto utilizou a música e a poesia latino-americanas para tocar o coração e o pensamento dos espectadores e envolvê-los em uma jornada pelas revoluções do sul do continente americano. O lançamento será hoje no YouTube do Projeto Gracias a La Vida e, todas as quintas-feiras, será exibido um episódio no YouTube e no canal 12 da Net — TV Comunitária do DF.

Reprodução do musical Gracias a La Vida



Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | FERNANDO CESAR COSTA | DELEGADO DA POLÍCIA CIVIL DO DF

Ao *CB.Poder*, o especialista em combate ao crime organizado avalia que o texto preliminar do PL Antifacção prevê maiores penas, mas não propõe medidas estatais que aprimorem as ferramentas de atuação dos órgãos de repressão

Falta apoio efetivo às investigações

» ARTUR MALDANER*

Especialista em combate ao crime organizado, o delegado da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) Fernando Cesar Costa participou do *CB.Poder* — parceria do *Correio* com a TV Brasília — de ontem e comentou o texto preliminar do Projeto de Lei Antifacção. Aos jornalistas Carlos Alexandre e Adriana Bernardes, Costa disse que o PL “traz respostas mais efetivas” para o combate do crime organizado ao propor aumento de penas, além de maior tempo de cumprimento para progressão de regime. Porém, critica o texto, que, de acordo com o especialista, falha em aprimorar o apoio do Estado nas investigações policiais, e não aborda o acesso às conversas de redes sociais dos investigados, nem facilita a obtenção de dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para combate à lavagem de dinheiro.

Quais são os pontos que lhe chamam a atenção no PL Antifacção?

O combate às facções criminosas é muito importante para a sociedade brasileira. O que me chamou muito a atenção é que existem algumas iniciativas que, sem dúvidas, trazem respostas efetivas do Estado no combate a essas facções, como o aumento de penas e o aumento de tempo de cumprimento para progressão de regime prisional, que trazem uma repressão efetivamente maior, apesar desses grupos atuarem dentro do sistema prisional. Também o perdimento, ou seja, ação civil para resgate de bens obtidos durante atividades criminosas, vejo de uma for-

ma muito favorável para o combate dessas organizações, e impede a inserção delas dentro da economia formal do Estado, como vimos no caso do PCC na Operação Carbo-no Oculto. Mas, também chama a atenção a ausência de medidas efetivas para incrementar os procedimentos de investigação.

Quais ferramentas faltam, por exemplo, para garantir o combate às facções?

Por exemplo, não se avançou em nada o acesso às comunicações mantidas através de aplicativos de telefonia. Hoje, é um direito individual absoluto no Brasil o sigilo de comunicações pelos aplicativos, e, no PL, não tem nada de imposi-

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Aponte a câmera do celular para ver a entrevista completa

e sujeita a população a esses embates. A polícia vai ter um controle maior quando pudermos nos antecipar quanto às ações de organizações criminosas.

E como fica o acesso de dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)?

Não está previsto o acesso, ele continua limitado. O Coaf é uma base brasileira de um sistema mundial de combate à lavagem de dinheiro. E, em 2018, houve uma decisão do STF que criou no sistema uma cláusula de jurisdição, imposta aos órgãos de repressão, ou seja, polícia e

Ministério Público não poderiam requisitar informações diretamente ao COAF, mas sim precisariam de uma autorização judicial para tanto. Isso foi criado no Supremo, se estendeu até o STJ e afetou uma série de investigações de combate à lavagem de dinheiro.

Como o senhor avalia a comparação de organizações criminosas com grupos terroristas?

Sem dúvida nenhuma, as organizações criminosas se utilizam de determinadas condutas que podem se assimilar às mesmas dos atos pra-

tificados por organizações terroristas. Mas elas não têm como motivação algo político, é sobretudo financeiro, arrecadação de dinheiro e enriquecimento. Então, eu acredito que essa posição de governo é uma posição bastante equivocada. E fico preocupado de importar essas categorizações no contexto mundial que a gente vive, de possíveis conflitos mundiais. E que o Brasil, berço de várias organizações criminosas, possa ser também palco da atuação de outros países, que se voltem contra esses grupos, violando a soberania nacional.

Qual é seu ponto de vista quanto à participação da Polícia Federal proposta no PL?

A Polícia Federal tem, na sua definição, o papel de investigar as organizações criminosas, porque são organizações que agem no país inteiro. Então, essa atribuição tem que ficar muito clara. A participação da Polícia Federal diminui bastante a interferência do crime na atuação da polícia. Por isso, a independência da Polícia Federal é absolutamente fundamental para repressão a organizações criminosas.

*Estagiário sob a supervisão de Patrick Selvatti



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.dfg@dabr.com.br

PEC da Blindagem 2

Em tudo, as Excelências do Centrão vislumbram a possibilidade de aplicar um golpe. E foi assim com a PEC da Segurança, que virou PEC da Blindagem 2. A tibieza e a falta de compromisso do presidente da Câmara, Hugo Motta, com a democracia ainda podem gerar problemas graves. Ele indicou o capitão Guilherme Derrite, que se licenciou do cargo de secretário de Segurança do governo de Tarcísio Freitas, em São Paulo, especialmente para ser o relator da PEC da Segurança.

O relator apresentou a versão absurda de restringir a participação da Polícia Federal no combate ao crime organizado, submetendo-a ao desígnio dos estados. É uma proposta claramente inconstitucional. Os que se apropriaram da PEC da Segurança Pública falam com uma empáfia enorme, como se tivessem alguma autoridade moral para legislar sobre a matéria.

Ora, os estados têm total autonomia para enfrentar o crime organizado. No entanto, a cada ano, a situação piora. O crime organizado expande os negócios e o campo de atuação. Se infiltrou na política, nas empresas e nas corporações da polícia. Quase todas as operações policiais realizadas no Rio de Janeiro vazam e frustram as expectativas. Em

São Paulo, as ações violentas na periferia também não resolveram o problema.

O fato é que os governos estaduais têm sido incompetentes para conter o crime organizado. E jogam a responsabilidade para o governo federal. É justo que ele articule uma proposta de combate nacional. No entanto, quando o governo apresenta um plano nacional, logo as forças do atraso se movem no sentido de se apropriar do projeto e desvirtuá-lo em benefício de interesses eleitoreiros pessoais. E, depois, reclamam de ativismo judicial quando o STF barra as insanidades.

É importante ressaltar que essas críticas não vieram de petistas ou esquerdistas, mas, sim, de gente como o promotor de Justiça Lincoln Gakia, um dos

mais atilados no combate a organizações criminosas. Segundo ele, há um “vício de inconstitucionalidade”, pois retira a autonomia do Ministério Público nas investigações contra atos de facções criminosas, que já são realizadas com autorização da Constituição Federal.

Além disso, a proposta de Derrite tentava restringir a atuação da Polícia Federal e submetê-la a autorização dos governos estaduais. Especialistas em segurança pública apontaram, rapidamente, que esse era um caminho certo para, em vez de enfrentar, enfraquecer o combate ao crime organizado. Na primeira versão da PEC da Blindagem, era necessária a autorização do Congresso Nacional para investigações contra parlamentares. Isso blinda os criminosos.

Setenta e oito por cento dos brasileiros acreditam que as Excelências do Congresso Nacional priorizam os próprios interesses em vez de defender os da população, segundo pesquisa recente do DataFolha. Mesmo assim, eles não se emendam, se consideram semideuses inimputáveis e, a todo momento, quando vislumbram uma oportunidade, investem contra a Constituição Brasileira.

No próximo ano, com as eleições para renovação do parlamento, esses 78% de insatisfeitos com as decisões das Excelências têm uma chance imperdível de virar o jogo e substituir os que não estão à altura do mandato e cuidam dos interesses pessoais em detrimento dos interesses da população.

Álcool mata novamente

Josivan da Silva morreu após ser atropelado por um motorista embriagado, na DF-130. O suspeito foi preso e indiciado

» LETÍCIA MOUHAMAD

A mistura entre álcool e direção fez mais uma vítima no trânsito do Distrito Federal. Na noite de terça-feira, Josivan da Silva Martins, 44 anos, morreu após ser atropelado por um motorista embriagado, na DF-130, no Paranoá. Segundo a polícia, Claudiomir Soto Riva, 51, conduzia um Corsa branco e teria tentado ultrapassar um caminhão perto do Café sem Troco, no momento em que Josivan e o filho dele, de 13 anos, caminhavam no acostamento. Na ultrapassagem, o motorista atingiu as vítimas. O pai, no instante do impacto, empurrou o adolescente para salvá-lo.

De acordo com o Corpo de Bombeiros Militar do DF (CBMDF), Josivan foi encontrado em parada cardiorrespiratória e, após tentativas de reanimação, não resistiu. O adolescente ficou ferido e foi encaminhado ao hospital. As equipes de socorro não souberam informar o estado de saúde do menino. Claudiomir fugiu sem prestar socorro, mas deixou parte do para-choque para trás, o que ajudou a identificá-lo. Ele foi preso horas depois, após um caminhoneiro que testemunhou o acidente acionar a Polícia Militar do Goiás (PMGO). O suspeito foi indiciado por homicídio culposo.

Dados do do Departamento de Trânsito (Detran-DF) indicam um avanço nas autuações por dirigir sob

influência de álcool em 2025. De janeiro a outubro deste ano, foram registradas 24.607 infrações desse tipo, aumento de 41% em relação ao mesmo período de 2024, que teve 17.447 autuações. O número ultrapassa o total de infrações registradas no ano passado: 20.823.

De acordo com o órgão, os sinistros fatais relacionados ao álcool também aumentam. Entre janeiro e setembro de 2025, foram 29 acidentes, crescimento de 38% em comparação ao mesmo período do ano anterior, com 21 ocorrências. Ao longo de 2024, foram 26 sinistros fatais relacionados ao álcool.

O total de mortes no trânsito também aumentou, segundo o Detran. De janeiro a setembro de 2025, o DF contabilizou 185 vítimas fatais, 7,5% a mais dos que as 172 mortes registradas nos mesmos nove meses de 2024. O total já corresponde a 81% de todas as vítimas fatais do ano passado: 229.

Ontem, o Detran publicou, no Diário Oficial do DF (DODF), uma lista de motoristas proibidos de dirigir devido a infrações. Somente com base no artigo 165 do CTB, que trata da direção sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa, 165 CNHs (Carteira Nacional de Trânsito) foram suspensas por um ano.

Percepção prejudicada

O álcool, como substância psico-

Divulgação



O motorista fugiu sem prestar socorro, mas deixou parte do para-choque no local do atropelamento

tópica, atua no sistema nervoso central, alterando e prejudicando capacidades relevantes para a direção de veículos automotores. “Quando uma pessoa está sob o efeito de álcool, há um aumento de tempo na sua resposta aos acontecimentos ao redor. Por exemplo, o tempo gasto para alguém perceber um menino na rua e pisar no freio — que poderia levar 0,3 ou 0,4 segundos — passa para dois segundos, potencializando os riscos de um atropelamento. Isso porque, com o incremento de um segundo, o motorista que tiver a 72 km/h vai

andar 20 metros apenas nesse intervalo”, explica Malthus Galvão, perito médico legista e professor de Medicina Legal na Universidade de Brasília (UnB).

De acordo com ele, as pessoas, quando alcoolizadas, não têm noção de que estão com suas habilidades reduzidas. “Muito pelo contrário, imaginam que estão com superpoderes. Daí a importância da conscientização e da fiscalização”, completa o perito.

Para Paulo César Marques, especialista em engenharia de tráfego e

também professor da UnB, a realização de campanhas institucionais deve ocupar lugar de destaque, “inclusive, voltadas a proporcionar um ambiente de controle social que leve ao constrangimento, entre parentes e amigos, quem cogita dirigir depois de beber”, reforça.

“Com velocidades reduzidas, veículos percorrem distâncias menores enquanto seus condutores reagem aos eventos com que se deparam e isso permite que choques, colisões, atropelamentos, saídas de pista etc. ou não ocorram

ou, se não puderem ser evitados, que produzam efeitos menos graves”, completa.

O gerente da Escola Pública de Trânsito (EPT), Marcelo Granja, destaca cerca de 90% dos sinistros são provocados por falha humana — não por defeitos no veículo ou problemas na sinalização, mas pela conduta de quem está ao volante.

“É fundamental cultivar uma atitude mais cidadã, pautada no respeito e na paciência”, ressalta Granja. Ele orienta que os condutores se programem para sair com antecedência, evitando que o atraso se torne motivo para imprudências, e lembra que jamais se deve dirigir após o consumo de bebida alcoólica.

Sinistros

Um idoso de 83 anos morreu, ontem, por volta das 13h50, após ser atropelado por uma moto, na descida da Ponte JK. Segundo o Batalhão de Policiamento de Trânsito (BPTran), o motociclista, de 27 anos, seguia pela via quando o pedestre entrou repentinamente na pista de rolamento.

Na DF-150, sentido Fercal, uma colisão envolvendo um caminhão de carga, uma caminhonete e uma motocicleta deixou duas vítimas gravemente feridas — o motociclista e o condutor do automóvel.

Já na BR-060, perto do restaurante comunitário de Samambaia, uma colisão entre um carro e um caminhão deixou uma pessoa, ainda não identificada, ferida.

(Colaborou: Darcianne Diogo)

HOMICÍDIO

Enterrado no próprio quintal

» DARCIANNE DIOGO

Pascoal Oliveira Ramos era conhecido pelo riso fácil. Por mais de 30 anos, trabalhou como encarregado de serviços gerais em várias empresas. Em todas, espalhou bom humor e alegria. Mas a simpatia transformou-se em luto, dor e revolta para os familiares do idoso. Aos 70 anos, o homem que cultivava amigos e hortaliças foi assassinado, enforcado com um cinto, e enterrado na própria chácara, no Vale do Pedregal (GO).

Foram sete meses de aflição. Pascoal morava em Santa Maria e saiu de casa às 7h de 16 de abril, para levar o inseticida que usaria na plan-

tação de milho na chácara. Esqueceu o celular em casa, mas seguiu viagem. Normalmente, o idoso retornava por volta das 11h. Naquele dia, deu 19h, e nada. A essa altura, a família já havia registrado um boletim de ocorrência por desaparecimento.

Durante 210 dias, os quatro filhos e os outros parentes de Pascoal vasculharam hospitais, delegacias, matagais e a própria chácara. Por vezes, estiveram a metros da cova rasa onde o corpo do idoso estava enterrado sob uma fina camada de cal. O pó branco impediu que o mal cheiro se espalhasse — a substância alcalina é capaz de neutralizar os odores desagradáveis. A família chegou a oferecer uma recompensa de R\$ 10 mil

em troca de informações que levassem ao paradeiro do idoso.

Uma lista de ligações não atendidas e notificadas no celular esquecido por Pascoal em casa foi a primeira pista encontrada pelos parentes. A família notou que, antes do desaparecimento, havia diversas chamadas perdidas no aparelho, feitas por Pedro Henrique, 25, entre as 5h e as 6h do dia do desaparecimento. Pedro é tatuador, açougueiro e fazia bicos em construção frequentemente.

Os familiares encontraram as redes sociais do suspeito e, em uma publicação, ele postou um comunicado dizendo que estava sem o número e com o chip quebrado. O fato chamou ainda mais a atenção. Os

parentes enviaram uma mensagem ao suspeito pelo Instagram em busca de informações e o questionaram sobre as ligações feitas para Pascoal.

No dia seguinte, ele retornou as mensagens. Disse que sentia muito pelo desaparecimento e que havia conhecido a vítima duas semanas antes. No texto, escreveu que Pascoal o contratou para capinar o lote e, quando chegou para o serviço, percebeu que a grama já estava aparada.

Pedro contou aos familiares da vítima que tinha fechado um negócio com ela: pagaria R\$ 50 mil pela compra do terreno e o aguardava para a entrega do documento. Desconfiada, a família marcou um encontro pre-

Cedido ao Correio



Pascoal Oliveira Ramos estava desaparecido havia 7 meses

sencial com o açougueiro. Trêmulo, o suspeito demonstrava nervosismo e disse: “Não quero que pensem que fiz alguma coisa com o pai de vocês. Sou da Bahia e estou aqui há pouco tempo. Soube que aqui em Brasília matam por nada”.

Após essa conversa, o Pedro se refugiou na casa de parentes, na Bahia. Ele foi preso em uma operação conjunta entre o Grupo Especial de Investigação de Homicídios (GIH) do Novo Gama e a 11ª Coordenadoria de Polícia do Interior (COORPIN) de Barreiras, da Polícia Civil da Bahia (PC/BA). Segundo Taylor Brito, delegado à frente do caso, a motivação do crime ainda é investigada. “O suspeito foi encaminhado à Unidade Prisional local, onde permanece à disposição da Justiça. O inquérito policial segue para a completa elucidação dos fatos e a devida responsabilização penal”, afirmou.

Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: cidades.dfg@dabr.com.br

Sepultamentos realizados em 12/11/2025

» Campo da Esperança

Adalia Cordeiro Esteves Leão, 95 anos
Cermozinio Alves Vogado, 55 anos
Elson Dias Barbosa, 59 anos
Etelvina Barbosa de Camargo, 104 anos
João Batista de Araújo, 58 anos
José Solon de Oliveira Braga, 79 anos
Lafaiete Ferreira Morgado, 84 anos
Maura Gualberto de Jesus, 86 anos
Raimundo Nonato Damasceno, 77 anos
Tales Ricardo Vitorino de Freitas, 26 anos
Wanda Valentim da Costa, 93 anos

» Taguatinga

Carlos Eduardo Varela Neres, 22 anos
Domingas Carneiro Batista de Roma, 72 anos
Eloísa da Silva Neiva, 64 anos
José Divino da Silva, 80 anos
Kleiber Rodrigues dos Santos de Souza, 37 anos
Manoela Delson Benício, 76 anos
Manoel Cirilo do Amaral, 84 anos
Marcos Antônio Pereira da Rocha, 49 anos
Maria Lídia Lima Isaias, 37 anos
Marly Pereira da Silva, 65 anos
Nilza de Paiva do Carmo, 87 anos
Roberto Leal dos Santos, 60 anos
Rosana da Silva, 60 anos

Teresa Gonçalves de Jesus, 95 anos
Teresina Rodrigues Lima, 89 anos

» Gama

Agnaldo Vieira de Resende, 89 anos
Francisco das Chagas Ribeiro, 67 anos
Mércia Antunes Damasceno, 68 anos
Orígenes de Oliveira Branco, 71 anos
Santiago de Sousa Araújo, 42 anos

» Planaltina

Anália Ribeiro da Silva, 80 anos
Arthur Herculano Barros de Moura, 46 anos
Maria Lúcia Pereira Oliveira, 58 anos
Raimunda Nunes Santana, 60 anos

Valdermonteiro Nunes Maurício, 49 anos

» Brazlândia

Alice Paz Travassos, 88 anos
Ozelia Bahia dos Santos, 55 anos

» Sobradinho

Josias Oliveira dos Santos, 24 anos
Nayra Raquel Augusto Alves dos Santos, menos de 1 ano

» Jardim Metropolitano

Ildalia Maria de Araújo, 73 anos
Geraldo Magela Leal, 74 (cremação)
Divina da Silva Mota, 65 (cremação)

Capital S/A

ROBERTO FONSECA (INTERINO)
robertovfonseca@gmail.com



Nós sabemos o que somos,
mas não o que seremos

William Shakespeare, poeta, dramaturgo e ator inglês

Black Friday impulsiona o varejo com adesão total dos lojistas

O comércio do Distrito Federal entra na Black Friday de 2025 com otimismo inédito. Levantamento do Instituto Fecomércio-DF mostra que 100% dos lojistas consultados vão participar da data, índice superior aos 95,3% de 2024. A confiança reflete a expectativa de um fim de ano mais aquecido, afinal, 98% esperam aumento nas vendas, sendo que 43% projetam alta acima de 20%.

Os descontos médios devem variar de 31% a 50% em 41% das lojas, enquanto 18% planejam promoções acima de 50%. A principal estratégia será o corte direto de

preços (73,5%), seguido da diversificação de produtos e do reforço nas redes sociais.

As lojas físicas continuam como o principal canal de faturamento, concentrando 86,9% das vendas. Vestuário, eletrônicos e calçados lideram entre os segmentos mais engajados. Para o presidente da Fecomércio-DF, José Aparecido Freire, a Black Friday abre o ciclo natalino e ajuda o varejo a renovar estoques e margens para o fim do ano.

“O comércio do DF está confiante e preparado. Hoje a Black Friday representa uma das datas mais importantes para o

varejo juntamente com o Natal, Dia das Mães, Dia dos Namorados, entre outras. E mais importante é que as promoções abrem o período de vendas de fim de ano e ajudam a renovar os estoques das empresas para o Natal”, analisa José Aparecido.

A sondagem foi realizada entre 6 e 10 de novembro, com 102 empresas de 12 segmentos do setor de Comércio de Bens, Serviços e Turismo do DF. As entrevistas foram feitas presencialmente, com proprietários e gerentes de estabelecimentos localizados em diversas regiões do DF.



Kayo Magalhães/CB/D.A. Press

COP30: BB lança estudo inédito sobre sustentabilidade

O Banco do Brasil apresentou na COP 30, em Belém, o livro *A gente se importa*, resultado da plataforma de escuta Árvore BB — iniciativa apoiada por IA que coletou mais de 8 mil depoimentos sobre sustentabilidade em todo o país. O estudo analisou 5.057 falas, classificadas em 23 subtemas ASG, e é considerado um dos maiores levantamentos populares do tipo no Brasil. Os dados revelam uma geração jovem que associa sustentabilidade à atitude e à inclusão, enquanto o público mais maduro destaca economia verde e finanças sustentáveis. O projeto integra a estratégia do BB de liderança em finanças climáticas e desenvolvimento sustentável. “A gente normalmente pensa na ASG como ambiental, mas a gente precisa de cuidado social,

Divulgação/BB



porque abaixo da copa das árvores, a gente tem um povo que pulsa uma cultura diferente, uma economia que pode transformar, sim, o jeito de fazer negócio neste país e no mundo”, afirmou a presidente do BB, Tarciana Medeiros, na primeira agenda na Green Zone, que marcou também o lançamento do stand do BB na COP30.

Distribuidoras não repassam corte da Petrobras, aponta sindicato

Mesmo após a Petrobras reduzir em 4,6% o preço da gasolina A em 20 de outubro, com queda de R\$ 0,14 por litro, o desconto não chegou aos postos. Segundo o Sindicomcombustíveis-DF, as distribuidoras deveriam ter reduzido em cerca de R\$ 0,10 o custo da gasolina C, vendida ao consumidor, mas mantiveram os valores e ainda elevaram o diesel em R\$ 0,13 e o etanol em R\$ 0,10. O sindicato cobra atuação dos órgãos de controle para investigar o não repasse e os aumentos sem respaldo da Petrobras.

Serviços no DF superam média nacional

O setor de serviços do Distrito Federal registrou alta de 8,3% em setembro ante agosto, segundo o IBGE, um avanço muito acima da média nacional, de 0,6%. Na comparação anual, o volume cresceu 15,1%, com destaque para informação e comunicação (+25,1%) e serviços profissionais e administrativos (+17,1%). No acumulado de 2025, a alta é de 7,5%. A receita nominal subiu 5,8% no mês e 18,4% em relação a setembro de 2024. O turismo ficou estável no mês, mas avançou 10,5% na base anual.

Kayo Magalhães/CB/D.A. Press



Conjunto Nacional adere ao manifesto climático dos shoppings

O Conjunto Nacional reforçou a adesão à agenda ambiental ao apoiar o Manifesto dos Shopping Centers pela Agenda Climática, lançado pela Abrasce durante a COP 30, em Belém. O documento define metas para o setor em áreas, como energia renovável, eficiência hídrica e redução de emissões. O shopping já reduziu 29% do consumo de energia com o Projeto LED, reaproveitando mais de 50 milhões de litros de água e reciclando 83,4% dos resíduos. Em 2024, mais de mil pessoas foram beneficiadas por ações sociais e de inclusão.



HISTÓRIAS DE CONSCIÊNCIA mulheres em movimento

Novembro é o mês da Consciência Negra—um período de reflexão, reconhecimento e valorização da contribuição das pessoas negras para a construção cultural, social e econômica do Brasil.

*Diante da relevância do tema, o Correio Braziliense apresenta o evento "**Histórias de Consciência: mulheres em movimento**", uma iniciativa que une informação, opinião e memória para destacar o protagonismo de mulheres negras da cidade e do país.*

19 de novembro

a partir das 14h

auditório do Correio Braziliense
(SIG Qd. 2 Lt. 340)



Realização **CORREIO
BRAZILIENSE**

Produção **CB Brands**
ESTÚDIO DE CONTEÚDO

COMÉRCIO/ Nesta época de festas de fim de ano, lojistas que alugam objetos de decoração estão animados com o aumento de clientes que procuram variar os enfeites natalinos das casas e dos ambientes de trabalho

Natal com inovação e praticidade

» MANUELA SÃ*

Em época de fim de ano, enfeitar a casa com motivos natalinos é parte da festa. Empresas e famílias procuram luzes, árvores, Papais Noéis, velas e peças de mesa para deixar o ambiente de trabalho e o lar com um clima mais festivo. No Distrito Federal, as lojas especializadas em aluguel de decoração têm expectativas positivas para o Natal, com o aumento na procura nos meses que antecedem os festejos.

Na loja de locação de artigos de festa A Garimpeira, na Asa Sul, a procura por produtos natalinos começou em outubro. De acordo com a supervisora de vendas da loja, Sabrina Carvalho, 28 anos, a expectativa é de acabar com o estoque até a data. “Faz tanto sucesso que, em dezembro, perto da data, a gente não consegue alugar tanta coisa, porque os clientes vêm com antecedência”, afirma.

A supervisora de vendas conta que os principais a alugar os enfeites da loja são as famílias e, depois, as empresas. No entanto, Sabrina explica que aqueles que aparecem para comprar objetos avulsos também são uma parte importante dos lucros. “O que mais fortalece a loja são clientes finais, aqueles que chegam aleatoriamente, procurando uma boleira (suporte para bolos), uma mesa de casamento, por exemplo. Mesmo assim, conseguimos montar decorações para o corporativo para as casas”, conta.

Para Sabrina, uma vantagem do aluguel de decorações é que essa prática poupa espaço nas casas: “O bom de alugar é você não acumular peças”. Na mesma perspectiva, a gerente da loja Dona Festeira, no SIA, Luisa de Alencar, 27, também considera vantajoso alugar os objetos. “A pessoa não precisa guardar as peças dentro da sua casa, fazendo com

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Expectativa de lojistas é de aumentar em 30% os aluguéis de objetos de decoração

que o espaço fique limitado. Principalmente, hoje, que as pessoas moram em casa e apartamentos menores. Otimizar o espaço é uma grande vantagem”, avalia.

A expectativa de aumento nos aluguéis de itens decorações nessa época do ano está alta na Dona Festeira. Luisa conta que a empresa sempre fatura mais do que no ano anterior. Esse ano, a previsão é de que consigam de 300 a 400 contratos de aluguel entre novembro e dezembro. “Como nós somos uma empresa que tem crescido a cada ano, a nossa expectativa é de um aumento de cerca de 30%”, comenta.

Os clientes da Dona Festeira não se limitam às pessoas que alugam decorações para levar para casa. Lui-

sa conta que a empresa trabalha em parceria com a Docegrafia, empresa de fotografia, para fazer ensaios fotográficos em uma estrutura montada na loja. Este ano, o cenário foi feito com o tema biblioteca e conta com prateleiras verdes, poltronas, piano, lareira, guirlanda, uma árvore de Natal e presentes.

Os produtos são alugados por unidade e o valor é calculado pela diária. Algumas peças são feitas na própria loja e outras compradas. “Existem itens que são fabricados aqui, pela oficina, para essa época do ano. O cenário, por exemplo, foi completamente fabricado pela nossa oficina. Mas também compramos nas feiras. Todo ano tem novidade de Natal”, diz Luisa.

Variedade

A decoradora Edi Paiva, 57 é frequentadora assídua de lojas que alugam enfeites. “A vantagem de não comprar os objetos é poder inovar a decoração todos os anos. O aluguel é a melhor opção para quem gosta de variar”, disse. Edi conta que, todo ano ela inova na decoração da casa dela. “Eu gosto de mesa posta, então, alugo suporte para bolo, Papai Noel, sousplat, e praticamente tudo que preciso.”

Gabriela Thomé, 44, também é decoradora e concorda com Edi. Segundo ela, para quem organiza ambientes para datas comemorativas, não é prático ter um acervo. “Você precisa fazer mudan-

Manuela Sá



Luisa: “Otimizar o espaço é uma grande vantagem”

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Sabrina alerta que é preciso alugar com antecedência

ças, inovar sempre para conquistar clientes.”

Quando começou a trabalhar com decoração, Gabriela conta que ainda não tinha descoberto a possibilidade de alugar objetos. “Na época, eu comprei um caminhão de pe-

ças, depois fui ver que você não precisa ter essa quantidade, porque você precisa mudar muito os itens para oferecer ao cliente”.

***Estagiária sob a supervisão de Márcia Machado**

O Correio é TOP 1 pelo sexto mês consecutivo em News Information/Local News da Comscore

O portal Correio Braziliense* é líder nacional em notícias locais, ocupando o 1º lugar no ranking Comscore de setembro/2025.

Essa conquista é fruto do trabalho diário de uma equipe dedicada a levar informação confiável, apuração precisa e conteúdo relevante a quem busca entender o Brasil a partir de Brasília.

1º **Correio Braziliense***

2º Estado de Minas

3º PORTAL C

4º PORTAL D

5º PORTAL E

Quer jornalismo de verdade?
Acesse: correio braziliense.com.br

*Fonte: Comscore Multiplatform – Desktop e Mobile | Categoria News/Information. *Total Audience – *Audiência deduplicada das propriedades: correio braziliense.com, Correio Braziliense Blogs, ofuxico.com.br e oimparcial.com.br - Usuários Únicos Setembro/2025 - Brasil.

**CORREIO
BRAZILIENSE**



Projeto do grupo Paepalanthus leva atividades para o público 60+

Fotos: Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Associação dos Idosos Paz e Amor (Apaz), no Cruzeiro Velho



Os frequentadores da Apaz, com a presidente Marlene Pinto



Marlene Pinto, 91 anos, com os idosos da Apaz e a artista Aldanei Menegaz (no meio da roda, de braços abertos)

VIDA EM MOVIMENTO

PROJETO LEVA OFICINAS DE NARRAÇÃO, BORDADO, DESENHO, DANÇA, CIRANDAS, MÚSICA E ENCADERNAÇÃO ARTESANAL PARA CENTROS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS

» WALKYRIA LAGACI

Memórias de uma vida inteira se transformam em arte. O amor é bordado pelas mãos enrugadas de quem experienciou o mundo e carrega uma espécie de bíblia de histórias para contar. Cada linha, cada canção e cada risada se tornam testemunhos de vidas que continuam em movimento.

Essa é a proposta do projeto Cirandas e Histórias na Terra das Memórias, realizado pelo Instituto Cultural Casa de Autores, em parceria com o grupo Paepalanthus e com fomento do Ministério da Cultura (MinC). A iniciativa busca valorizar o envelhecimento de forma leve, divertida e profundamente humana.

Com oficinas, espetáculos e exposições voltadas para o público com mais de 60 anos, o projeto percorre Brasília, Ceilândia, Cruzeiro, Estrutural e Taguatinga, levando cultura e afeto até os espaços de convivência de idosos. As atividades, que seguem até 11 de dezembro, têm como principal objetivo celebrar a velhice, fortalecendo laços, autoestima e senso de pertencimento. Com unhas vermelho-escarlate, batom rosado, colares, pulseiras e brincos brilhantes, um sorriso no rosto e muita cantoria, dona Marlene Pinto, 91 anos, preside, há duas décadas e meia, a Associação de Idosos Paz e Amor (Apaz), no Cruzeiro Velho. O projeto surgiu inicialmente como um grupo de terceira idade. Marlene costumava trazer sua mãe, e ao longo do tempo, a instituição, sem fins lucrativos, se tornou sua segunda casa. “Tenho o pessoal como meus filhos, sou apaixonada por isso aqui”, revela.

Para as oficinas, a casa está recebendo o grupo de teatro Paepalanthus — nome que se refere a uma flor típica do Cerrado, também conhecida como “sempre-viva”. Marlene conta que a atividade favorita é a ciranda em roda: “O povo adora cantar e dançar”.

Jorge Dias, 76 anos, mais conhecido como seu Chula, frequenta a associação há mais de 25 anos e também gosta de se manter ativo: “Estou sempre em movimento. Faço exercício em casa, boto música, gosto muito de música”. Segundo ele,



A atriz Simone Carneiro (à esquerda) conta histórias utilizando bordados

o projeto é “espetacular”. “É muito legal que contamos e ouvimos histórias, para gente relembrar os tempos que era pequenininho”.

Para além da mente ativa, a ação é importante para associação porque precisam de novos idosos. “Está difícil. Durante a pandemia, perdemos muitas pessoas. Antes, tínhamos reuniões com 60 a 80 participantes, hoje temos de 10, 12”, diz Marlene.

Combate a solidão

Para os idosos, atividades de integração, arte e cultura como esta representam uma ponte entre o estado emocional, pertencimento e propósito. A psicóloga e professora universitária do Centro Universitário de Brasília (Ceub) Thayene Belo explica que o isolamento social na terceira idade representa um fator de risco grave para a saúde mental, física e cognitiva, por isso, ações como essa são necessárias: “Essas experiências criam ambientes de convivência, expressão e reconhecimento, elementos fundamentais para o bem-estar psíquico nessa fase da vida. Participar de oficinas, exposições, peças de teatro ou grupos específicos permite que os idosos reencontrem sentido, construam novas conexões e compartilhem

vivências, que, muitas vezes, permanecem silenciadas ao longo dos anos”.

Aldanei Menegaz, 64 anos, artista do grupo Paepalanthus, acredita que as atividades desenvolvidas no projeto são essenciais para os centros de convivência de idosos que têm frequentado: “É algo fundamental, porque tira essas pessoas daquele isolamento, de estar em casa. Elas vêm para conversar, se divertem, ouvem uma história, fazem alguma coisa em conjunto”.

Entre os frequentadores da Apaz, Marilda Zillig, de 81 anos, é uma das mais animadas. Ela participa das atividades há cerca de cinco anos e criou muitos laços: “Fiz muitas amizades aqui, é bom ver outras pessoas da mesma idade, é um espelho para nós”.

Para Thayene Belo, o impacto é visível. “O envelhecimento não precisa ser um tempo de silêncio ou de pausa, mas de reinvenção. Cada encontro, cada oficina, cada ação voltada para essa fase da vida é também um gesto de cuidado. Porque a arte, a cultura, os grupos têm a força de relembrar que pertencemos a algo maior.”

O projeto

A atriz Simone Carneiro, 54 anos, integrante do coletivo artístico Paepalanthus,

explica que as oficinas têm a narração oral como princípio, mas também incluem bordado, desenho, dança, cirandas, música e encadernação artesanal.

“É legal observar o público masculino costurando. Existe esse preconceito na sociedade, principalmente entre o público idoso, mas estamos conseguindo vencer isso. Estamos percebendo homens muito engajados, bordando”, conta Simone. Seu Chula confirma: “Já sei pregar botão”.

Com agulha na mão e linhas vermelha e verde-capim, a artista interpreta com profundidade histórias e contos tradicionais da época de criança do público, que mergulha em memórias guardadas. “É importante dar voz à infância, nós sempre queremos contar alguma coisa”, explica Marilda, frequentadora da associação no Cruzeiro Velho.

Aldanei adora o momento das narrativas: “É interessante ver que muitos se emocionam. Semana passada trouxemos a história do ‘Homem do Saco’ e perguntei a eles se já tinham escutado, eles contam animados que lembram da história contada ainda quando eram pequenos”.

A iniciativa nasceu em 2018, com a primeira edição realizada na Biblioteca Nacional, quando idosos dos Centros de Convivência (Cecon) eram levados de ônibus para participar das oficinas. Hoje, o projeto cresceu e é realizado diretamente nos espaços onde esses idosos já convivem, fortalecendo o vínculo entre arte e comunidade.

A presidente do Instituto Cultural Casa de Autores, Iris Borges, diz, alegre, que os idosos adoram a iniciativa: “Percebemos o engajamento das pessoas a partir das respostas, dos sorrisos e abraços em agradecimento. De modo geral, a resposta é positiva e sempre ouvimos um ‘até a próxima semana’”.

Com apoio financeiro de uma emenda parlamentar do Ministério da Cultura, o Cirandas e Histórias na Terra das Memórias reafirma, a cada oficina, o valor da experiência e da coletividade.

*Estagiária sob supervisão de Tharsila Prates

CRONOGRAMA DAS VISITAS

BRAZILÂNDIA
22/09 a 22/10 – segundas e quartas-feiras — matutino e vespertino, no Cecon.

CEILÂNDIA
27/10 a 03/12 – segundas e quartas-feiras — matutino, no Cecon SUL.

CRUZEIRO
01/10 a 11/12 – quartas-feiras – vespertino, na Associação Paz e Amor do Cruzeiro velho e quintas-feiras — vespertino, no Grupo Fraternidade, Cruzeiro Novo.

ESTRUTURAL
25/09 a 25/11 – terças e quintas-feiras — matutino, no Cecon.

Taguatinga
23/09 a 9/12 – terças-feiras — vespertino, no Cecon Mozart Parada

ESPORTES

correio braziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

BRASILEIRÃO Julgado por envolvimento em apostas esportivas após cartão amarelo recebido em Brasília, Bruno Henrique terá futuro definido no STJD. Sob efeito suspensivo depois da pena inicial, atacante entrou em campo 12 vezes pelo Flamengo

O dia “D” de BH

DANILO QUEIROZ

Iniciada em Brasília, a reviravolta na carreira do atacante Bruno Henrique, do Flamengo, deve ter um fim, hoje, no Rio de Janeiro. Dois anos após jogar no Estádio Nacional Mané Garrincha contra o Santos e receber um cartão amarelo fruto de uma extensa investigação sobre participação do atleta em esquemas de apostas, o camisa 27 e capitão do clube rubro-negro deve viver, a partir das 15h, o último capítulo do julgamento na esfera esportiva. Condenado em setembro em primeira instância a uma pena de 12 partidas de torneios nacionais, mas apto a atuar desde então graças a um efeito suspensivo, o jogador estará outra vez sob o crivo do Pleno do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD).

A história remonta a 1º de novembro de 2023, quando Bruno Henrique, pendurado, recebeu amarelo por uma falta, seguido de vermelho por reclamação ao árbitro Rafael Rodrigo Klein. Na ocasião, o caso pareceu intempestividade e não levantou suspeitas. Um ano depois, a Polícia Federal, em conjunto com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), deflagrou a operação “Spot-fixing” para investigar possíveis manipulações de resultado em favor de apostas. O jogador do Flamengo se comunicou com familiares sobre a possibilidade de forçar um cartão para cumprir suspensão automática contra o Fortaleza e, depois, enfrentar o Palmeiras. Na ocasião, os clubes duelavam pelo título brasileiro, posteriormente conquistado pelo alviverde.

O caso transcorreu por mais um ano nas esferas cível e esportiva (**veja Linha do Tempo**) até Bruno Henrique ser condenado em primeira instância pelo STJD. A pena abrangia 12 jogos de suspensão em torneios nacionais (como Brasileirão e Copa do Brasil) e multa de R\$ 60 mil. Com apoio do Flamengo, o jogador conseguiu um efeito suspensivo da pena e esteve à disposição do técnico Filipe Luis nos 60 dias seguintes. A defesa rubro-negra é sustentada na tese de a ação deliberada do atacante de informar a familiares a orientação interna para receber o amarelo não ter causado prejuízos ao clube. Para a acusação, Bruno causou dano à integridade do esporte ao avisar o irmão Wander Nunes Pinto sobre a situação. Desde então, o enredo se desenrolou entre os tribunais e os gramados.

Apto a atuar, Bruno Henrique entrou em campo em 12 partidas e não foi utilizado em uma no período.

Divulgação/Flamengo



Bruno Henrique é investigado por participação em apostas de familiares em cartão amarelo: caso se arrasta desde novembro de 2023

Linha do tempo

1º de novembro de 2024
O Flamengo enfrenta o Santos no Mané Garrincha, pela 31ª rodada da edição de 2023 da Série A do Campeonato Brasileiro;

Aos 50 minutos do segundo tempo, Bruno Henrique recebe cartão amarelo por falta em Soteldo. O jogador estava pendurado e perderia o jogo contra o Fortaleza, ficando apto para enfrentar o Palmeiras;

Por reclamação com o árbitro Rafael Rodrigo Klein, o camisa 27 do Flamengo recebe vermelho;

5 de novembro de 2024
Um ano após o jogo, a Polícia Federal, em parceria com o Grupo

de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Distrito Federal, deflagra a operação “Spot-fixing”;

10 de novembro de 2024
O atacante rubro-negro se manifesta pela primeira vez, após conquistar o título da Copa do Brasil. “Sim (sou inocente). Recebi (a operação) de uma forma agressiva. Não esperava da forma que foi, mas eu acredito na justiça lá de cima”;

22 de março de 2025
MP busca depoimento do jogador;

14 de abril de 2025
Indiciamento pela Polícia Federal;

26 de maio de 2025
Bruno Henrique falta audiência para depor ao STJD;

29 de maio de 2025
Bruno Henrique presta depoimento sobre o caso no STJD;

7 de junho de 2025
STJD recebe detalhes da investigação e começa a apurar a denúncia;

11 de junho de 2025
MP denuncia Bruno Henrique por fraude esportiva e estelionato;

1º de agosto de 2025
Bruno Henrique é denunciado pela procuradoria do STJD;

4 de setembro de 2025
Bruno Henrique condenado no STJD: 12 jogos de suspensão e R\$ 60 mil de multa;

14 de setembro de 2025
STJD concede efeito suspensivo e libera Bruno Henrique;

10 de setembro
Relator Sergio Furtado Filho vota pela absolvição e julgamento decisivo no STJD é adiado após auditor Marco Aurélio Choy pedir vista;

Hoje
Pleno do STJD volta a se reunir para apreciar o caso.

Fortaleza arranca empate contra Galo

O Atlético-MG chegou a vencer por 3 x 1 o duelo atrasado contra o Fortaleza pela 16ª rodada, ontem, em Belo Horizonte. Hulk, Vitor Hugo e Dudu marcaram para o Galo. Porém, o Leão do Pici, foi valente e contou com o brilho do centroavante Deyverson, autor dos três gols e heroi ao empatar 48 minutos da etapa final. O resultado não foi o melhor, mas leva os cearenses aos 31 pontos, quatro atrás do Vitória, primeiro time fora da zona de rebaixamento. A trupe mineira está em 9º, com 44 somados.

Cronologia esportiva

14 de setembro de 2025
STJD concede efeito suspensivo e libera Bruno Henrique;

18 de setembro
Atacante volta e joga 17 minutos na vitória contra o Estudantes;

18 de setembro a 9 de novembro
No período sob efeito suspensivo, Bruno Henrique entra em campo 12 vezes. Delas, nove são pelo Brasileirão e teriam abatido a pena de 12 jogos. No total, foram 530 minutos em campo, cinco jogos como titular, três cartões amarelos e três gols marcados nos dois últimos compromissos contra Sport (2) e Santos.

Felipe Anderson pode castigar clube de origem



Cesar Greco/Palmeiras

Com longa história no Santos, brasiliense é esperança alviverde

O destino colocou o brasiliense Felipe Anderson em condições de complicar a vida do clube pelo qual se destacou no início da trajetória no futebol. Revelado pelo Santos, o meia-atacante do Palmeiras pode protagonizar um jogo com peso crítico: no próximo sábado, às 21h, o alviverde enfrenta o Peixe, na Vila Belmiro, e uma vitória palmeirense poderá afundar o alvinegro ainda mais na zona de rebaixamento da Série A do Campeonato Brasileiro.

O Santos vive momento turbulento. A equipe ocupa atualmente a 17ª colocação da Série A e está com o risco de queda para a Série B avaliado em mais de 50%. Em contrapartida, o Palmeiras, ainda em disputa firme pelo topo, vê no confronto uma oportunidade de manter a vantagem contra o Flamengo e aplicar golpe psicológico no rival.

No contexto, Felipe Anderson certamente se lembrará dos melhores anos vestindo a camisa santista: o brasiliense estreou aos 17 anos, em 2010, e conquistou o Paulista (2011, 2012), a Libertadores de 2011 e a Recopa de 2012 pelo Peixe. A presença do atleta de Santa Maria adiciona um ingrediente simbólico para o clássico, reforçando a narrativa de revanche e impacto emocional.

Com o Palmeiras recheado de desfalques devido às convocações da Data Fifa e suspensões — ao todo, são nove ausências —, Felipe Anderson deve seguir como titular do técnico Abel Ferreira. O jogador, porém, ainda persegue uma consolidação definitiva no alviverde e uma boa apresentação diante do ex-clube surge como cenário ideal para o brasiliense deslanchar.

Bap recebe título de Cidadão Honorário de Brasília

DAVI CRUZ

A Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) concedeu, ontem, o título de Cidadão Honorário de Brasília ao presidente do Flamengo, Luiz Eduardo Baptista, conhecido como o Bap. A homenagem, de iniciativa do deputado distrital Pastor Daniel de Castro (PP), celebrou também os 130 anos do clube carioca, fundado em 15 de novembro de 1895.

Realizado no plenário da Casa, o evento reuniu autoridades, parlamentares, torcedores e lendas do time campeão mundial em 1981, como o lateral Leandro e o goleiro Raul Plassmann. Eleito presidente do Flamengo no final de 2024, Bap atua no clube desde 2009 e foi um dos pilares durante transformação administrativa e financeira do clube.

“Tenho uma relação de muito carinho com Brasília. Sempre fui muito bem recebido aqui, tanto pela torcida rubro-negra quanto pelas autoridades e pela população. Foi um momento de grande emoção e orgulho. Ver o plenário tomado pelas cores do Flamengo mostra a dimensão do que o clube representa para o país. São 130 anos de uma história que vai muito além do esporte: é cultura, é identidade, é superação. O Flamengo faz parte da vida do brasileiro e receber essa homenagem reforça o quanto o clube é um patrimônio nacional”, destacou Bap, ao **Correio**.

O autor da homenagem, deputado Pastor Daniel de Castro, ressaltou a importância do título e a contribuição de Bap para o esporte e para o país. “Conceder o título

de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor Luiz Eduardo Baptista é reconhecer uma trajetória marcada pela capacidade de transformar desafios em conquistas. Ele fortaleceu o maior clube do Brasil e estreitou ainda mais os laços entre o Flamengo e a nossa cidade”, disse o parlamentar.

A vice-governadora do DF, Celina Leão, também esteve na cerimônia e destacou o simbolismo do momento e o legado da gestão do dirigente rubro-negro. “Brasília presta uma homenagem à boa gestão e ao poder transformador do esporte. Luiz Eduardo é o retrato do profissional que une técnica, visão e emoção. À frente do Flamengo, provou que resultados duradouros nascem de planejamento, disciplina e paixão”, afirmou a gestora local.

dos artigos 243 e 243A (atuar de forma prejudicial ao próprio clube ou manipular resultados de partidas) e aplicou o 191 (descumprimento de obrigações legais ou administrativas, punida apenas com multa), seguindo o entendimento da defesa do jogador. O julgamento foi postergado após pedido de vista do auditor Marco Aurélio Choy.

A nova sessão promete ser decisiva. Seja qual for o desfecho, o caso Bruno Henrique se converteu em um divisor de águas para o futebol brasileiro. O processo nasceu de um cartão no Mané Garrincha, atravessou tribunais por dois anos e, agora, expõe o desafio de conciliar paixão, ética e responsabilidade com o jogo mais popular do país.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Dirigente esteve em cidade para homenagens aos 130 anos do clube

ESPORTES

SELEÇÃO Ederson corre por fora pela titularidade em 2026 com um Ancelotti que não se encanta por goleiros bons com os pés

Chance para ser agarrada

VICTOR PARRINI

O goleiro Alisson se recupera de uma lesão na coxa e deve retornar à Seleção Brasileira na Data Fifa de março para os possíveis amistosos contra França e Croácia, os últimos antes da convocação para Copa do Mundo no Canadá, no México e nos Estados Unidos. Se tudo correr como previsto, será o terceiro goleiro a jogar três Mundiais pelo Brasil, igualando-se a Gilmar (1958, 1962 e 1966) e Taffarel (1990, 1994 e 1998). Enquanto isso, o técnico Carlo Ancelotti testa outros candidatos a dono das traves do Brasil. Na vitória por 5 x 0 sobre a Coreia do Sul, Bento não teve problemas. Diferentemente de Hugo Souza, contestado na derrota de virada por 3 x 2 contra o Japão. Titular do país em 15 dos 31 jogos no ciclo rumo ao hexa, Ederson corre por fora com o italiano. Talvez, por ter o que dono da prancheta não valorize muito: a facilidade para jogar com os pés.

Antes dos testes na Ásia, Ancelotti deixou clara a preferência por um goleiro à moda antiga. “Assistindo a muitos jogos, vejo goleiros que dão assistências... dão assistência, às vezes, para o time

rival (risos). É melhor que defendam bem com as mãos”, justificou, com bom humor. Ederson tem o que o futebol dos dias de hoje pede, a capacidade para iniciar as jogadas e transformar os lançamentos em problemas para os adversários. Pode não encantar Ancelotti, mas foi útil a Pep Guardiola por oito temporadas no Manchester City. O paulista de Osasco deixou o clube inglês rumo ao Fenerbahçe em setembro com seis assistências na conta.

Ederson vive uma temporada atribulada, com mudança de ares e lesões. Inclusive, vive a primeira convocação desde a chegada do treinador italiano. Sinal que, embora seja moderno demais, pode assegurar uma vaga para 2026. Contra Senegal, no sábado, pode ser titular. O último jogo pela Seleção foi há quase um ano, no empate por 1 x 1 contra o Uruguai em Salvador, pelas Eliminatórias. Aos 32 anos, o atleta de 1,88m de altura tem um trunfo para seguir no grupo: decisões por pênaltis. Na Copa de 2014, o mundo testemunhou o treinador Louis van Gaal substituir Jasper Cillessen por Tim Krul, durante o segundo tempo da prorrogação, visando a disputa por pênaltis. Resultado: o reserva pegou duas cobranças e classificou a Laranja à semifinal contra a Argentina.



Recuperado de lesão, Ederson retorna à Seleção após quase um ano

Rafael Ribeiro/CBF

“Tem várias formas de pensar sobre isso, pode ser positivo, como pode não fazer diferença. Pode não dar certo e fica o questionamento: por que trocou? É muito relativa essa questão, meio complicada de responder, mas com certeza isso ficaria a critério do treinador e do preparador de goleiros”,

analisou na entrevista coletiva de ontem. Ederson conhece o Senegal. Ele foi o titular na derrota por 4 x 2 no início do ciclo para 2026. Para Ederson, há uma enorme diferença entre o tropeço em 20 de junho de 2023 e o amistoso de sábado. O Brasil estava delegado ao interino Ramon Menezes e, agora,

é comandado pelo treinador mais vitorioso da Liga dos Campeões. “Não tirando o mérito do treinador anterior, mas com Ancelotti é outra forma de ver, outra forma de enxergar o treinador. Você ver um treinador tão vitorioso comandando a equipe agrega muito para os jogadores, traz mentalidade vencedora para

dentro de nós. Temos que estar juntos como grupo. Durante esses dois dias, vi a forma que eles treinam, treinam no mais alto nível possível”, destacou. Pensando em 2026, Alison foi o número 1 do Brasil em 12 partidas, seguido de Bento, com duas exibições. Hugo Souza, Weverton e Rafael acumulam uma partida cada.

ELIMINATÓRIAS

Copa pode ter mais classificados hoje

A Data Fifa de novembro será encerrada com 42 das 48 vagas à Copa do Mundo de 2026 preenchidas. No momento, 28 países estão assegurados no megaevento. Hoje, o número pode ser atualizado após novos capítulos das Eliminatórias da Concacaf, da África e da Europa.

A Europa terá 12 classificados até terça-feira. Berço do futebol moderno e campeã em 1966, a Inglaterra foi a primeira a confirmar presença. Absoluta em 2018 e vice em 2022, a França carimbará o passaporte, caso derrote a Ucrânia, às 16h45, em Paris.

O cenário é o mesmo para Portugal no jogo simultâneo contra a Irlanda, fora de casa. CR7 e cia. classificam-se com a vitória, mas empate ou derrota pode ser útil, desde que a Hungria não bata a Armênia.

Entre as seleções mais badaladas do Velho Continente, a situação da Itália é a mais preocupante. A classificação direta é improvável, pois três pontos e 16 gols de diferença no saldo a separam da líder Noruega. Se os nórdicos vencerem a Estônia, às 14h, e os italianos não superarem a Moldávia, às 16h45, o país de Haaland garante o primeiro lugar e vaga. Restaria apenas a repescagem aos tetracampeões mundiais.

Estão garantidos
Anfitriões: Canadá, Estados Unidos e México;
Ásia: Austrália*, Arábia Saudita, Catar, Coreia do Sul, Irã, Japão, Jordânia e Uzbequistão;
África: África do Sul, Argélia, Cabo Verde, Costa do Marfim, Egito, Gana, Marrocos, Senegal e Tunísia;
América do Sul: Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai e Uruguai;
Oceania: Nova Zelândia
Europa: Inglaterra

*Localizado na Oceania, o país disputa as Eliminatórias da Ásia desde 2006

O Brasil assegurou a classificação via Eliminatórias Sul-Americanas, mas está envolvido na Europa. Ex-Corinthians, o técnico Sylvinho tenta ser o único treinador brasileiro na Copa de 2026. Ele orquestra a Albânia, vice-líder do Grupo K e candidata à repescagem. Hoje, às 16h45, precisam

vencer Andorra e torcer para que a Sérvia não vença a Inglaterra no mesmo horário para encaminhar o avanço à repescagem.

A Concacaf tem os três anfitriões do torneio classificados. Porém, ainda restam três vagas diretas. O Grupo B pode ser definido hoje. A Jamaica lidera, com nove pontos. Se vencer e Curaçao não ganhar de Bermudas, o país celebrará a segunda participação na Copa do Mundo.

Na chave C, a disputa também é acirrada. Honduras, com oito pontos, encara a lanterna Nicarágua. Triunfo hoje combinado com tropeço da Costa Rica resultará na classificação.

Há promessa de emoção nas Eliminatórias da Ásia. Hoje, Emirados Árabes Unidos e Iraque iniciam, às 13h, a disputa da repescagem. O jogo de volta será na terça-feira. A África tem nove seleções garantidas na disputa do próximo ano. O continente tem mais quatro países na disputa pela última vaga, na repescagem. Em partida única, Camarões enfrenta a República Democrática do Congo, às 16h. O vencedor pegará Nigéria ou Gabão, adversários às 13h, na disputa final.

Giro esportivo

Marco Bertorello/AFP



Tênis

Jannik Sinner bateu Alexander Zverev por 2 sets a 0 e seguiu invicto no ATP Finals. Hoje, por volta das 16h30, Carlos Alcaraz encara Lorenzo Musetti. Vitória manterá o espanhol no topo do ranking.

Rubens Chiri/São Paulo FC



São Paulo

Oscar segue internado após apresentar alterações cardíacas durante teste físico. Ele ficou desmaiado por dois minutos e, segundo relatos, não se lembra do momento em que passou mal.

Gustavo Martins/Cruzeiro



Cruzeiro

O América-MEX fez proposta de R\$ 3,1 milhões pela zagueira Isa Haas. A venda seria a segunda maior do futebol feminino no Brasil, atrás de Amanda Gutierrez (R\$ 5,89 mi), negociada pelo Palmeiras aos EUA.

WAKE UP

BRASÍLIA

DIAS 13 A 16 DE NOVEMBRO

CAMPEONATOS DE WAKEBOARD E WAKESURF

TODOS OS DIAS DE 09H AS 16H

- SKATE
- SLACKLINE
- BUNGEE JUMP
- ESCALADA
- ESPAÇO FUT

ENTRADA GRATUITA
RETIRE SEU INGRESSO

LAGO PARANOÁ
Parque Deck Norte

FUNCIONAL

SÁBADO E DOMINGO 10H

YOGA

SÁBADO 9H | DOMINGO 12H

Mobilidade

DOMINGO 9H

Jiu-Jítsu

DOMINGO 10H

CORRIDA

DOMINGO 8H

APOIO:

PARCEIRO DE MÍDIA:

REALIZAÇÃO: INSTITUTO INSPIRAR E PRODUIR

CAMPEONATO OFICIAL: ABC

RETO COM PROTEÇÃO

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua míngua em Virgem. É possível conceber que haja uma dimensão entre os mundos clássicos, o paraíso e o inferno, um lugar entre o bem e o mal, entre os vivos e os mortos, entre os salvos e os condenados à perdição, um lugar de glorioso e eterno renascimento, que pode, eventualmente, ser também um lugar de salvação, mas não que essa seja imprescindível. É possível conceber que a esse lugar se dirijam todas as almas às quais a dialética binária entre o bem e o mal mortificou, todos os desencaixados que nunca encontraram identidade em nada que a cultura lhes ofereceu e que, ao contrário, amargaram o destino de se sentirem estranhos numa terra estranha, sem nunca encontrar familiaridade. Essa dimensão existe, acolhe todas as almas desencaixadas para lhes brindar com renascimento eterno, porque são necessárias.



ÁRIES
21/03 a 20/04

Nem sempre é possível expressar os bons sentimentos que circulam na alma, porque as convenções sociais não permitem ou mesmo porque as pessoas poderiam interpretar de forma distorcida tal expressão. Isso passa.



TOURO
21/04 a 20/05

Se os desentendimentos entre as pessoas resultassem em algo bom para o mundo, viveríamos uma época de prosperidade e bonança, mas é o contrário disso. Portanto, faça o possível para transcender os conflitos. É assim.



GÊMEOS
21/05 a 20/06

Evite deixar para depois o que poderia organizar agora mesmo, sem mais delongas. Evite permitir que seus anseios de experiências mais divertidas atrapalhem o bom andamento do que é possível fazer agora, de imediato.



CÂNCER
21/06 a 21/07

Tenha em mente o que você pretende de verdade, sem mentir para sua própria alma tentando agir de forma pertinente. A sinceridade para com sua própria alma é fundamental nesta parte do caminho, para que tudo dê certo.



LEÃO
22/07 a 22/08

Os momentos íntimos brindam com alegria e esperança, porque se você depender do cenário e das circunstâncias, só encontrará perrengue. Procure preservar os bons relacionamentos com essas pessoas de qualidade. É isso.



VIRGEM
23/08 a 22/09

Tudo que até agora estava emperrado e difícil, encontra neste momento uma fluidez que surpreende. Melhor não pensar demais no que provoca tal fluidez, mas a aproveitar para colocar todos os assuntos em dia.



LIBRA
23/09 a 22/10

É oportuno fazer manobras para sua alma se sentir mais segura e confiante, e se isso requer que você crie estratégias para melhorar sua vida financeira, que assim seja! Descubra o que é que deixa sua alma confiante.



ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

Atue com generosidade, ansiando o bem de todas as pessoas com que você entrar em contato, conhecidas e desconhecidas, irradie de seu coração os melhores sentimentos possíveis, faça isso sem chamar a atenção sobre você.



SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

Pense as coisas mais bonitas que conseguir imaginar e se dedique a amadurecer os bons sentimentos que surgirem do exercício, pois assim, sem você perceber nem ter tido a intenção, os relacionamentos melhoram.



CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Agora é um momento de sociabilidade, para a qual, talvez, sua alma não está completamente preparada, porque tem ojeriza de fazer contato sem verdadeira vontade, mas os resultados serão compensadores. Experimente.



AQUÁRIO
21/01 a 19/02

Ainda que seja tentador descansar e se despreocupar de tudo e de todos, este é um momento que recompensa a atividade produtiva, que pode muito bem ser executada com a alma leve, sem apego ao fruto das ações.

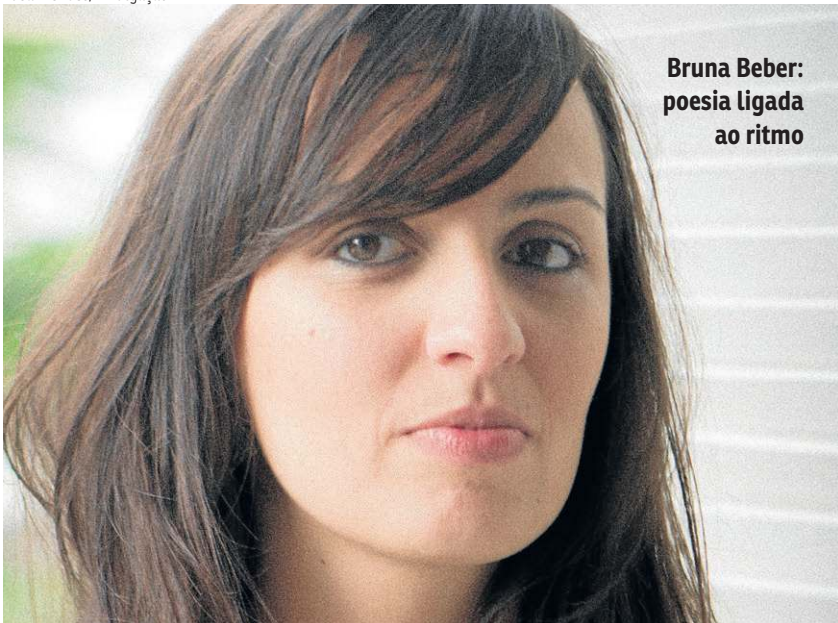


PEIXES
20/02 a 20/03

O cenário pode não ser o que você esperava, mas é o que está disponível. O que importa mesmo, nesta parte do caminho, é sua atitude. Adotando uma atitude vitoriosa, você vai avançar bastante em suas pretensões.

LITERATURA

Elisa Mendes/Divulgação



Bruna Beber:
poesia ligada
ao ritmo

Versos cheios de vozes

» NAHIMA MACIEL

Reunir os cinco livros publicados entre 2006 e 2017 em *Romance em 12 linhas e outros poemas* fez Bruna Beber se dar conta do quanto sua poesia é ligada ao ritmo. Editado pela Companhia das Letras, o volume, que a autora fluminense lançou, hoje, na Platô Livraria em sessão de bate-papo da qual participam Nicolas Behr e Lorena Martins, reúne os livros *A fila sem fim dos demônios descontentes* (2006), *Balés* (2009), *Rapapés & apupos* (2012), *Rua da padaria* (2013) e *Ladainha* (2017). “Eu queria, há muito tempo, relançar esses livros porque estavam fora de catálogo, então pintou essa ideia de fazer a obra reunida”, conta.

Ficou de fora apenas *Veludo rouco*, lançado em 2023. Bruna conta que deu trabalho, mas também causou surpresas, a releitura de praticamente toda a obra. “Não é tão grande assim”, admite a poeta. “Mas, se pensar no arco de poesia contemporânea, fui uma das primeiras da minha geração a publicar. Reli tudo que escrevi ao longo da vida, tentando entender o que construí. Gostei da experiência, porque pude entender os percursos, o que minha poesia foi se tornando”, conta.

Nos versos reunidos no livro está a trajetória de um olhar atento para o instante, para o cotidiano. “Acho que minha poesia sempre teve um viés de crônica, das cidades, das pessoas, das relações

familiares”, conta Bruna que, com o tempo, percebeu os versos cada vez mais povoados de personagens e vozes. “Comecei num registro muito ligado à música, à fala. Desde o começo, tenho uma percepção de ouvinte e minha poesia se forma a partir da escuta do mundo e das pessoas. Isso foi se intensificando, permaneceu, e no *Ladainha*, está totalmente deflagrado”, destaca.

Para a poeta, todas essas características se encontram em *Veludo rouco*, lançado em 2023. É, ela diz, um conjunto de poemas com características de crônica, muito ritmo e uma multiplicidade de vozes. “Fui trazendo essas vozes, não só o que as pessoas falam, mas como as pessoas falam”, explica a poeta, que, no início, aceitou a presença de uma certa melancolia, uma vontade de deixar os versos serem contaminados com a vontade de rememorar pessoas e fatos. “Conforme o tempo foi avançando, fui sentindo necessidade de historicizar as pessoas. Elas deixam de ser uma melancolia, em um exercício de memória, e passam a ser personagens. Vou da nostalgia para historicização”, garante.

ROMANCE EM 12 LINHAS E OUTROS POEMAS

De Bruna Beber. Companhia das Letras, 224 páginas. R\$ 62,90. Lançamento hoje, às 19h, na Platô Livraria (CLS 405 Bloco A, Loja 12)

CRUZADAS

Diego (?), pintor mexicano			Deve ser completada no jogo de bingo		Disciplina da graduação em Medicina	"A fé, (?) obras se vê" (dito)	"Com que Roupa?", "Fita Amarela", "Gago Apaixonado" e "Palpite Inferiz"	
Segmento de mercado dos países caribenhos			Interjeição vocativa				Mostrar	Inferiz
Ex-técnico do Athletico Paranaense (fut.)								
				Cidade do Triângulo Mineiro				
Museu que abriga a tela da Mona Lisa			Classe do iatismo (ing.)		O cliente da agência matrimonial			
			Possuir					
						Cartão (?), identificador de celulares		
Prerrogativas do cidadão na democracia			Aditivo de produtos de limpeza					
			Benévola					
Ingrediente da limonada purgativa	Revolta paraense entre 1835 e 1840					Árvore brasileira		
		O quarto mês do ano		Feito			Corrida ilegal de carros (pop.)	
		Arma do troglodita		Reino do (?): Judá (Bíblia)				
Pós-(?), estágio de pesquisas do doutor					Nome gaélico da República da Irlanda			
Mulheres nobres			Relativo a Portugal					
Escola de Belas Artes (sigla)			Vazia					
Pacote de cigarros				Prática rotineira para o agiota	Arroz, em inglês			
					Pátria (fig.)			
							Movimento súbito e espontâneo (fr.)	
Diz-se do vocabulário livre de estrangeirismos		(?)-X, modelo de nave de Luke Skywalker nos filmes de "Star Wars"				Orelha, em inglês		
						Cheiro ruim		
O público frequentador de bibliotecas			Rio que corta a Rússia				Interjeição de espanto	
			Ofereça					
Personagem de Stan Lee levado às telas pelo cineasta Sam Raimi				Teoria do (?): ramo da Matemática				

BANCO 3/ear. 4/élan — nice — star. 9/cabanagem. 29

© Ediouro Publicações — Licenciado ao Correio Brasileiro para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

	G	C			F			N
	M	I	O	L	O	D	E	P
	C	E	R	R	O		E	R
	T	I	E		L	I	O	
	C	A	N	A	N	E	I	A
	S	I	O	N	A	R	S	E
	S	A	R	R	I	A	R	G
	P	A		A	O	N	F	I
	S	E	M	O	L	A	U	R
	S	A	M	A	M	B	A	I
	C	A	L	A	D	O		I
	D	U	R	O		D	S	C
	D	O	C		R	A	I	T
	A	S		S		L	E	R
	D	I	R	E	T	O	R	E
	P	A	R	A	M	A	R	I

SUDOKU DE ONTEM

1	2	5	7	3	8	4	6	9
9	6	8	4	1	5	7	2	3
4	3	7	2	9	6	8	5	1
2	9	6	1	5	4	3	8	7
3	5	4	9	8	7	6	1	2
7	8	1	3	6	2	5	9	4
6	7	3	8	2	9	1	4	5
8	1	2	5	4	3	9	7	6
5	4	9	6	7	1	2	3	8

#FaçaCoquetel

Assine e receba no conforto da sua casa!

www.coquetel.com.br

Diversão & Arte

OS CAVALEIROS DO...

TRUQUE DE MESTRE —
O 3º ATO CHEGA AOS CINEMAS UMA DÉCADA
DEPOIS DO SEGUNDO FILME DA FRANQUIA
QUE ACUMULA POPULARIDADE COM
ELENCO ESTELAR

» MARIANA REGINATO

Após quase 10 anos, a franquia *Truque de mestre* retorna aos cinemas com o terceiro ato da história. Os ilusionistas J. Daniel Atlas (Jesse Eisenberg), Merritt McKinney (Woody Harrelson), Jack Wilder (Dave Franco) e Henley Reeves (Isla Fisher) reaparecem nas telas ao lado uma nova geração. Para fazer frente a uma empresa corrupta, os novos personagens e os veteranos usam mágicas para o bem.

Apesar de manter os atores em *Truque de mestre — o 3º ato*, com Jesse Eisenberg, Woody Harrelson, Mark Ruffalo, Morgan Freeman, Lizzy Caplan, Dave Franco e Michael Caine, cada um dos filmes foi dirigido por um diretor. Na estreia da franquia, em 2013, Louis Leterrier foi o responsável pela produção que arrecadou US\$350 milhões. Em 2016, Jon M. Chu, diretor de *Wicked* e *Podres de ricos*, que assumiu a sequência. Para o terceiro ato, o projeto fica nas mãos de Ruben Fleischer, que trabalhou em *Venom*.

Jesse Eisenberg, além de ator, é roteirista e diretor. No ano passado, dirigiu e roteirizou o longa *A verdadeira dor*, que venceu o Oscar de Melhor roteiro original. Em entrevista ao *Entertainment Weekly*, o ator destacou que sempre quis interpretar Atlas novamente e descreve o papel como a experiência mais divertida que viveu na atuação.

“Normalmente, interpreto personagens que são emocionalmente atormentados ou profundamente desconfortáveis consigo mesmos, então é uma alegria e uma emoção interpretar esse personagem nesse tipo de filme”, destacou o ator. “Fiquei extremamente feliz quando soube que essa seria a versão (do terceiro filme), onde os ‘cavaleiros originais’ estariam presentes durante todo o filme”, reforçou.

Truque de mestre chega ao seu terceiro filme e, mesmo antes do lançamento nos cinemas, o quarto ato foi confirmado. Sobre o fim do terceiro filme, Jesse Eisenberg confirmou que é surpreendente. “Não quero revelar nada, mas a reviravolta acontece por causa de uma atuação realmente ótima. Vai impressionar. Aparentemente, as pessoas enlouquecem com o final nas sessões de teste, mas eu sou um idiota quando se trata de enredo”, comentou Jesse.



Truque de Mestre: malabarismo gráfico dá as caras na produção

Katalin Vernes/Lonsgate/Paris Films

RELEMBRE O FIO DA MEADA

TRUQUE DE MESTRE (2013)

Há 12 anos veio o começo da franquia, sob direção de Louis Leterrier. Num lema, Danny (Jesse Eisenberg) destaca a atividade dele e de um punhado de colegas: “Quanto mais perto de algo estiver, menos você vê”. Com as luzes apagadas (no cinema), o espectador pode ser ludibriado com mais facilidade pelos quatro ilusionistas, associados na trama para um roubo a banco francês, mas a partir do palco de uma casa de espetáculos em Las Vegas. O FBI e a Interpol são acionados para abrandar a tensão permanente derivada do clima de farsa mantido pelos personagens centrais, dos jogos de hipnose e da plena competitividade de todos os ilusionistas jogados uns contra os outros. (Ricardo Daehn)



Barry Weicher/Summit Entertainment

TRUQUE DE MESTRE — O SEGUNDO ATO (2016)

Na época de lançamento da segunda parte, estava assegurada a terceira da franquia. A volta dos Quatro Cavaleiros, grupo formado por Woody Harrelson, Dave Franco, Jesse Eisenberg e Lizzy Caplan, garante uma leva de mágicas, a fim de todos novamente driblarem o FBI. A hipnose de um CEO de empresa de tecnologia é o ponto de partida. A partir de erro na estratégia, os ilusionistas empreendem uma fuga cinematográfica. Na China, eles executam outro plano, ao serem contratados por Walter Mabry (Daniel Radcliffe). O roubo de um circuito que criptografa é o alvo. Presentes no primeiro filme, Mark Ruffalo e Morgan Freeman completam o elenco. (RD)



Paris Films/Divulgação

OUTROS LANÇAMENTOS

Joe Cross for Mayor LLC filme



Eddington

O filme de Ari Aster competiu contra o nacional *O agente secreto*, no Festival de Cannes. A trama se concentra numa cidade de fronteira do Novo México em que os importantes personagens de Joaquin Phoenix, Pedro Pascal e Emma Stone não conseguem alcançar um momento de paz. Tudo transcorre em meio à pandemia e ao episódio de violência contra George Floyd.

A quem eu pertença

Filme de estreia de Meryam Joobeur, retrata consequências de ações terroristas dentro de uma mesma família. Aicha (Salha Nasraoui), uma mãe repleta de perdas, no interior da Itália, recebe a enigmática visita de um filho dado como morto.

Diamond Films



O bad boy e eu

Numa pequena cidade, uma líder de torcida, ao conhecer o capitão do time de futebol americano, revê a intenção de nunca namorar. Dirigido por Justin Wu, o filme conta com a participação de Siena Agudong e do influencer digital Noah Beck.

Embaúba Filmes



Lar

O diretor Leandro Wenceslau investe num projeto que traz por meta retratar seios familiares integrados por cidadãos da comunidade LGBTQIA+. A ideia é revelar situações que fogem dos chamados modelos tradicionais.

Direito & Justiça



Editora
Ana Maria Campos
anamcampos.df@adabr.com.br
Tel. 3214-1344

Respeitado no Judiciário, longe da unanimidade na política

Ana Maria Campos

Discreto, avesso a entrevistas e declarações bombásticas, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, nem precisa buscar holofotes para se destacar. Em dois anos de mandato à frente do Ministério Público Federal, foi protagonista de um momento histórico: a denúncia que resultou na condenação de um ex-presidente da República por atentar contra a democracia. Jair Messias Bolsonaro e os demais integrantes dos grupos que atuaram na chamada trama golpista foram os primeiros réus e condenados pela Lei 14.197/21, que revogou a Lei de Segurança Nacional e definiu os crimes contra o Estado Democrático de Direito.

Gonet sustentou em 272 páginas da denúncia — e nas alegações finais — todo o fio condutor dos atos antidemocráticos que levaram a uma tentativa de golpe para tirar um presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, do poder. Sem estardalhaço, sem palavras de efeito, mas com a força de episódios que falam por si mesmos, Gonet impressionou na sustentação oral.

Não faltaram ingredientes para pedir uma condenação severa: tentativa de assassinar o presidente Lula, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), além de conspirações para explodir um carro-bomba do aeroporto de Brasília, ações para invadir o prédio da Polícia Federal, fake news para desacreditar o trabalho da Justiça Eleitoral, depredação e ocupação dos prédios da Praça dos Três Poderes, financiamento dos acampamentos no QG do Exército.

Sobre sua atuação nesse caso, ele ressaltou ontem: “Minhas manifestações se deram invariavelmente nos autos dos processos, sem vazamento nem comentário público algum, prejudiciais à imagem e à presunção de inocência dos investigados. O respeito ao sigilo judicial foi sempre obedecido de modo absoluto e assim continuará a ser”.

De acordo com o balanço da PGR, 715 réus envolvidos nos atos antidemocráticos foram condenados até outubro, enquanto 568 investigados assinaram Acordos de Não Persecução Penal (ANPPs) propostos

Ed Alves/CB/D.A Press



“Minhas manifestações se deram invariavelmente nos autos dos processos, sem vazamento nem comentário público algum, prejudiciais à imagem e à presunção de inocência dos investigados. O respeito ao sigilo judicial foi sempre obedecido de modo absoluto e assim continuará a ser”

Paulo Gonet

pelo Ministério Público nos casos de menor gravidade. Também houve 12 absolvições. Ainda estão em andamento 606 processos, o que representa um terço do total.

Com essa marca de seu mandato, Gonet chegou ontem à sabatina na Comissão e Constituição e Justiça (CCJ) do Senado longe da unanimidade entre os políticos, às vésperas da execução da pena imposta a Bolsonaro: 27 anos e três meses de prisão, em regime fechado. Com uma base ampla no Senado, o ex-presidente teve a seu lado um exército que bombardeou Gonet. Ele obteve 17 votos favoráveis à sua recondução e 10 contrários.

No plenário, Paulo Gonet passou por pouco. Foram 45 votos a 26, quatro a mais do que o necessário para aprovação da recondução. Foi o placar mais apertado entre os procuradores-gerais da República aprovados pelo Senado desde a redemocratização. Em 2023, com a mesma formação no Senado, Gonet teve 20 votos a mais.

Indicado pelo presidente Lula, Gonet assume novamente também a presidência do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O novo mandato começa a partir de dezembro e segue até dezembro de 2027, quando um novo presidente terá sido eleito ou o mandato de Lula estará renovado.

O embate com o Congresso não se encerra na denúncia da trama golpista. Em agosto de 2024, a Procuradoria-geral da República ajuizou ação direta de inconstitucionalidade (ADI) contra as chamadas “emendas pix”, as transferências diretas de recursos federais por emendas parlamentares sem convênio ou plena fiscalização. Para Gonet, essa modalidade contraria preceitos fundamentais como a separação de Poderes e os princípios da impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência da administração pública.

Gonet também adotou postura firme para responsabilização por crimes contra o patrimônio público, lavagem de dinheiro e corrupção. Foi voz na defesa da liberdade de transferência de informações de órgãos como o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) para investigações da Polícia Federal e do Ministério Público. Entre os avanços institucionais obtidos nos últimos dois anos, Paulo Gonet destacou a criação do Grupo Nacional de Enfrentamento ao Crime Organizado (Gaeco Nacional) e das unidades especializadas no combate ao tráfico de pessoas, crimes cibernéticos e lavagem de dinheiro.

Um dos desafios do procurador-geral da República no segundo mandato será uma manifestação sobre pedido de prisão domiciliar que certamente a defesa de Bolsonaro fará para cumprimento da pena. No caso do ex-presidente e ex-senador Fernando Collor, condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, o parecer do PGR foi pela liberação de Collor da penitenciária Baldozero Cavalcanti de Oliveira, em Maceió, onde cumpria pena de 8 anos e 10 meses de prisão, alegando questões humanitárias. Os advogados de Collor apontaram que o político tem problemas de saúde crônicos como apneia do sono, doença de Parkinson e transtorno afetivo bipolar, além de idade avançada — 75 anos.

Durante a sabatina, que durou cerca de seis horas, Paulo Gonet reiterou o compromisso de manter a atuação institucional, com respeito à harmonia entre os Poderes e condução técnica e independente. “Da PGR não saem denúncias precipitadas, não há proposta de medidas de interferência sobre direitos fundamentais investigados, senão depois de minucioso exame de ponderação”, afirmou.

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

SERGIO LIMA/AFP

Papudinha e os presos ilustres



O início do cumprimento da pena de 27 anos e três meses de prisão imposta a Jair Bolsonaro deve ocorrer na próxima semana, assim que o Supremo Tribunal Federal (STF) publicar o acórdão final. A expectativa de integrantes da Justiça do DF é que o ex-presidente seja levado, de casa, no condomínio no Jardim Botânico, para o 19º Batalhão da Polícia Militar, localizado no Complexo Penitenciário da Papuda. No local, conhecido como Papudinha, ficam abrigadas autoridades e militares condenados ou em prisão preventiva. Passaram por lá, por exemplo, o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Anderson Torres e o ex-vice-governador do DF Benedito Domingos. Também esteve custodiado na Papudinha o ex-secretário de Saúde do DF Francisco Araújo Filho, alvo da Operação Falso Negativo, que apontou fraude na compra de testes de covid-19 na pandemia.

Benefício pela idade

Condenado a cinco anos e oito meses de prisão por fraudes em licitações e a quatro anos por corrupção passiva, Benedito Domingos passou sete meses preso no 19º

BPM em 2016. Mas ele conseguiu sair e cumprir mais três anos em prisão domiciliar decretada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) por conta da idade (tinha 82 anos) e problemas de saúde. Advogados do ex-presidente Jair Bolsonaro, que tem 70 anos e sequelas da facada que tomou em 2018, esperam conseguir o mesmo benefício.

Alejandro Zambrana/Secom/TSE



27 anos

Ironia do destino: Jair Bolsonaro ficou 27 anos na Câmara dos Deputados antes de buscar a candidatura à Presidência da República. Agora tem 27 anos pela frente para poder se livrar da pena de prisão.

Direito do trabalho, causas sociais e direito internacional

O escritório Gabriel & Souza Advogados acaba de inaugurar sua nova sede em Brasília. A banca tem como endereço o icônico Edifício Morro Vermelho, no Setor Comercial Sul. O escritório dedica-se ao direito do trabalho, causas sociais e de direito internacional.

A banca foi fundada pelos advogados Arão Gabriel e Cleiton Souza. O evento contou com sessão de autógrafos do sociólogo Jessé Souza, ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que lançou o livro *Por que a esquerda morreu? E o que devemos fazer para ressuscitá-la*.



Divulgação

Semana Nacional da Conciliação

O Projeto Família em Foco desenvolvido pela juíza Marina Xavier no TJDFDT evitou o ajuizamento de mais de 800 novas ações nas Varas de Família do Distrito Federal. A iniciativa proporciona às famílias a participação voluntária e gratuita em mediação pré-processual conduzida pelo Judiciário para que os envolvidos possam encontrar juntos soluções para os conflitos relativos a divórcio, guarda, alimentos e outros temas correlatos. Em apenas cinco dias de audiências de mediação, o número de processos evitados foi equivalente a o acervo processual de uma Vara Cível de Brasília.

Direito parlamentar

A Advocacia do Senado Federal promoveu, nesta semana, o 2º Congresso Brasileiro de Direito Parlamentar, que reuniu parlamentares, juristas e advogados da Casa para debater o papel do Legislativo no controle da administração pública e na investigação parlamentar. Entre os presentes, o presidente da OAB-DF, Paulo Maurício Siqueira, e o advogado Miguel Dunshee (foto).



Divulgação/Ale Bastos

Minervino Junior/CB



Ayres Britto e o Supremo

A presidente da Academia Internacional de Direito e Economia, Samantha Meyer, realiza na próxima segunda-feira (17), em Brasília, um almoço em homenagem ao ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto. Ele lançará o livro *Carlos Ayres e o Supremo*. E justifica: "Precisamos valorizar a história do Judiciário e as memórias daqueles que viveram de perto momentos importantes do Brasil. O ministro Ayres Britto tem muito a contar em uma obra rica em conteúdo e história".

Alejandro Zambrana/Secom/TSE



"Nós merecemos, mas nós não temos um Brasil de iguais, de humanidades plenamente respeitadas. E, por isso, é que nos temos que trabalhar permanentemente"

Ministra Cármen Lúcia, do STF

A reconstrução da verdade no caso Carlos Edmilson, acusado injustamente de ser o “maníaco da Castelo Branco”

Maria Eduarda Lavocat

No quarto caso desta série de reportagens, um inocente havia sido condenado não por um único crime, mas por 10. Carlos Edmilson foi acusado de ser o “maníaco da Castelo Branco”, um estupro em série que, armado com uma faca, atacava e, em alguns casos, roubava mulheres na Rodovia Castelo Branco, em São Paulo. A falsa acusação resultou em 10 condenações por estupro e roubo, crimes que ele jamais cometeu, e 170 anos de prisão.

De acordo com a advogada Flávia Rahal, diretora e uma das fundadoras do Innocence Project Brasil, responsável pelo caso, o nome de Edmilson surgiu nas investigações nos fatídicos álbuns de suspeitos. “Anos antes dos fatos, ele teve, se não me engano, um episódio anterior no qual foi apontado como possível autor de um crime, mas sequer virou processo ou, se virou, resultou em absolvição. Foi por isso que havia uma foto dele nos arquivos da polícia”, conta.

Foi justamente um episódio em que Edmilson foi absolvido que despertou a desconfiança de que ele pudesse ser inocente em um segundo caso. Flávia Rahal relembra que o caso chegou ao Innocence Project por meio do promotor de Justiça Eduardo Querobim que, ao tomar conhecimento de uma dessas absolvições, na qual um exame de DNA havia excluído Carlos Edmilson como autor do crime, passou a se questionar se não teria, em algum momento, pedido a condenação de um inocente.

“Nós nos encontramos em uma audiência sobre outro caso do projeto, e ele me pediu para rever um dos casos do Carlos Edmilson. Como ele, como promotor, já não tinha mais atribuição para atuar nesse processo, ele me procurou e pediu que o projeto revisasse o caso”, afirma Flávia.

Ao analisar os autos, a equipe percebeu que não se tratava de apenas uma ação penal, mas de 10. No total, Carlos Edmilson havia sido processado doze vezes: absolvido em duas e condenado nas outras denúncias. Assim, o Innocence Project iniciou a análise das condenações.

Logo, descobriram que todas se baseavam exclusivamente no reconhecimento feito pelas vítimas, cada uma em seu próprio caso. Além disso, notaram que havia um efeito em cadeia: uma condenação servia de fundamento para a seguinte, reforçando a narrativa de que ele seria um “maníaco” ou “estuproador em série”.

No entanto, ao examinar os processos mais a fundo, percebeu-se que, em nenhum dos 10 casos, existia qualquer outra prova além dos reconhecimentos. Segundo Brian Alves Prado, advogado voluntário do projeto, a equipe passou então

Divulgação/Innocence Project Brasil



Carlos Edmilson (centro), com a mãe e a equipe do Innocence Project Brasil

“Estamos na expectativa de que, algum dia, a Justiça reconheça que o Estado lhe deve uma indenização. É inimaginável que isso não aconteça. Carlos Edmilson continua firme, com o apoio da família, o mesmo apoio que o sustentou antes e que continua sustentando até hoje”

Flávia Rahal, advogada do Innocence Project Brasil

a investigar como esses reconhecimentos haviam sido realizados. “Verificamos que todos apresentavam falhas graves, sem observar as regras previstas no Código de Processo Penal”, lembra.

A advogada Flávia Rahal destaca que, quando o caso chegou ao projeto, Carlos Edmilson já estava preso havia sete anos. “Os fatos haviam ocorrido entre 2010 e 2012. Então, imagine pedir a alguém que se lembre do que estava fazendo em uma quinta-feira, às 8h30 da manhã, nove, oito anos antes. Quem lembraria? Era praticamente impossível conseguir um alibi ou uma prova material tantos anos depois”, destaca.

No entanto, os advogados perceberam que, em cinco dos 10 casos, havia sido coletado material genético das vítimas, porém os exames de DNA nunca haviam sido realizados. Surgiu, então, a dúvida: ainda seria possível produzir esses testes? Diante disso, o Innocence Project entrou em contato com o Instituto de Criminalística de São Paulo, que informou poder realizar os exames desde que o pedido fosse feito por uma autoridade pública. O projeto, então, procurou o promotor de Justiça Eduardo Querobim que se dispôs a ajudar.

Meses depois, os resultados dos exames chegaram: foram realizadas cinco análises de DNA, todas com resultado negativo para Carlos Edmilson e quatro com resultado positivo para outro homem. “A partir desses resultados, a convicção sobre a inocência de Carlos Edmilson

se fortaleceu significativamente”, relatam os advogados. “A comparação do material genético dele com o Banco Nacional de Perfis também foi decisiva: não houve nenhuma correspondência com outros casos de violência sexual”, afirmou Brian.

Segundo Flávia Rahal, a estratégia foi iniciar o processo de reversão das condenações de cada caso isoladamente, o primeiro deles por meio de um habeas corpus no Superior Tribunal de Justiça, em um caso no qual o reconhecimento feito pela vítima era totalmente falho. “O procedimento de reconhecimento não seguiu nenhuma regra legal. Em um dos casos, sequer houve reconhecimento em juízo, apenas uma identificação por fotografia na delegacia. Era uma condenação extremamente frágil, sustentada unicamente nesse reconhecimento, e, além disso, o exame de DNA comprovava que o autor não era o Carlos Edmilson. Esse primeiro habeas corpus foi concedido”, explica.

Ela detalha que o segundo pedido, também de habeas corpus e com características semelhantes, foi igualmente acolhido pelo STJ. “Ou seja, de dez condenações, já tínhamos conseguido demonstrar em dois casos que o Carlos Edmilson não era o autor.”

Em seguida, a equipe entendeu ser importante apresentar revisões criminais em três dos casos nos quais o exame de DNA afastava a culpa de Carlos Edmilson. “Embora os

reconhecimentos também fossem problemáticos, haviam sido formalizados de forma mais adequada que os dois primeiros. Por isso, optamos por ingressar com revisões criminais no Tribunal de Justiça de São Paulo”, conta Flávia.

De acordo com ela, cada uma dessas revisões tratava das irregularidades nos reconhecimentos, da ausência de provas de culpa e dos resultados das análises genéticas. “Conseguimos três revisões criminais favoráveis, somando cinco decisões — entre o STJ e o TJ-SP — que reconheceram a inocência dele em cinco casos distintos. Essas absolvições já mostravam que um grande equívoco havia ocorrido. O homem que vinha sendo apontado como um criminoso em série, na verdade, era inocente”, afirma.

Flávia explica que, na sequência, o projeto passou a atuar na sexta ação penal, a primeira sem exame de DNA. “Levamos ao STJ todo o histórico do caso, mostrando como um reconhecimento mal-feito levava ao outro. Em alguns episódios, três mulheres chegaram a fazer o reconhecimento juntas, e no caso de duas delas Carlos já havia sido absolvido”, lembra.

Sobre essa etapa, ela destaca a importância da decisão do ministro Reynaldo Soares da Fonseca. “Foi uma decisão muito técnica e sensível. O ministro reconheceu que as últimas condenações haviam sido influenciadas pelo rótulo de ‘culpado’ atribuído a Edmilson nos processos anteriores”, conta.

“A partir do momento em que se comprovou a inocência dele nos primeiros casos, não fazia sentido manter as demais condenações baseadas apenas em reconhecimentos frágeis e induzidos, sem qualquer outra prova”, acrescenta. “Com isso, conseguimos também o sexto habeas corpus e, na sequência, os quatro últimos, todos seguindo a mesma linha de argumentação.”

Em 15 de maio de 2024, após quatro anos de trabalho do projeto e 12 anos de prisão, Carlos Edmilson foi oficialmente inocentado. “Quando demos a notícia de que o décimo caso havia sido revertido e que ele estava, enfim, reconhecidamente inocente, foi um momento de enorme emoção”, relembra Flávia.

A advogada conta que durante os 12 anos de prisão, foi a mãe, Ana Maria da Silva, quem o sustentou emocionalmente: uma mulher simples, que gastava o dinheiro do Bolsa Família para visitá-lo a quilômetros de distância e que, contra tudo e todos, manteve a fé na inocência do filho. Mas a retomada da vida não é fácil. Depois de 12 anos preso e acusado injustamente de 12 estupros, ele segue batalhando, trabalhando e tentando reconstruir sua vida, ainda lidando com as marcas emocionais e físicas desse período, de acordo com os advogados.

Visão do Direito



Daniela Madeira

Juíza federal e conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)



Luís Lanfredi

Juiz coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

CNJ lança iniciativa para enfrentar causas de condenações injustas no Brasil

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deu início a uma iniciativa inédita voltada à identificação e mitigação das causas de condenações injustas no sistema penal brasileiro. A proposta normativa da criação do laboratório Justiça Criminal, Reparação e não Repetição integra um esforço institucional de aprimoramento da justiça criminal e busca compreender as origens dessas falhas e propor soluções concretas por meio de políticas públicas judiciais.

A condenação injusta, segundo o CNJ, é resultado de uma falha sistêmica, composta por uma sucessão de erros que se acumulam ao longo do processo penal. É como a queda de um avião: raramente decorre de um único erro, mas sim de uma cadeia de falhas — desde a manutenção até decisões na decolagem.

A motivação da iniciativa surgiu a partir de condenações impostas por cortes internacionais em casos brasileiros, além de estudos e pesquisas do CNJ nessa temática,

especialmente a pesquisa decorrente do Grupo de Trabalho “Reconhecimento de pessoas” lançada em 2022 (disponível em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/05/relatorio-gt-reconhecimento-de-pessoas-v5-17-10-2022.pdf>), que revela vulnerabilidades em etapas cruciais da persecução penal, como o reconhecimento de pessoas.

De acordo com a proposta normativa o diagnóstico das condenações injustas será conduzido por um Laboratório instituído pelo CNJ, que funcionará como observatório técnico e multidisciplinar. A análise será pautada por evidências empíricas, estudos de caso e dados concretos, garantindo que as conclusões tenham base científica e possam orientar medidas eficazes.

Entre os fatores já identificados como causas recorrentes de erros judiciais estão os procedimentos de reconhecimento de pessoas, considerados frágeis e suscetíveis a equívocos. Também se destacam deficiências na produção da prova penal, violações

de direitos fundamentais e falhas na condução das investigações e decisões judiciais.

Os resultados obtidos pelo Laboratório serão transformados em instrumentos normativos e formativos, como protocolos, manuais, recomendações, resoluções e guias. O objetivo é elevar os padrões de prova e prevenir erros judiciais, promovendo maior segurança jurídica e respeito aos direitos humanos.

A iniciativa prevê ainda ações de capacitação, como oficinas, cursos e seminários, voltadas à formação de magistrados e operadores do direito. Serão estudados precedentes internacionais, especialmente da Corte e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, além de boas práticas internacionais sobre erro judicial e reparação.

A transparência e a participação social são pilares da proposta normativa. A composição plural do Laboratório e a realização de eventos abertos ao público visam garantir o envolvimento da sociedade civil e o intercâmbio de conhecimento entre diferentes setores.

Embora não se vislumbrem grandes obstáculos técnicos à implementação do laboratório, verifica-se que o maior desafio é colocar o tema na pauta do ciclo das políticas públicas. É um assunto por vezes desconfortável, pois expõe falhas em diversas estruturas jurídicas.

Conhecer as fontes e circunstâncias das condenações injustas, estudá-las em profundidade, identificar as causas e oferecer respostas específicas sob a forma de políticas públicas judiciais de mitigação demonstra o compromisso do Conselho Nacional de Justiça na solução de problemas estruturais dentro do sistema de justiça e reforça seu compromisso com a melhoria contínua de problemas complexos — os chamados “wicked problems” — que exigem colaboração entre todas as esferas do Poder Público.

É necessário enfrentar essas falhas com seriedade e compromisso institucional para fortalecer a confiança da sociedade no sistema de justiça.



Rafael Medeiros Arena

Advogado especialista em acidentes do trabalho

Consultório jurídico

Quais são os direitos dos trabalhadores que se envolvem em acidentes de trabalho?

Os números mais recentes do Ministério do Trabalho revelam um cenário alarmante. Em 2024 o Brasil registrou 724.228 acidentes de trabalho e 2.400 mortes, índices que demonstram um problema estrutural de segurança laboral. Agora, apenas no primeiro semestre de 2025, já foram contabilizados 380.376 ocorrências e

1.689 mortes. Mantido esse ritmo, o país pode ultrapassar 760 mil acidentes e 3.000 óbitos até o fim do ano, configurando um dos maiores aumentos da última década. O crescimento evidencia uma combinação perigosa entre precarização das condições de trabalho, terceirização intensa, alta rotatividade e falhas na fiscalização preventiva.

A Constituição Federal, a CLT e a Lei 8.213/1991 garantem aos trabalhadores acidentados uma rede de proteção jurídica e previdenciária. A emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) é o primeiro passo para assegurar direitos como o auxílio-doença acidentário, o auxílio-acidente

em caso de sequelas permanentes e, em situações mais graves, a aposentadoria por invalidez. Durante o afastamento, o contrato fica suspenso, mas o empregador deve seguir recolhendo o FGTS.

Ao retornar, o trabalhador possui estabilidade de 12 meses, e, se o acidente resultar em morte, seus dependentes têm direito a pensão por morte previdenciária, bem como indenização por danos morais e materiais da empresa responsável pelo acidente.

Além dos benefícios previdenciários, o empregador pode ser responsabilizado civilmente se o acidente decorrer de negligência,

imprudência ou omissão, inclusive de forma objetiva quando a atividade for de risco ou houver terceirização sem fiscalização da tomadora de serviços. Por isso, é essencial reunir provas, laudos, fichas de EPI, prontuários médicos e testemunhos, que comprovem o nexo entre o trabalho e o acidente contratando um advogado de confiança.

Diante do aumento expressivo dos casos, fica claro que o Brasil enfrenta não apenas uma crise estatística, mas uma crise de prevenção e de respeito à vida no trabalho. Exigir e fazer valer esses direitos é um dever coletivo e um gesto de dignidade diante da omissão que ainda mata quem trabalha.

Visão do Direito



Josimar Santos Rosa

Diretor da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília (FPMB)

Mediação e conciliação como formas alternativas de resolução de conflitos jurídicos

Como análise preambular, vale destacar que os conflitos existem desde a concepção da humanidade, cuja expansão decorre do desenvolvimento e do crescimento de qualquer sistema, considerando com maior evidência os seguintes cenários: familiar, social, político, organizacional e religioso.

Dentro do contexto pragmático, a visão do conflito projeta condutas diferenciadas que podem ser rotuladas como positivas e como negativas. Como referencial de visão positiva estão: I – Fonte de ideias novas. II – Discussões abertas e grandes projeções. III – Expressão e exploração de diferentes pontos de vista, interesses e valores. Quanto ao

referencial de visão negativa estão: I – Estabelecimento de contendas. II – Alargamento do campo da discórdia. III – Comprometimento do grupo em face dos seus objetivos.

Pela articulação das linhas de impulso, constata-se que em geral as causas dos conflitos decorrem de condutas geradas muitas vezes pela experiência de frustração, em face das diferenças existenciais da personalidade dos agentes, conduzidos por metas diferentes, envolvendo diferenças geradas nas informações, fatores estes que terminam promovendo variações bem perceptivas.

Caracteriza-se a Mediação pela eleição de um terceiro, o mediador, para ajudar na

solução de um conflito cuja função seja apenas a de um facilitador, para que as partes cheguem a uma solução em face do impasse surgido.

Em feliz e oportuna reflexão sobre o tema Mediação, Arbitragem, Conciliação e Negociação, o ilustre doutrinador pátrio Prof. Dr. Luiz Felizardo Barroso, assim se expressa: “Tanto a Mediação, como a Arbitragem, a Conciliação e a Negociação estão inseridas no sistema que se convencionou chamar de não adversarial, que têm em mira preservar o bom relacionamento entre as partes, tratando os conflitos entre elas como eventos episódicos, não necessariamente negativos ou disfuncionais.

“Assim, dentro de uma concepção lógica, a Conciliação dá-se pela interferência do conciliador que se utiliza de alguns instrumentos de convencimento e de todas as técnicas negociais, para o alcance dos objetivos propostos.

Vale por derradeiro consignar o grau de importância da Mediação e da Conciliação, como instrumentos alternativos para sanar conflitos jurídicos de diferentes ordens que possam se instalar nas relações interpessoais, estabelecidas em torno de um interesse comum, porém com dificuldades na deliberação pelas partes envolvidas.

*O conteúdo dos artigos não representa necessariamente a opinião do Mackenzie.

Visão do Direito



Mônica de Moraes Abreu

Advogada, pós-graduanda em direito eleitoral e especialista em direito civil e processual civil

A licença-maternidade nas uniões homoafetivas

O reconhecimento da licença-maternidade a pais em união homoafetiva representa um avanço significativo na consolidação dos direitos fundamentais e na adequação do ordenamento jurídico à realidade social contemporânea. O tema, que vem ganhando destaque no âmbito judicial e administrativo, reflete a necessária evolução da interpretação da legislação previdenciária e trabalhista, aproximando-a dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da isonomia e da proteção integral da criança.

Tradicionalmente, o benefício da licença e do salário-maternidade foi associado à figura biológica da gestante. No entanto, com a transformação do conceito de família e a ampliação do reconhecimento das diversas formas de parentalidade, essa visão restritiva mostra-se insuficiente. A jurisprudência

mais recente vem adotando uma concepção funcional e protetiva da maternidade, reconhecendo que o cuidado, o afeto e a responsabilidade parental não se limitam ao aspecto biológico, mas abrangem também a dimensão socioafetiva.

O Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do Recurso Extraordinário 1.211.446 (Tema 1.072), consolidou o entendimento de que a mãe não gestante, integrante de união homoafetiva, tem direito à licença-maternidade. Caso a companheira já tenha usufruído do benefício, a não gestante faz jus ao período equivalente à licença-paternidade. A decisão, de efeito vinculante, reafirma a importância de assegurar igualdade de tratamento e de oportunidades entre famílias heteroafetivas e homoafetivas, garantindo a efetividade dos direitos fundamentais previstos na Constituição.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) segue a mesma linha interpretativa, reconhecendo que a proteção conferida pela legislação deve alcançar todas as configurações familiares juridicamente reconhecidas. O reconhecimento da licença-maternidade a casais homoafetivos, inclusive nos casos de adoção, fertilização in vitro ou gestação por substituição (barriga solidária), expressa a compreensão de que maternidade e paternidade devem ser analisadas sob a ótica da parentalidade responsável e do melhor interesse da criança.

Essa evolução jurisprudencial traz não apenas uma mudança normativa, mas também uma compreensão mais humana e inclusiva do Direito, em sintonia com a realidade social. O cuidado e o afeto não têm gênero, e o ordenamento jurídico deve acompanhar essa transformação, assegurando que todas as famílias,

independentemente de sua formação, tenham acesso igualitário às garantias legais.

Em um contexto de constante adaptação das normas jurídicas à diversidade familiar, cabe ao Poder Judiciário interpretar o ordenamento à luz dos princípios constitucionais e dos tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil. A licença-maternidade deve ser compreendida, portanto, como um instrumento de proteção à criança e à família, e não como um privilégio condicionado ao gênero ou à biologia.

Garantir esse direito a casais homoafetivos significa reconhecer que o amor, o cuidado e a responsabilidade são os verdadeiros fundamentos da parentalidade. Trata-se de um passo essencial para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e em plena conformidade com os valores constitucionais que sustentam o Estado Democrático de Direito.

Visão do Direito



Plauto Cardoso
Advogado especialista
em direito do trabalho,
representa a ABTV no STF



Gáudio de Paula
Advogado especialista
em direito do trabalho,
representa a ABTV no STF



Luciano Fuck
Advogado especialista
em direito do trabalho,
representa a ABTV no STF

Os limites das cotas em atividades de risco

A inclusão de pessoas com deficiência e de jovens aprendizes no mercado de trabalho é uma conquista civilizatória, assegurada pela Constituição e por políticas de cotas estabelecidas no artigo 93 da Lei 8.213/1991 e no artigo 429 da CLT. Esses são relevantes mecanismo de justiça social, que promovem a igualdade material pela reserva obrigatória de vagas em empresas de médio e grande porte para segmentos historicamente marginalizados.

Toda política pública, no entanto, está sujeita ao controle de constitucionalidade, sobretudo quando sua aplicação literal conduz a situações que violam outros bens jurídicos igualmente protegidos. Essa é a questão levada ao Supremo Tribunal Federal (STF) pela Associação Brasileira das Empresas de Transporte de Valores (ABTV) na Ação Direta de Inconstitucionalidade 7693. Questiona-se a extensão automática da norma a funções de alto risco, que exigem habilitação técnica e critérios legais de ingresso incompatíveis com os públicos protegidos pelas cotas.

A vigilância armada no transporte de valores é atividade regulada por legislação especial, submetida à fiscalização da Polícia

Federal e condicionada a critérios como idade mínima de 21 anos, curso reconhecido pela PF, aptidão física e psicológica e capacitação técnica em tiro, defesa pessoal, prevenção de incêndios e segurança eletrônica. Tais requisitos decorrem da natureza singular do cargo.

O trabalho em carro-forte é exposto e altamente visado por facções criminosas, muitas vezes munidas de fuzis, explosivos e outros artefatos de guerra. O profissional é treinado para operar sob ameaça real e iminente – cenário incompatível, infelizmente, com aprendizes e colaboradores com deficiências físicas, sensoriais ou cognitivas.

A Associação Brasileira de Cursos de Formação de Vigilantes (ABCFV) já atestou documentalmente que nenhuma pessoa com deficiência concluiu até hoje todas as etapas para atuar como vigilante armado no transporte de valores. Além disso, não existe curso para jovem aprendiz nem permissão legal para a presença de menores de 21 anos em missões armadas. Há uma dissonância entre a realidade e a lei, que, apesar de bem-intencionada, causa resultados inconstitucionais – como o perigo concreto à vida e à integridade do trabalhador,

se for empregada indistintamente. Cabe ao STF realizar o necessário juízo de compatibilização.

Eis o propósito da ADI 7693: a declaração de inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto, dos dispositivos impugnados, tão somente para afastar os cargos de vigilância armada em transporte de valores da base de cálculo das cotas de aprendizes e pessoas com deficiência. Busca-se uma interpretação juridicamente equilibrada, que preserve o alcance social do regramento, mas sem distorcer sua finalidade. Ao harmonizar o mandamento com as condições objetivas do exercício profissional, o STF evitará que a norma acabe por contrariar a lógica de proteção assentada na própria Constituição.

A solução pleiteada resguarda as cotas, privilegiando as prerrogativas dos beneficiários, e reconhece, com sustentação em provas documentais robustas, que existem funções para as quais o cumprimento literal da regra implica violação de outras garantias constitucionais – como os direitos à vida, à segurança e à dignidade da pessoa humana.

O pedido da ABTV está alinhado com a jurisprudência do próprio STF, que, no

Tema 1.046, reconheceu a possibilidade de adequação negociada de normas trabalhistas, desde que conservada a essência dos direitos indisponíveis.

Nesses casos, a negociação coletiva é ferramenta legítima de ajuste fino entre diretrizes gerais e especificidades de cada área. É isso que ocorre no setor de transporte de valores, cujas entidades representativas já reconheceram a impossibilidade prática das cotas em cargos operacionais armados.

A legislação não pode ser instrumento de imposição arbitrária, tampouco fator de risco para seus próprios destinatários. A Constituição não exige inclusão a fórceps e a qualquer custo, mas iniciativas responsáveis, proporcionais e com respeito às peculiaridades de cada setor, de modo a sacramentar a inclusão sem desfigurar os limites do possível.

Políticas justas são aquelas que acolhem a diferença sem ignorar a diversidade dos contextos humanos e a complexidade das atividades profissionais. Nenhuma lei será efetiva se, em nome da igualdade, transformar cuidado em perigo. A obrigação legal deve subsistir onde é possível e seguro.



Otávio Arantes

Advogado especialista em processo civil e direito de família.
Sócio-fundador do escritório Arantes de Mello Advocacia

Consultório Jurídico

Diante do nascimento de novo filho, pode-se parar de pagar pensão alimentícia aos filhos mais velhos?

Quando há a fixação de pensão alimentícia aos filhos, a apuração do valor leva em consideração a situação econômica daquele momento, mediante as necessidades das crianças, o padrão de vida, e até então vienciado pelos integrantes da família, e, a possibilidade financeira do genitor responsável pelo pagamento de alimentos.

O fato de o genitor, pai de filhos que recebem alimentos, casar-se novamente e

daquela nova união nascerem novos filhos, por si só, não caracteriza perda do poder aquisitivo que gere a exclusão da sua obrigação em prestar alimentos. Mesmo porque aquele filho que recebe alimentos já era pré-existente à nova relação conjugal e nascimento do irmão.

Existe a necessidade de ser apurada a perda da capacidade financeira do genitor que esteja vinculado à obrigação de pagar alimentos, e isto independe do nascimento de novo filho.

Vejamos o seguinte exemplo: João se casou com Maria e da união nasceram dois filhos, José e Ana. Por motivos que não serão abordados aqui, eles se divorciaram. João ficou responsável pelo pagamento de pensão

alimentícia aos filhos, no valor individual correspondente a um salário-mínimo. Após cinco anos da data do divórcio, João contraiu casamento com Mariana, e nasceu sua terceira filha, chamada Sol. Então, João ajuizou ação para revisar o valor de alimentos, com a intenção de reduzir sua obrigação, embasando-se no nascimento de Sol, contudo, em sentença, teve o valor majorado, visto que, o juiz ao analisar o imposto de renda e rendimentos de João, observou que o seu poder aquisitivo tinha aumentado consideravelmente, e José e Ana tinham novas necessidades financeiras.

No exemplo acima, percebe-se que o juiz analisou a situação fática, daquele momento, e o nascimento de novo filho, de

forma isolada, não repercute na imediata redução da prestação de alimentos ou exoneração aos filhos mais velhos.

Entretanto, existe situação inversa que pode acontecer, após a fixação de alimentos para os filhos, com o nascimento de novo filho, se comprovada a redução da possibilidade de quem presta alimentos, inevitavelmente, haverá a diminuição do valor a ser pago.

O cerne da questão sempre girará em torno da possibilidade de quem presta alimentos e da necessidade de quem os recebe. O nascimento de novos filhos, de forma isolada, não possui o poder de desobrigar responsabilidades assumidas com os filhos anteriores.



Visão do Direito



Valéria Gomes

Presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz). Procuradora da Fazenda Nacional

Quando eficiência é punida: o paradoxo da Reforma Administrativa para a advocacia pública

A proposta de reforma administrativa surge com um objetivo legítimo: modernizar a máquina pública, reduzir custos e tornar o Estado mais eficiente. Essa é uma pauta necessária e urgente, especialmente diante da demanda crescente por serviços de qualidade e da limitação orçamentária. No entanto, para que a reforma cumpra seu papel histórico, é fundamental que esse esforço de otimização não tenha o efeito oposto e promova punição a quem já entrega resultados extraordinários. É nesse ponto que a experiência da Advocacia Pública Federal, representada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e pela Advocacia-Geral da União (AGU), precisa ser destacada. Trata-se de um modelo de gestão pública que tem produzido

benefícios concretos, mensuráveis e com forte impacto social.

Os números revelam uma história que não pode ser ignorada: são R\$ 114 retornados para cada R\$ 1 investido na PGFN em 2024; R\$ 61,3 bilhões recuperados aos cofres públicos apenas no último ano; perdas evitadas superiores a R\$ 727 bilhões no mesmo período; e uma atuação da AGU que, nos últimos cinco anos, garantiu R\$ 244,2 bilhões recuperados e uma taxa de êxito judicial de quase 70%. Esses resultados não são fruto do acaso, mas de uma política de Estado que combina remuneração compatível, métodos modernos de gestão e investimentos pesados em tecnologia e capacitação.

A reforma administrativa precisa diferenciar áreas que necessitam de ajustes estruturais daquelas que já operam em altíssimo nível de

eficiência. O caso da PGFN e da AGU deve ser visto como um laboratório de boas práticas e não como alvo de medidas que possam desorganizar um modelo vencedor.

A tentativa de enfraquecer o sistema de honorários advocatícios, por exemplo, ignora não apenas sua legalidade, reconhecida pelo Congresso e pelo STF, mas também seu papel estratégico de autofinanciamento da modernização institucional. Esses recursos não geram ônus ao contribuinte, uma vez que são pagos pelas partes adversas em processos contra o Estado, e retornam em forma de sistemas inteligentes, servidores mais qualificados e maior proteção ao patrimônio público.

Ao contrário da ideia de “privilégio”, a realidade mostra que a Advocacia Pública Federal é um exemplo de inteligência na gestão

de recursos públicos. Os honorários não são apenas remuneração: são combustível para um ciclo virtuoso que multiplica a eficiência estatal. Portanto, se a reforma administrativa pretende de fato transformar o Estado brasileiro, precisa ser capaz de identificar, preservar e replicar experiências de sucesso como a da PGFN e da AGU. O desafio é modernizar o que está ultrapassado, sem desmontar o que já funciona.

O Brasil precisa de uma reforma administrativa que seja ao mesmo tempo corajosa e sensata. Corajosa para enfrentar privilégios e ineficiências históricas. Sensata para valorizar e expandir modelos comprovadamente eficazes. No caso da Advocacia Pública Federal, a escolha é clara: não se deve punir a eficiência, mas sim reconhecer que quando o Estado investe com inteligência, toda a sociedade colhe os frutos.

Visão do Direito



Luís Eduardo R. Moraes Oliveira

Advogado e autor de livros e artigos jurídicos

Condenação da parte em litigância de má-fé por conduta atribuível ao advogado

Pela vivência na advocacia e em razão do acontecimento de alguns casos recentes, questão importante surge para debate entre todos aqueles que trabalham com o direito.

A conduta do advogado no trato processual e até mesmo pré-processual deve estar lastreada na cristalina avaliação do sucesso ou insucesso de determinada demanda.

Imaginemos uma situação na qual o direito do autor não é transparente, as provas não corroboram frontalmente os fatos, mas mesmo assim o advogado em conversa com o cliente, que não domina a técnica jurídica, afirma boas chances de vencer o processo.

A causa tramita e o réu, ao final, em razão da completa impossibilidade de êxito por parte do autor e pelas condutas correlatas, requer a sua condenação em litigância de má-fé. De que modo deve o julgador lidar com essa questão? O autor não é dotado de conhecimentos jurídicos e confiou em seu advogado que afirmou ser plausível a demanda.

Igualmente, caso a parte incorra em qualquer das condutas tipificadas como litigância de má-fé, há processos em que sequer há ciência do que o advogado esteja fazendo tecnicamente no processo, em razão da confiança no profissional.

O CPC (1) afirma que responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé como autor, réu ou interveniente. Não há aí a figura do advogado. Porém, atesta (2) que além de outros previstos, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo: expor os fatos em juízo conforme a verdade; não formular pretensão ou de apresentar defesa quando cientes de que são destituídas de fundamento; não produzir provas e não praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito, dentre outras condutas elencadas.

Portanto, os advogados estão inseridos na parte concernente aos deveres processuais, não escapando a sua atuação da boa-fé e do agir leal para com todos participantes do processo, principalmente seu cliente. Em que pese não haver previsão de multa para os advogados privados, há expressa menção de responsabilização perante o competente órgão de classe, ao qual o juiz oficiará(3).

Analisando o Estatuto da Advocacia, o advogado é responsável pelos atos que, no exercício profissional, praticar com dolo ou culpa e em caso de lide temerária (4), além do que será solidariamente responsável com seu cliente, desde que coligado com este para lesar a parte contrária, o que será apurado em

ação própria.

O próprio Estatuto não é claro acerca da aplicação de multa ao advogado no exercício de suas funções, porém dispõe que a penalidade poderá ser aplicada cumulativamente juntos aos outros tipos de sanções legalmente previstas.

Assim, é possível chegar-se a conclusão de que em que pese a necessidade de uma série de interpretações (subjetivismo) para a determinação de responsabilidade ou não do advogado ao patrocinar uma lide “carente de fundamentação e acervo probatório”, esse não se encontra imune a punições.

Em recentes conversas, foi possível extrair a intenção da magistratura em construir um raciocínio para coibir e punir esse tipo de prática, de modo que são demandas dessa natureza que contribuem para a superlotação do Poder Judiciário.

De fato, apesar do mandato conferido, multar a parte por conduta técnica atribuível ao advogado por conduzir a demanda de forma inadequada, incidindo na tipificação legal, é algo desaconselhável, ao passo que atitudes processuais técnicas, em grande porção, são atribuíveis somente ao patrono.

Seria adequada a punição da parte pela forma como o advogado expõe os fatos em

juízo, se provoca incidente manifestamente infundado (afirmando ser fundado), dentre outras condutas?

A existência de plena confiança no patrono retira dela o papel de fiscalizar toda e qualquer manifestação técnica, sendo desprovida até mesmo de conhecimentos para esse mister, ao tempo que entrega o seu direito ao profissional.

Como advogado, observo que não deve haver punição por acreditar em uma demanda posteriormente reputada temerária. Porém, é preciso atenção e sinceridade com o cliente para que sejam evitadas situações de tal jaez.

Há aí o desafio de estabelecer o equilíbrio entre a atuação do patrono dentro dos limites legais e a sua punição por patrocinar demanda temerária ou que atente contra a boa-fé em caso de ingresso no mundo jurídico, somado à percepção de que, via de regra, a parte encontra-se tecnicamente alheia aos atos processuais, repito, apesar do mandato.

Não se mostra correto punir a parte por uma conduta do advogado, devendo esse, munido dos conhecimentos de direito material e processual, distinguir uma demanda difícil de uma aventura jurídica. O tema merece reflexão!

Visão do Direito



Cristiane Derani

Professora de direito ambiental e econômico da UFSC

Logística reversa e as obrigações quanto a embalagens plásticas, segundo o Decreto 12.688/2025

A interação entre agentes privados e Poder Público tem sido fundamental para que políticas ambientais alcancem seus objetivos. Um exemplo é o da política nacional de resíduos sólidos. Criada pela Lei 12.305 de 2010, passou mais de dez anos buscando o comprometimento dos agentes públicos e privados sem resultados satisfatórios.

Foi em 2021, com a edição da Lei 14.260 que estabeleceu incentivos à indústria de reciclagem e criou os Fundos de Apoio para Ações Voltadas à Reciclagem (Favorecicle) e de Investimentos para Projetos de Reciclagem (ProRecicle), que a política começou a se efetivar.

Com base em incentivos fiscais e estímulos econômicos, mobilizaram-se indústrias e entidades dedicadas à reutilização e reciclagem, obtendo como vantagem a dedução de parte do imposto de renda em razão do apoio direto a projetos. Dois, portanto, são os instrumentos econômicos. Um deles é a renúncia fiscal (incentivo a projetos de reciclagem) e o outro é o da constituição de fundos de investimentos no mercado de capitais.

No que concerne os benefícios fiscais, ações de capacitação, pesquisa, incubação de micro/pequenas empresas ou cooperativas, bem como desenvolvimento de tecnologias e implantação de infraestrutura, devem

ser consideradas para o desconto de Imposto de Renda de pessoas físicas ou jurídicas.

Esses descontos são determinados na forma de Crédito de Reciclagem de Logística Reversa (CCRLR), Certificado de Estruturação e Reciclagem de Embalagens em Geral (CERE) e Certificado de Crédito de Massa Futura, todos regulamentados pelo Decreto 11.413/2023. Com esses instrumentos constrói-se um sistema de logística reversa compatibilizando os interesses dos agentes econômicos e sociais com os de gestão ambiental, por meio de estratégias sustentáveis de diminuição de geração de rejeitos, reciclagem, possibilitando adicionar valor à cadeia de reciclagem.

Esse Sistema de Logística Reversa coordena diferentes ações integradas no interior do qual devem ser utilizados os CCRLR o CERE e o Certificado de Crédito de Massa Futura para comprovação do cumprimento das metas de logística reversa, aplicando-se a produtos objetos de logística reversa ou embalagens recicláveis. Todos são emitidos pelo Ministério do Meio Ambiente, verificada a realização das ações próprias de logística reversa, conforme definido no decreto e mensuradas pelas notas fiscais emitidas, a fim de aquisição de créditos para dedução fiscal.

Dentro deste contexto geral de estímulo para a formação do sistema de logística reversa, o Decreto 12.688 de 21 de outubro de 2025 criou

o sistema de logística reversa de embalagens de plástico a cargo dos fabricantes, dos importadores, dos distribuidores e dos comerciantes. Cria deveres, a partir da definição dos critérios para estruturação, a implementação e operacionalização da logística reversa das embalagens plásticas. São definidas obrigações para todos os sujeitos que de alguma forma produzam, comercializem e descartem embalagens plásticas.

A garantia de execução dessas obrigações ancora-se na vantagem econômica. As normas aqui buscam sua efetividade oferecendo vantagem aos agentes do sistema, diferindo do habitual mecanismo jurídico de infração – punição. Trocando-o por um comando positivo de implementação – premiação.

As formas de implementação são indicadas (art. 10) ao invés de serem impostas. O decreto abre um leque de competências que devem levar ao resultado esperado. Os sujeitos serão cobrados pelo resultado, por uma obrigação comum, porém proporcionalmente distribuída, mensuradas pelo lastro das notas fiscais eletrônicas oriundas das operações de comercialização dos materiais recicláveis.

Segundo o parágrafo primeiro do art. 16: “Para fins do disposto no caput, os fabricantes, os importadores, os distribuidores e os comerciantes ficam responsáveis pela realização da logística reversa no limite da proporção em massa

de embalagens de plástico que colocarem no mercado, nos termos do disposto neste Decreto.”

O decreto especifica as obrigações de cada sujeito envolvido na cadeia que forma o sistema de logística reversa das embalagens plásticas, onde se insere também os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos. O não cumprimento ensejará as responsabilidades administrativas, civil e penal dos sujeitos. O cumprimento das obrigações será averiguado por relatório anual de resultados, conforme modelo disponibilizado pelo Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos – Sinir – do Ministério do Meio ambiente e mudanças do clima.

Por fim, as metas de conteúdo a que estão sujeitos os fabricantes, distribuidores, importadores, comerciantes e entidade gestora serão obrigatórias a partir de janeiro de 2026 para empresas de grande porte e julho de 2026 para empresas de pequeno e de médio porte.

O plástico é um material altamente malefício para a vida na Terra. Sua presença é fonte de gases de efeito estufa, mata a vida marinha e contamina o organismo humano. Não obstante todas as evidências científicas, desde 2022 discute-se sem conclusão um tratado internacional para eliminar a poluição por esse material. O Decreto 12.688/2025 é um sopro de esperança para a saúde humana e do planeta.



Aurélio Longo Guerzoni

Sócio-fundador do escritório Guerzoni Advogados

Consultório Jurídico

O imposto sobre grandes fortunas já existe?

Não. Embora a Constituição Federal autorize a União a instituir o imposto sobre grandes fortunas, ele nunca foi criado. Desde 1988, o Congresso Nacional não editou a lei complementar necessária à sua instituição. Em outras palavras, dentre os oito impostos que a União pode instituir, apenas o de grandes fortunas ainda não foi implementado.

A União é obrigada a instituir os tributos previstos na Constituição?

Tradicionalmente, a doutrina reconhece que o exercício da competência tributária pelos entes federados, ou seja, a criação de tributos, constitui uma faculdade, e não uma obrigação. Esse

paradigma, porém, parece ter sido rompido com o recente julgamento do STF, que reconheceu a omissão legislativa do Congresso Nacional em instituir o imposto sobre grandes fortunas.

Quais são os principais fundamentos que sugerem a criação do imposto sobre grandes fortunas?

A discussão depende essencialmente da narrativa adotada. Sob a ótica de que o imposto sobre grandes fortunas é um instrumento de redução das desigualdades sociais e de erradicação da pobreza, sua instituição seria um passo natural e coerente com os objetivos da República. Por outro lado, há quem sustente que o imposto poderia gerar efeitos colaterais negativos, como a fuga de capitais e o desestímulo ao investimento produtivo, além de possuir potencial arrecadatório inexpressivo. Nessa

perspectiva, os custos econômicos superariam os benefícios sociais esperados. Diante da multiplicidade de narrativas cabíveis, é importante que o assunto seja definido pelo Poder Legislativo, e não pelo Poder Judiciário.

Qual foi o entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal?

A maioria dos ministros entendeu que não é razoável que, décadas após a promulgação da Constituição, o imposto sobre grandes fortunas ainda não tenha sido instituído. Segundo a Corte Suprema, o tributo seria um meio de concretizar os objetivos constitucionais de redução das desigualdades e erradicação da pobreza. Apesar disso, o STF não fixou prazo para o Congresso Nacional editar a lei complementar, o que, na prática, mantém a autonomia do Parlamento para deliberar sobre o tema conforme sua conveniência política.

A decisão do Supremo foi acertada?

Embora a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sejam objetivos fundamentais da República, a União já dispõe de outros instrumentos tributários para promover esses fins, como a progressividade do imposto sobre a renda. Tanto é assim que foi recentemente aprovada a tributação sobre altas rendas, que entrará em vigor em 2026. Em última análise, a decisão sobre instituir ou não o imposto sobre grandes fortunas deve ser do Congresso Nacional, com base em profundos estudos técnicos que avaliem seus impactos econômicos e sociais. Afinal, a criação desse tributo, embora possa gerar alguma arrecadação, também pode provocar efeitos colaterais negativos sobre o investimento e a permanência de capitais no país. De acordo com a experiência internacional, as vantagens arrecadatórias não parecem superar as desvantagens estruturais e econômicas que sua instituição poderia causar.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira 13 de novembro de 2025

Para anunciar ► **3342-1000**

1 IMÓVEIS COMPRA & VENDA

2 IMÓVEIS ALUGUEL

3 VEÍCULOS

4 CASA & SERVIÇOS

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS COMPRA E VENDA

- 1.1 Apart Hotel
- 1.2 Apartamentos
- 1.3 Casas
- 1.4 Lojas e Salas
- 1.5 Lotes, Áreas e Galpões
- 1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
- 1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEixe SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Express and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

QUITINETES

R MACAUBA sl 36m2 garagem nasc próx ao metrô R\$ 240 mil Tr: 99985-7115.

1 QUARTO

MEU IMÓVEL IMOB
LUGAR CERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS



VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços c/ relativos, fazemos inventários, despachante, departamento jurídico. Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geralдовieira.com.br:

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

PENINSULA RESORT
AV DAS ARAUCÁRIAS Melhor preço da região. Apart. 103, 128 e 158m2. Pronto para morar! Últimas unidades! 6199984-0499 c9436

MEU IMÓVEL IMOB
QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

PENINSULA RESORT
AV DAS ARAUCÁRIAS Melhor preço da região. Apart. 103, 128 e 158m2. Pronto para morar! Últimas unidades! 6199984-0499 c9436

1.2 ASA NORTE

ASA NORTE

QUITINETES

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEixe SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI!
ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

710 Kit 35m2 arrumada ó local 195Mil Negocial! Tr: 98121-2023 c8827

PLANO EMPREEND.
IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui: lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

ÚNICO! LANÇAMENTO
109 SQN 3 qtos, vazado. Sinal +60 meses direto c/ Construtora. Tr: 61 99202-8350 c 10.089

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

SR. IMÓVEIS

SGAN 708 Bloco P 3qts (sendo 01 suíte), vazado, 4 andar, reformadíssimo, 135m2. Aceito 2qts no Noroeste. 99109-6160 3042-9200 cj9417 Sr. Imóveis

710 SCLRN 3qts 1suíte (2wc) nasc 90m2 620mil 61 98121-2023 c8827

710 SCLRN 3qts 1suíte (2wc) nasc 90m2 620mil 61 98121-2023 c8827

1.2 ASA NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

ALTO PADRÃO
113 EXCLUSIVO 4stes, vaz. 167m2, 3vgs, lazer completo. Sinal facilitado. Direto c/ Construtora, em até 60 meses. 99202-8350. c10.089

ASA SUL

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS

216 SUL 5 andar, vazado 167m2, c/ 3qts sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

416 SUL C/ Elevador Vista livre 3qts 91m2. Vazado DCE canto Desocupado 99993-9931

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 suítes) 3 vgs cj5211 3322-3443

PARTICULAR

SQS 312, 04 qtos, 04 suítes, reformado, mobiliado, ár. priv. 339.53m2, 2gar. Tr: 61 99985-8313

CRUZEIRO

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

SR. IMÓVEIS

SHCE QD 911 Bloco B, apto 304, Cruzeiro Novo 3qts sendo 01 suíte, sala cozinha 70m2. Aceito FGTS, Financiamento, R\$ 500.000,00 Marca sua visita Tr. 99109-6160 SR Imóveis cj9417

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

1.2 GUARÁ

GUARÁ

2 QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

LAGO NORTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
CA 08 apto 3qts 228m2 cond fechado 98311-5595 c/19540

NOROESTE

2 QUARTOS

COMPRO URGENTE
PARA CLIENTES 2, 3 qts Noroeste/Sudoeste 61 99842-6366 c3594

COMPRO URGENTE
PARA CLIENTES 2, 3 qts Noroeste/Sudoeste 61 99842-6366 c3594

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Ap 101m2 3 qtos 2 vgas 98311-5595

1.2 NÚCLEO BANDEIRANTE

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

TELBRAS VENDE
QN 311 Apto 2qts área lazer compl garagem, reform 99822-2250 c5865

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

SUDOESTE

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

COMPRO URGENTE
PARA CLIENTES 2, 3 qts Sudoeste/Noroeste 61 99842-6366 c3594

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

3 QUARTOS

302 APARTAMENTO
88m2 em Brasília/DF, c/garagem, Ed. Porto Genova, SQSW 302 do SHCSW. Inicial R\$ 575.000,00 (Parcelável) doleiloes.com.br 0800-707-9272

ACHEI IMÓVEIS DF
SQSW 500 Moderno apto 3qts 109m2 2 vagas. Tr: 98311-5595

1.2 TAGUATINGA

TAGUATINGA

2 QUARTOS



QNL04 vendolindo apartamento, 2 andar, 2 quartos, banheiro social, sala, cozinha, nascente, reformado, desocupado, área 63m2, aceito financiamento, Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Plantão. Ligue: 99974-5385 cj30876 www.geralдовieira.com.br

ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m2 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m2 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

1.3 CASAS

ÁGUAS CLARAS

4 OU MAIS QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m2 área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

ACONTECE IMOBILIÁRIA
QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m2 área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

1.3 CEILÂNDIA

CEILÂNDIA

3 QUARTOS



QNP 14 vendo ótima casa colonial, 3 quartos sendo uma suíte, sala, cozinha, banheiro social, cerâmica, forro, garagem para 2 carros, portão eletrônico, quitada e escriturada, aceito financiamento, Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Plantão. Ligue: 99974-5385 cj30876 www.geralдовieira.com.br

GAMA

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
PON TE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área lazer, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

GUARÁ

3 QUARTOS

PROPRIETÁRIO VENDE
QE 26 casa próx. feira metrô 4 DP It 200m2 nasc 4vgs 4wc 2 stes ac casa It 120m2. Tr: 99985-7115

PROPRIETÁRIO VENDE
QE 26 casa próx. feira metrô 4 DP It 200m2 nasc 4vgs 4wc 2 stes ac casa It 120m2. Tr: 99985-7115

REGINA NEVES
CONSULTORA IMOBILIÁRIA
CRECI 19395

OS MELHORES
IMOVEIS DE GOIÂNIA

**QUER MORAR OU
INVESTIR EM
GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES
OPÇÕES PRA VOCÊ!**



(62) 98280-1111

1.3 GUARÁ

1.3 CASAS

GUARÁ

3 QUARTOS

GERALDO VIEIRA
IMOBILIÁRIA

QE 36 Guarã II vendo casa em terreno de 200m2 com 3 quartos sendo uma suíte, laje, ótima localização. Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Plantão. Ligue: 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QE 38 sobradão 4qtos 2 stes 300m2 ar construída arms 2gar. Ac financ 99985-7115 c1533

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

AMPLA ÁREA VERDE
QI 03 Ponta Seca. 3 pavos 5 stes lazer compl. R\$3.200.000 Ac imóvel (-)valor **MAPI** Whats **98522-4444** cj27154

J RIBEIRO VENDE
QL 16 706m2, terreno 2.000m2, 3 suítes 2 c/ closet cj5211 33223443

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qtos 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar lt 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guarã 3q 99985-7115 c11533

1.3 PARK WAY

RITA LANDIM VENDE
QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179
SMPW QD 18 4stes só R\$ 2,8 quit terr 7,5m2 Tr. 98199-6100 c12388

SOBRADINHO

2 QUARTOS

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos 128m2, 2 vagas sl de estar coz. 98481-4268

3 QUARTOS

PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos 128m2, 2 vagas sl de estar coz. 98481-4268

PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos 128m2, 2 vagas sl de estar coz. 98481-4268

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

1.3 TAGUATINGA

4 OU MAIS QUARTOS

QND 29 Imóvel c/340m² a.t. em Taguatinga/DF, c/ 10 Quitinetes e 2 Casas, QND-29. Inicial R \$ 3 0 0 . 0 0 0 , 0 0 deonizialeioes.com.br 0800-707-9272

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SCLRN 710 Loja c/ subsolo 165m vazia só 435 Mil 98121-2023 c8827

ASA SUL

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

CLS 414 Vendo Excelente loja alugada, c/ térreo subsolo sobreloja 250m2, reformada. Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

GUARÁ

ADELSON IMÓVEIS
AE 02 prédio comérc/resid 2lj + 2ap lt 200m2 R\$1.050.000, ac cs Guarã Tr.99857115 c1533

SUDOESTE

TRATO FEITO IMÓV

CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. > tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB

R 08 chác. 332 loja St Habitación al V.Pires, localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA NORTE

SRTVN 701 C.E.Norte 2 salas juntas reformadas 99275-8882 cj.6210 phimoveis.com.br

ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

1.4 GUARÁ

GUARÁ

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ÁGUAS LINDAS

OPORTUNIDADE!

PARQUE DA BARRAGEM Qd 121 Setor 15, Lote com 3.300m². Localização estratégica, apenas 200m da BR -070 c/ fácil acesso e ideal para projetos residenciais ou comerciais. Valor R\$500.000,00 Tr: Whats (61) 99634-0042

OPORTUNIDADE!

PARQUE DA BARRAGEM Qd 121 Setor 15, Lote com 3.300m². Localização estratégica, apenas 200m da BR -070 c/ fácil acesso e ideal para projetos residenciais ou comerciais. Valor R\$500.000,00 Tr: Whats (61) 99634-0042

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV

SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

CEILÂNDIA

GERALDO VIEIRA
IMOBILIÁRIA

QNM 10 vendo excelente lote, 250m2 com 2 barracos, nascente, quitado e escriturado, só R\$ 235 mil. Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

GAMA

PEDRO JR C 12778 VENDE
COND ALTO da Boa Vista excel lote 504m2. Preço ocasião. 98481-4268

EXCELENTE LOCALIZAÇÃO

QI 06 Terreno à venda no Setor Leste Industrial do Gama, rea com 10.500 m². Tratar: (62) 98112-0219

1.5 GUARÁ

GUARÁ

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

QI 08 Excelente Lote comercial, 400m2. Podendo construir 3 vezes. Aceito 100% em imóveis 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

PARK WAY

ÁREA COM 40.000M2
QD 05 Park Way R\$ 790 mil. Cessão de direitos. 9 8581-1244 c 2005.

SMPW QD 09 inteira 20.000m2, Doc. 100% Tr. 98199-6100 c12388

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

MSPW QD 13 Vdo Lote Fração de 2.500m2. Bem localizado. Aceito imóvel de maior ou menor valor. Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

VENDO OU TROCO
Sítio 20 hectares Agrovia BR 251 Cavas / Baixo c/água, casa, cercada, etc... doc Ok. (61) 98202-7591 ou 99514-7645

RITA LANDIM VENDE
PADRE BERNARDO GO linda chác. 14.000 m2. 3552-4358 c/12179

OUTROS ESTADOS

FAZENDA EM GOIÁS
200KM DISTANTE DE BRASÍLIA 2.800ha, aberta, dupla aptidão: Lavoura, Pecuária, bastante água. Boa Sede. Com muitas benfeitorias. > timo preço! Excelente oportunidade. Tratar direto com o proprietário (61) 99978-1485

GOIÁS-GO Fazenda 338ha em Bom Jardim de Goiás/GO, c/casa e suas benfeitorias, Fazenda Brasil I. Inicial R \$ 6 . 6 6 4 . 0 0 0 , 0 0 (Parcelável) alvaroleioes.com.br 0800-707-9272

GOIÁS-GO Fazenda 338ha em Bom Jardim de Goiás/GO, c/casa e suas benfeitorias, Fazenda Brasil I. Inicial R \$ 6 . 6 6 4 . 0 0 0 , 0 0 (Parcelável) alvaroleioes.com.br 0800-707-9272

2

IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 Apart Hotel
2.2 Apartamentos
2.3 Casas
2.4 Lojas e Salas
2.5 Lotes, Áreas e Galpões
2.6 Quartos e Pensões
2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2 QUARTOS

ÁGUAS CLARAS

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

QD 102 Cond Portal dos Lirios 2qts nascente c/ varanda, sendo 01 garagem, lazer, c/ 78m2 6° andar Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

TRATO FEITO IMÓV
R DAS PITANGUEIRAS lt 10, 53m2, 2qtos, 1 suíte, 1 vaga, 2banhs 99418-8477 cj21694

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

SUDOESTE

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
LUGARCERTO.COM.BR Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.3 RECANTO DAS EMAS

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA

101 BLOCO I alugo apto 3 qtos 110m2 1 su çite Tr. 3344-4112

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA

QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ÁGUAS CLARAS

RUA 14 NORTE Resid. Supremo Aluga-se loja c/ apróx 51,79m2 e 01 banheiro. R\$ 3.400,00 3355-2005/ 98141-1639 Imob. Forte cj7118

ASA NORTE

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCLRN 704 Prédio de frente W3 com subsolo, térreo, 1 andar com 200m2 no 3 pavimento. Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCLRN 713 BI A Loja de frente W3 com térreo e subsolo, 120 metros. Tratar: 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVES ALUGA

QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

2.4 ASA SUL

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

3

VEÍCULOS

3.1 Automóveis

3.2 Caminhonetes e Utilitários

3.3 Caminhões

3.4 Motos

3.5 Outros Veículos

3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

BMW

BMW 120 IA 16V 2010

OFERTA ESPECIAL

120/10 R\$67.000 47mkm 2.0 16V 156CV 4 portas, automático, gasolina, único dono c/ IPVA 2025 pago. Azul, Bateria nova, revisado. Tr. (61) 99918-0308

A EMBAIXADA

DA LÍBIA

EM BRASÍLIA

ANUNCIA A REALIZAÇÃO de leilão para a venda de veículos usados, na sede da Embaixada, SHIS QI 15 chácara 26 - Lago Sul, a partir do dia 12/11 até o dia 09/12. Os Interessados devem comparecer a sede desta embaixada.

BMW 120 IA 16V 2010

OFERTA ESPECIAL

120/10 R\$67.000 47mkm 2.0 16V 156CV 4 portas, automático, gasolina, único dono c/ IPVA 2025 pago. Azul, Bateria nova, revisado. Tr. (61) 99918-0308

BMW 120 IA 16V 2010

OFERTA ESPECIAL

120/10 R\$67.000 47mkm 2.0 16V 156CV 4 portas, automático, gasolina, único dono c/ IPVA 2025 pago. Azul, Bateria nova, revisado. Tr. (61) 99918-0308

4

CASA & SERVIÇOS

4.1 Construção e Reforma

4.2 Moda, Vestuário e Beleza

4.3 Saúde

4.2 Comemorações, e Eventos

4.5 Serviços Profissionais

4.6 Som e Imagem

4.7 Diversos

4.3 SAÚDE

MASSAGEM TERAPÊUTICA

MASSAGENS RELAXANTE

TERAPÊUTICA, NURU

ambiente calmo, com nova equipe. 61 3326-7752 / 61 99200-4541

Disque-Denúncia

Secretaria de Segurança Pública.

Uma nova arma contra a criminalidade Sigilo absoluto.

197

4.5 ADVOCACIA
4.5 SERVIÇOS PROFISSIONAIS
ADVOCACIA**SOARES NETO**
ASSESSORIA Jurídica em todo Brasil. E-mail: caetanojose1414@gmail.com (61) 99318-7858 (62) 99630-0702**SOARES NETO**
ASSESSORIA Jurídica em todo Brasil. E-mail: caetanojose1414@gmail.com (61) 99318-7858 (62) 99630-0702**5**
NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES
5.1 Agricultura e Pecuária
5.2 Comunicados, Mensagens e Editais
5.3 Informática
5.4 Oportunidades
5.5 Pontos Comerciais
5.6 Telecomunicações
5.7 Turismo e Lazer**5.2** COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS
CONVOCAÇÕES**ABANDONO DE EMPREGO**
A EMPRESA Valle dos Ipês Empreendimentos Imobiliária S/A CNPJ: 49.847.289/0001.78 convoca a Sr. Klevson Soares Alves Araújo, à comparecer na sede da empresa, no prazo de 72 horas da publicação deste, ausente desde o dia 01/09/2025, sob pena de caracterização de Abandono de Emprego, ensejando a justa causa do seu contrato de trabalho, conforme dispõe o Artigo 482, Letra I da CLT.**ABANDONO DE EMPREGO**
A EMPRESA Valle dos Ipês Empreendimentos Imobiliária S/A CNPJ: 49.847.289/0001.78 convoca a Sr. Yuri Henrique de Sena Pinto, à comparecer na sede da empresa, no prazo de 72 horas da publicação deste, ausente desde o dia 01/09/2025, sob pena de caracterização de Abandono de Emprego, ensejando a justa causa do seu contrato de trabalho, conforme dispõe o Artigo 482, Letra I da CLT.**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
COMPANHIA AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB
AVISO DE RECEBIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO.
Torna público que recebeu do Instituto Brasília Ambiental- IBRAM/DF, a Autorização de Supressão de Vegetação- ASV nº 2053.8.2025.65467, referente às obras de Implantação de Tanques de Abastecimento Unilateral - TAU para proteção da adutora componente do Sistema de Abastecimento Cumbú, localizado no Núcleo Rural Ponte Alta Norte, Faixa de domínio da rodovia BR-251 e DF-480, Gama-DF, na Região Administrativa de Sobradinho (RA - V). Processo nº 00391-00001265/2025-07. Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal- CAESB.**5.2** CONVOCAÇÕES
ABANDONO DE EMPREGO
A EMPRESA Valle das Orquídeas Empreendimentos Imobiliários S/A CNPJ: 49.847.307/0001-11 convoca o Sr. Moisés Carmo Ribeiro à comparecer na sede da empresa, no prazo de 72 horas da publicação deste, ausente desde o dia 12/08/2025, sob pena de caracterização de Abandono de Emprego, ensejando a justa causa do seu contrato de trabalho, conforme dispõe o Artigo 482, Letra I da CLT.**A EMPRESA SWISSPORT BRASIL LTDA S/A**
CNPJ: 01.886.441-0003-67 Convoca a Sr. Haziel Bacchi Gonçalves Caires - CTPS 1254620 Série 5676, ausente desde o dia 12/09/2025 a comparecer na sede da empresa, no prazo de 24 horas da publicação deste, sob pena de caracterização de Abandono de Emprego, ensejando a justa causa do seu contrato de trabalho, conforme dispõe o Artigo 482, Letra I da CLT.**A EMPRESA SWISSPORT BRASIL LTDA S/A**
CNPJ: 01.886.441-0003-67 Convoca a Sr. Matheus Gomes de Sousa Curado CTPS 0607959 série 0107, ausente desde o dia 09/09/2025 a comparecer na sede da empresa, no prazo de 24 horas da publicação deste, sob pena de caracterização de Abandono de Emprego, ensejando a justa causa do seu contrato de trabalho, conforme dispõe o Artigo 482, Letra I da CLT.**MÍSTICOS**
CODÓ DO MARANHÃO AMOR EM 7 HORAS
ABA amor em 7 horas, trago amor de volta rápido, curo depressão, vício, trago prosperidade, sorte em jogos e passar em concursos. Afato rival. Não cobro consulta (61) 9.9149-8430**DONA PERCILIA**
FAZEMOS TRABALHO para o amor e buscamos a pessoa amada. Marque sua consulta. Presencial ou on-line. (tarô e Cartas) (61) 98363-5506**5.2** RECADOS
RECADOS
07 CACHORROS para doação que precisam de ração ganho p/ mês como repositora do mercado \$1200. Sou deficiente intelectual e autista, tenho uma mãe internada numa clínica psiquiátrica e eu estou sozinha. Peço ajuda c/ ração. Raquel 61 98622 3030**5.7** TURISMO E LAZER
OUTROS
ACOMPANHANTE
Todos os números desta Seção são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso**ALINE 25 ANOS** sua namoradina. Faço bem gostoso/sem fressuras. Tag Sul 61 99878-7864**FAÇO ORAL**
GINA 35 ANOS Oral até o fim em homens ativos deixo finalizar na boca A.Nt 61 98423-0109
SARA 38 ANOS faço tudo gostoso, no sigilo (61) 98427-5394**MASSAGEM RELAX**
IZAURA LINDA 50 100% liberal c/mass at só coroas 61982229938
MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950**6**
TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL
6.1 Oferta de Emprego
6.2 Procura por Emprego
6.3 Ensino e Treinamento**6.1** OFERTA DE EMPREGO
NÍVEL BÁSICO
CASEIRO Que saiba tirar leite Tratar: 61 3367-0108
MANICURE Preciso c/ Urgência N.Bandeirante 99225-0443 Whatsapp**6.1** NÍVEL BÁSICO
MASSAGISTA PRECISA-SE COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116
MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950**CONTRATA-SE SERRALHEIRO PARA EMPRESA de Letreiros. Letra Caixa - ACM CV: selecaoobsb10@gmail.com****SOLUÇÃO PARABRISAS**
CONTRATA Ver vagas: www.solucao parabrisas.com.br/vagas Brasília, Vicente Pires, Taguatinga e Sobradinho. Enviar Currículo para WhatsApp: (61) 99882-2256.**NÍVEL MÉDIO**
PRECISA-SE
(1) ALINHADOR E (1) MECÂNICO DE SUSPENSÃO Comparecer na Pneu Mania - SIA Sul Qd 05C A.E 25. Ou falar com Arlindo (61) 98131-8614/ 3234-3831**PANIFICADORA BONANZA CRUZEIRO NOVO QD 607 BLOCO C CONTRATA ATENDENTE** c/ ou s/ experiência e Pizzaiolo somente c/experiência. Enviar CV: Whats (61) 98173-4833 ou bonanza.cruzeiro@gmail.com**A MS PLANOS DE SAÚDE ESTÁ SELECIONANDO AUXILIAR** de Escritório, Gerente, Vendedora Externa e Pesquisadores Plano de Saúde. Enviar currículo: WhatsApp: (61) 3371-6000 ou (61) 98462-7393**CONTRATA-SE MANICURES E CABELEIREIRAS (OS)** Início imediato. Asa Norte. Tr: 61 98173-1168**CONTRATO**
MASSAGISTA DANÇARINA e Garçonete dia noite semana e final de semana. Pode morar. Guará e Sudoeste. Excelente local. > timos ganhos! (61) 99855-6371**unesco**
CONTRATA CONSULTOR NA MODALIDADE CONTRATO INDIVIDUAL
PROJETO 914/BRZ/3051 EDITAL N 22/2025
Publicação de 1 perfil para contratação de profissional na área de Ciências Humanas ou Ciências Sociais Aplicadas, cuja vaga está disponível na página da UNESCO, <https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list>.
Os interessados deverão cadastrar o CV e submeter sua candidatura na plataforma Roster (<https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list>) do dia 13/11/2025 até o dia 18/11/2025.
Em atenção às disposições do decreto nº 5.151, de 22/07/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional.**6.1** NÍVEL MÉDIO
EMBASSY OF THE REPUBLIC OF ZAMBIA VACANCYANNOUNCEMENT - DRIVER The Embassy of the Republic of Zambia in Brasília invites applications from suitably qualified individuals to fill the position of Driver. Requirements: Must possess a valid Class D Driver's Licence. Must be fluent in Portuguese and have a working knowledge of English. Must demonstrate a good understanding of road safety and vehicle maintenance. Previous experience working with an international organization or diplomatic mission will be an added advantage. Defense Driving Skills. Application Procedure: Interested candidates should submit their application letter, Curriculum Vitae (CV), and copies of relevant supporting documents to the address below no later than 16:00 hours on 14th November 2025: The Embassy of the Republic of Zambia SHIS QL 10, Conjunto 10, Casa 17 Lago Sul, Brasília - DF Email To: zambiatraderasil@gmail.com**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**
A SERVOS - Sociedade de Empenho na Recuperação de Vidas, com sede à SRTVN Quadra 701, Edifício Centro Empresarial Norte, Sala 635-A, Brasília/DF, representada pelo Presidente Sr. João Dimas Mariano de Almeida, em conformidade com o Regimento Interno, **CONVOCA**, por meio do presente edital, todos os seus membros e associados para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no Escritório da SERVOS Data: 16 de novembro de 2025 às 18h30 em primeira convocação, ou às 19h00 em segunda convocação, para fazer cumprir o Artigo 23 do Estatuto da Servos. Eleição, por aclamação, da nova Diretoria para o biênio 2026-2027.
Brasília, DF, 11 de Novembro de 2025
João Dimas Mariano de Almeida
Diretor Presidente**CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES**
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº. 90089/2025
OBJETO: Aquisição de 50 (cinquenta) licenças do software Autodesk AEC Collection da marca AUTODESK, com subscrição para o período de 36 (trinta e seis) meses, incluindo instalação, suporte técnico e atualizações.
DATA DA ABERTURA: 19/12/2025, às 10h.
EDITAL E INFORMAÇÕES: 14º andar do Edifício Anexo I - fone (61) 3216-4906, bem como nos endereços eletrônicos: www.camara.leg.br e www.comprasnet.gov.br.
DANIEL DE SOUZA ANDRADE
Pregoeiro**6.1** NÍVEL MÉDIO
ESCOLA MASTER ESTÁ COM VAGAS PARA MONITORAS. Requisitos: Ensino médio completo ou cursando Pedagogia. Envie seu currículo para: 61 99439-6735**CONTRATA-SE OPERADOR DE ROUTER e Impressor de Grandes Formatos** conhecimento de Corel Draw CV: selecaoobsb10@gmail.com**FERRAGENS NEGRÃO A MELHOR OPÇÃO DE NEGÓCIOS**
REPRESENTANTE COMERCIAL Autônomo. Região de Atendimento: Luziânia GO, Valparaíso GO, quas Lindas GO, Cocalzinho GO, Brasília DF, São Sebastião-DF. Possuir CNPJ e CORE Ativo e carteira de cliente Ativas na Região. Produtos: Ferramentas, elétricas e etc. Segmento: material de construção. Contato: (61) 99928-5305. Enviar currículo p/ E-mail: macro30033570@represcomercial.com.br**6.1** NÍVEL MÉDIO
MASSAGISTA PRECISA-SE COM OU SEM EXPERIÊNCIA Tratar: (61) 3773-5638/ 994021909
PRECISA-SE MASSAGISTA Com ou Sem exper. > timos ganhos Para Valparaíso. Zap 61 99831-1386**TÉCNICO** de Laboratório. Farmácia de manipulação contrata c/ exp. Salário + VT + VR + Plano odontológico. Enviar CV : Whatsapp (61) 99887-6161 ou taguaformularh@gmail.com**NÍVEL SUPERIOR**
FARMACÊUTICO (A) Farmácia de Manipulação c/ exp. Salário + VT + VR + Plano odontológico. Enviar CV: Whatsapp 99887-6161 taguaformularh@gmail.com**CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES**
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n. 90090/2025
OBJETO: Fornecimento, mediante Sistema de Registro de Preços (SRP), de curativos especiais, novos e para primeiro uso.
DATA DA ABERTURA: 27/11/2025, às 10h.
EDITAL E INFORMAÇÕES: 14º andar do Edifício Anexo I - fone (61) 3216-4906, bem como nos endereços eletrônicos: www.camara.leg.br e www.comprasnet.gov.br.
DANIEL DE SOUZA ANDRADE
Pregoeiro**SENADO FEDERAL COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES - COPEL**
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90125/2025
OBJETO: Empreitada Integral, destinada à contratação de empresa para fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia visando a recomposição do pavimento asfáltico e adequações de acessibilidade no estacionamento e acesso de pedestres ao Anexo I do Senado Federal.
ABERTURA: 02/12/2025, às 09h30, pelo sistema compras.gov.br
EDITAL E INFORMAÇÕES: www.senado.leg.br (Portal da Transparência do Senado Federal/Licitações e Contratos), www.compras.gov.br ou na COPEL, Bloco de Apoio 16, 1º andar, telefone (61) 3303-3036.
FELIPE GUIMARÃES CORTES
Pregoeiro**TJDFT** Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
6ª Vara de Família de Brasília
SMAS Trecho 3/Lotes 04/06, -, Bloco 5, Setores Complementares, BRASÍLIA DF - CEP:70610-906 Telefone (WhatsApp Business): (61) 3103-1990 E-mail: 06vfamilia.bsb@tjdft.jus.br/ Horário de atendimento: 12:00 às 19:00 (dias úteis)**EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS**
NÚMERO DO PROCESSO: 0743962-41.2025.8.07.0016
CLASSE JUDICIAL: INTERDIÇÃO/CURATELA (58)
REQUERENTE: RUBENS ARAGÃO PASSOS
REQUERIDO: MARIA GONÇALVES DE LACERDA ARAGÃO PASSOS

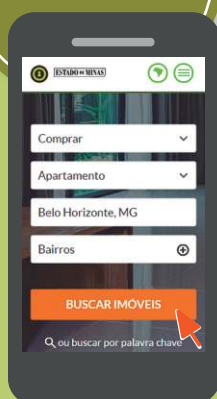
A Dra. **BIANCA FERNANDES PIERATTI**, Juíza de Direito em substituição na 6ª Vara de Família de Brasília, FAZ SABER a todos os terceiros quantos o presente edital vierem ou dele conhecimento tiverem que, nos autos da **Ação INTERDIÇÃO/CURATELA (58) - Processo 0743962-41.2025.8.07.0016**, ajuizada por RUBENS ARAGÃO PASSOS, foi **DECRETADA**, mediante sentença transitada em julgado, a **INTERDIÇÃO** de **MARIA GONÇALVES DE LACERDA ARAGÃO PASSOS**, por ser portadora de mal de Alzheimer, e ser incapaz de cuidar de si mesma e administrar seus bens. Nomeou-lhe curadores: **RUBENS ARAGÃO PASSOS** (CPF 008.270.291-87), **RUBENS ARAGÃO PASSOS JUNIOR**, (CPF 603.207.531-15); e **ADELINO GONÇALVES LIMA NETO**, (CPF 603.222.681-68) para o exercício exclusivamente de atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e no futuro não possam alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado uma vez na imprensa local e três vezes no Diário de Justiça Eletrônico (DJ-e), nos termos do artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil (CPC/2015). Dado e Passado nesta cidade de BRASÍLIA-DF, 29 de outubro de 2025. 25247212 - Pág. 1

Assinado digitalmente
Este documento foi gerado pelo usuário 001 ****-48 em 31/10/2025 18:29:39
Número do documento: 2510292329300000000231989718
<https://pje.trf4.jus.br/443/ppe/Processo/ConsultaDocumento/view/view.seam?x=2510292329300000000231989718>
Assinado eletronicamente por: LARA AMADA BORGES - 29/10/2025 23:29:32 Num. 25247212 - Pág. 1

PARA CADA MOMENTO DA VIDA, EXISTE UM LUGAR CERTO.

Acesse e encontre o seu.

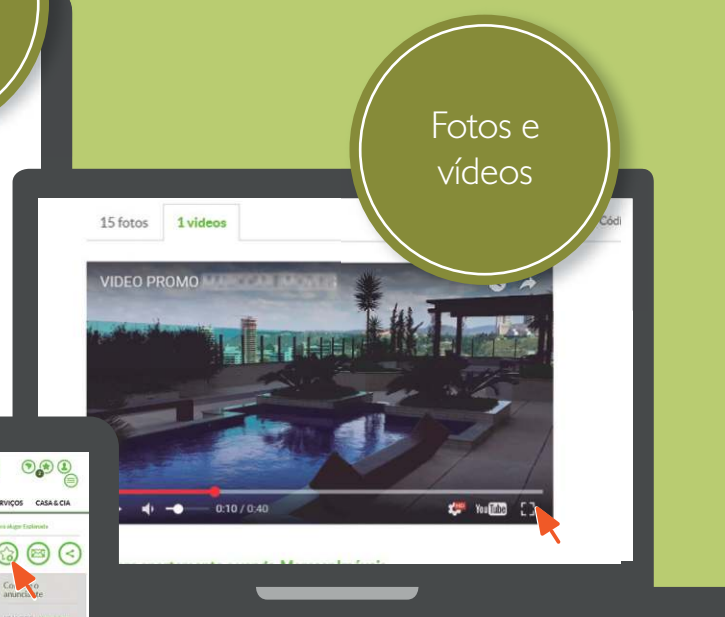
Busca rápida e descomplicada



Informações completas



Fotos e vídeos



Experiência personalizada

+ de 200 mil ofertas

LUGARCERTO.COM.BR

O portal de imóveis para quem quer comprar ou alugar.

CONFIRA TAMBÉM OFERTAS NO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE.

 **lugarcerto**
.com.br

CORREIO BRAZILIENSE
Você à frente de tudo